

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara
Programa de Pós Graduação em Economia

Disparidades de Produto, Produtividade e Emprego no Brasil

Candidato: Thais Silva Pereira
Orientador: Elton Eustaquio Casagrande

ARARAQUARA
JULHO - 2006

THAIS SILVA PEREIRA

Disparidades de Produto, Produtividade e Emprego no Brasil

Dissertação para a obtenção do título de
Mestre pela Universidade Estadual Paulista na
área de concentração de Economia.

Orientador: Prof. Dr. Elton Eustaquio Casagrande

ARARAQUARA
JULHO – 2006

Resumo

O desenvolvimento no Brasil, ocorrido de forma mais intensa nas décadas de 1950-70, teve como alicerces o crescimento econômico, a infra-estrutura e a diversificação da base produtiva, em detrimento de uma sociedade mais equânime, tanto em termos individuais, quanto regionais. Quando a crise da dívida explicita as falhas do modelo adotado e o fechamento das linhas internacionais de crédito interrompe o ciclo de financiamento brasileiro, as reformas estruturais são propostas como forma de fomentar o crescimento e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades. Neste contexto justifica-se o trabalho proposto: retomar a discussão sobre desenvolvimento, partindo de indicadores estruturados. Desagregamos o conceito da renda *per capita* em indicadores de eficiência econômica, mobilização formal da mão-de-obra e população potencialmente capaz de gerar riqueza, de forma a avaliar como a nova dinâmica da economia repercutiu sobre as desigualdades regionais e analisar o comportamento da produtividade.

Palavras-chave: desenvolvimento, desigualdade, produto, produtividade, mobilização de recursos, regiões.

Abstract

The development in Brazil, occurred of more intense form in the decades of 1950-70, had as foundations the economic growth, the infrastructure and the diversification of the productive base, in detriment of a more equity society, as much in individual terms, how much regional. When the crisis of the debt showed the imperfections of the adopted model and the closing of the international lines of credit interrupted the cycle of Brazilian financing, the structural reforms were proposed as form to foment the growth and, at the same time, to reduce the inequalities. In this context, the considered work is justified: to retake the quarrel on development, leaving of structuralized pointers. We disaggregate the concept of the *per capita* income in pointers of economic efficiency, formal mobilization of the man power and population potentially capable to generate wealth, to evaluate as the new dynamics of the economy reed-echo on the regional inaqualities and to analyze the behavior of the productivity.

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 - Desenvolvimento Econômico	11
1.1. Introdução	11
1.2. Desenvolvimento econômico	14
1.2.1. A época áurea do desenvolvimento: anos 50 e 60	14
1.2.2. O abandono do desenvolvimento: anos 70 e 80.....	18
1.3. O desenvolvimento na América Latina.....	19
1.3.1. As idéias da CEPAL	20
1.3.2. O Conceito de Desenvolvimento do ISEB	21
1.3.3. Teoria da dependência	23
1.4. Debate atual	25
1.5. Comentários ao capítulo	31
Capítulo 2 – Desenvolvimento e Desigualdade	33
2.1. Introdução	33
2.2. Desenvolvimento e Desigualdade	34
2.2.1. Desigualdade mundial	36
2.2.2. Desenvolvimento e desigualdade no Brasil	38
2.3. Desigualdade regional	40
2.3.1. Evolução da questão regional no Brasil.....	42
2.3.2. As transformações da década de 1990: mudanças estruturais	47
2.4. Comentários ao capítulo	54
Capítulo 3 - Indicadores de Desenvolvimento e Considerações Metodológicas	55
3.1. Introdução	55
3.2. Indicadores de Desenvolvimento	56
3.3. Produto, produtividade e emprego	57
3.4. Disparidades regionais brasileiras: considerações metodológicas	59
Capítulo 4 – Brasil em Dados	65
4.1. Introdução	65
4.2. Estabelecimentos por setores	65
4.3. População com carteira assinada	68
4.4. Indicadores de Desenvolvimento	71
4.4.1. Evolução de alguns Indicadores econômicos e populacionais.....	71
4.4.2. Produto, Produtividade e Grau de Mobilização de Recursos.....	76
4.5. Comentários ao capítulo	86
Conclusões	89
Referências Bibliográficas	93
Apêndice A	98

Tabelas

Tabela 1 - Taxa média anual de crescimento (em %) do Produto Interno Bruto (PIB): 1990 a 2003 ..12	12
Tabela 2 - Taxa média anual do desemprego (em %) - 1993 a 2003	13
Tabela 3 - Taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> - 1990 a 2003	27
Tabela 4 - Número de Estabelecimentos por Setores - 1992 a 2002	66
Tabela 5 - Número de Estabelecimentos por Macro-Regiões - 1992 a 2002	67
Tabela 6 - Número de trabalhadores com carteira assinada por setores - 1992 a 2002	69
Tabela 7 - Trabalhadores com carteira assinada por Macro-Regiões - 1992 a 2002	69
Tabela 8 - Produtividade Total brasileira – 1992 –2002	78
Tabela 9 - Produtividade do Emprego brasileiro – 1992 –2002 (em R\$ de 2004)	80
Tabela 10 – População Potencialmente capaz de gerar riqueza (PEA/População Total) - 1992 a 2002	81
Tabela 11 – Taxa de Ocupação (População Ocupada/PEA) – 1992-2002	82
Tabela 12 – Grau de Mobilização de Recursos com o emprego (População Empregada/População Ocupada) – 1992 a 2002	83
Tabela 13 – População Formalmente empregada (em %) – 1992-2002	85

Figuras

Figura 1 – Percepções sobre a equidade da distribuição de renda na América Latina	36
Figura 2 – Desigualdade de renda no mundo – Índice de Gini, 2003.....	37

Gráficos

Gráfico 1 – Renda <i>per capita</i> das Macro-Regiões Brasileiras em 2000 (em R\$ de 2000)	41
Gráfico 2 – Produto Interno Bruto por Macro-Regiões brasileiras (em R\$ de 2004) – 1992 -2002 ...	71
Gráfico 3 – População Total, por Macro-Regiões brasileiras – 1992 -2002	72
Gráfico 4 – População Economicamente Ativa, por Macro-Regiões brasileiras – 1992 -2002	73
Gráfico 5 – População Ocupada, por Macro-Regiões brasileiras – 1992 -2002	73
Gráfico 6 – População Empregada, por Macro-Regiões brasileiras – 1992 -2002	74
Gráfico 7 – População Formalmente Empregada, por Macro-Regiões brasileiras – 1992 -2002	74
Gráfico 8 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (PIB/População Total) – 1992 -2002	77
Gráfico 9 – Produtividade Total (PIB/População Ocupada) – 1992 -2002	78
Gráfico 10 – Produtividade do Emprego (PIB/População Empregada) – 1992 -2002	80

Quadro

Quadro 1 – Definição das variáveis utilizadas	61
--	----

Introdução

O estudo do desenvolvimento econômico foi impulsionado pela percepção da existência de desigualdade entre os países do mundo. Enquanto para os clássicos¹ em algum momento haveria a universalização e a homogeneização da riqueza, teóricos como List (1841) acreditavam que a produção e a distribuição resultam em um jogo de soma negativa, no qual alguns poucos países, com "vocação para potência" ou capazes de alavancar suas economias de acordo com um objetivo estratégico, ganhariam, em detrimento de outros, condenados a uma crescente pauperização.

De 1945 a 1973, a redução da desigualdade de riqueza entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento parecia legitimar as profecias dos autores clássicos de que a riqueza mundial convergiria (FIORI, 1999). Nessa mesma época, o desenvolvimento tivera lugar de destaque, tanto na teoria quanto como finalidade da política mundial.

Com a chegada dos anos 1970, novas questões colocaram-se, relegando ao segundo plano questões de longo prazo. As décadas de 1980 e 90 caracterizaram-se pela defesa dos seguintes preceitos: disciplina fiscal; redirecionamento das prioridades de gastos públicos para áreas de educação, saúde e infra-estrutura; reforma fiscal; estabelecimento de taxas de câmbio competitivas; garantia dos direitos  propriedade; desregulamentação; liberalização comercial; privatização; eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro; e liberalização financeira.

Em meados da década de 1990 constatou-se que as políticas neoliberais tiveram como resultado crises recorrentes e baixo crescimento econômico, tanto para a periferia quanto para os países centrais, mostrando-se, portanto, ineficazes, não são para seus críticos — que observavam o acirramento dos problemas sociais —, mas também sob sua própria tica, dado o péssimo desempenho econômico dos referidos anos. Dessa forma, as crises das últimas décadas levaram vários analistas e especialistas do próprio mundo anglo-saxão a questionar o modelo adotado, considerando que talvez a competição capitalista desregulada e globalizada não assegure o desenvolvimento, tampouco a convergência entre países centrais e periféricos.

Assim, após duas décadas de ostracismo, o desenvolvimento econômico coloca-se novamente como tema para discussão de acadêmicos e políticos, a exemplo dos anos 50.

¹ Os clássicos mencionados seriam Smith (1776), Ricardo (1817) e Marx (1867).

Nas últimas três décadas, mais especificamente, o abandono do desenvolvimento e a adoção das medidas restritivas — políticas macroeconômicas restritivas, liberalização do comércio internacional e dos investimentos, privatização e desregulamentação —, gerou não apenas baixo crescimento do PIB, como também agravamento da desigualdade mundial e desemprego.

No Brasil, o início da década de 1990 foi marcado por uma série de transformações, como abertura comercial, Plano de estabilização monetária, redução da máquina estatal, dentre outras. Embora as reformas estruturais tenham gerado incrementos no produto e produtividade, trouxeram também novas questões a serem enfrentadas pela economia nacional, como o crescente desemprego.

Diante desse novo contexto, a simples análise da evolução das disparidades a partir da renda *per capita* se faz incompleta para a análise do desenvolvimento, sendo necessária a utilização de outros indicadores que contemplem novas questões, como a relação conflituosa entre produtividade do trabalho e emprego. Produtividade e emprego são variáveis essenciais para o desenvolvimento. A produtividade é importante não só por ser indicador de eficiência econômica, mas também por gerar tempo livre ao trabalhador. O emprego, por outro lado, representa a capacidade da economia mobilizar os recursos disponíveis. Além disso, o emprego é uma relação social que garante os meios de subsistência ao trabalhador.

O objetivo deste trabalho foi propor uma nova forma de olhar para o desenvolvimento, por meio da criação de um novo indicador de desenvolvimento. O indicador estruturado consiste na desagregação do PIB *per capita* em Produtividade do Emprego, Grau de Mobilização de recursos com o emprego, taxa de ocupação e população potencialmente capaz de gerar riqueza para as cinco Macro-Regiões brasileiras no período que compreende os anos de 1992 a 2002.

Para tanto, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS), pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Algumas ressalvas têm de ser feitas. Primeiramente, os dados populacionais da Região Norte disponibilizados pelo IBGE restringem-se à área urbana, sendo excluídos da pesquisa informações sobre a zona rural, dada a dificuldade para sua obtenção. Por esse motivo, os dados referentes à população nortista estão subestimados, interferindo nos indicadores

calculados, especialmente PIB *per capita* e as produtividades. Apesar dessas questões, optou-se por manter tais dados.

Além das distorções provocadas pela ausência de dados para a Região Norte, como a PNAD não foi realizada em 1994 e em 2000, escolheu-se omitir qualquer informação correspondentes a tais anos. Embora o IBGE tenha realizado um Censo em 2000, optou-se por não utilizar tais dados, uma vez que as metodologias das pesquisas são diferentes e poderiam gerar distorções na análise.

As mudanças ocorridas na economia e seu conseqüente impacto setorial tornam necessária a inclusão de uma caracterização das regiões a partir dos setores mais importantes. O intuito não foi fazer uma análise setorial — o que poderá ser feito em um trabalho futuro — mas caracterizar as regiões a partir de seus setores mais importantes. Por isso, as regiões brasileiras foram caracterizadas de acordo com os setores possuidores do maior número de estabelecimentos e empregados no período estudado.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo teve como objetivo mostrar a atualidade do desenvolvimento como tema de estudo. Para tanto, foi feita uma breve apresentação das teorias formuladas sobre desenvolvimento desde a década de 1950 até o debate mais recente, com destaque para o pensamento da América Latina e do Brasil, mais especificamente. Cabe ressaltar que o intuito não foi fazer um amplo e detalhado estudo sobre os estudiosos do desenvolvimento, mas entender como a discussão sobre o tema caminhou e a ligação, contraditória ou não, que o desenvolvimento mantém com a desigualdade.

Embora a inclusão deste capítulo estivesse relacionada com o objetivo de colocar o leitor a par da discussão existente, a discussão de tal tema ficou um pouco distante do restante do texto, fato esse a ser corrigido em trabalho futuro.

O segundo capítulo visou discutir o desenvolvimento a partir das desigualdades, com enfoque sobre as disparidades regionais e o debate brasileiro sobre a questão. Uma das constatações feitas neste capítulo foi que a renda *per capita* é o indicador mais usado nos estudos sobre desenvolvimento e desigualdade.

Diante de tal constatação, elaborou-se um indicador de desenvolvimento que contribui para a observação de como as regiões brasileiras reagiram às mudanças ocorridas na última década. O indicador estruturado a partir da desagregação do PIB *per capita* em indicadores de eficiência econômica e grau de mobilização de recursos está explicitado no capítulo 3, no qual também foram feitos os esclarecimentos acerca da metodologia da pesquisa.

No capítulo quatro, a fim de observar os movimentos do mercado de trabalho, do rendimento e da produtividade, a metodologia de trabalho foi aplicada para construir uma análise para o país. Por fim, há um item chamado Conclusões no qual os principais resultados encontrados foram sintetizados.

Capítulo 1 - Desenvolvimento Econômico

1.1. Introdução

Segundo Sandroni (2000), desenvolvimento econômico é o crescimento econômico conjugado à melhoria no padrão de vida da população e alterações na estrutura da economia. O estudo do desenvolvimento econômico e social surgiu a partir da constatação da desigualdade entre os países industrializados e os não-industrializados.

O tema já era tratado por Smith (1776), Ricardo (1817) e Marx (1867) que, apesar de suas diferenças teóricas, concordavam que em algum momento haveria a universalização e a homogeneização da riqueza. Porém, a história dos últimos dois séculos parece ter caminhado de acordo com a teoria de List (1841), para quem a produção e distribuição resultam em um jogo de soma negativa, no qual alguns poucos países, com "vocação para potência" ou capazes de alavancar suas economias de acordo com um objetivo estratégico ganhariam, em detrimento de outros países, geralmente pobres e tropicais, condenados a uma crescente pauperiza o.

Nas últimas três décadas, mais especificamente, o abandono do desenvolvimento e a ado o das medidas restritivas — políticas macroecon micas restritivas, liberaliza o do comércio internacional e dos investimentos, privatiza o e desregulamenta o —, geraram não apenas baixo crescimento do PIB, como agravamento da desigualdade mundial e desemprego.

Embora as políticas do Consenso de Washington tenham sido recomendadas como a soluço para os problemas mundiais, os dados indicam que elas não contribuíram para alavancar o desenvolvimento. Segundo Relatório de Desenvolvimento Humano (2005), o PIB mundial cresceu, em média, 1,4% a.a. entre 1990 e 2003, como indicam os dados das Na es Unidas sintetizados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Taxa média anual de crescimento (em %) do Produto Interno Bruto (PIB)
1990 a 2003

<i>Países</i>	<i>Taxas anuais de crescimento (%)</i>
Países em desenvolvimento	2,9
Estados Árabes	1,0
Ásia Oriental e Pacífico	5,6
América Latina e Caribe	1,1
Brasil	1,2
Ásia Meridional	3,5
África Sub-saariana	0,1
Europa Central e Oriental e CEI	0,3
OCDE	1,8
Mundo	1,4

Fonte: NAÇÕES UNIDAS, 2005.

Segundo os dados das Nações Unidas (2005), a região do mundo que mais cresceu entre 1990 e 2003 foi o Leste Asiático e Pacífico (5,6% a.a.), seguida pela Ásia Meridional (3,5% a.a.). Os dados indicam que mesmo os países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), tidos como ricos, tiveram modesto incremento no PIB (1,8% a.a.). Os países da América Latina tiveram uma variação de apenas 1,1% a.a., sendo a taxa brasileira correspondente a 1,2% a.a.

Deve-se destacar o espetacular crescimento de dois países: Índia e China. Porém, a trajetória dessas nações não pode servir de base para concluir que há uma tendência de convergência da renda. Ademais, mesmo que um país da África e outro da OCDE tenham o mesmo crescimento (por exemplo, 3% a.a.), o incremento *per capita* seria, respectivamente, de cerca de US\$ 51 e US\$ 834.

Além do baixo crescimento econômico, o referido período caracteriza-se pelo agravamento das desigualdades existentes: segundo Nações Unidas (2005), além da maioria dos países que eram pobres no início da década de 1990 permanecerem como tal, houve um incremento na distância em relação aos ditos ricos. Por exemplo: enquanto em 1990 um estadunidense médio era 38 vezes mais rico do que um habitante da Tanzânia, em 2005 essa relação foi de 61 vezes (NAÇÕES UNIDAS, 2005). O coeficiente de Gini — uma das principais medidas de desigualdade usadas — seria, em 2003, de 0,67 para o mundo. As desigualdades globais seriam tão nocivas quanto às domésticas, dado que o mundo está cada vez mais interligado e interdependente.

Além do pífio desempenho do produto e da ascendente desigualdade de renda, o desemprego cresceu consideravelmente, não apenas nos países emergentes como também nos países desenvolvidos, tornando-se um grave problema para a economia mundial. Na Tabela 2 são mostradas as taxas médias anuais de desemprego por regiões do mundo.

Tabela 2 - Taxa média anual de desemprego (em %)
1993-2003

Regiões	Média 1993-2003 (%)
Estados Árabes	12,15
Ásia Oriental e Pacífico	2,75
América Latina e Caribe	7,45
Ásia Meridional	4,80
África Sub-saariana	10,95
Europa Central e Oriental e CEI	7,75
OCDE	6,80
Mundo	5,90

Fonte: OIT, 2003.

De acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2003), de 1993 a 2003, a média anual de desemprego no mundo foi de 5,9% da força de trabalho. O continente com as menores taxas de desemprego é o asiático. Por outro lado, os Estados Árabes são os países com as maiores taxas de desemprego (12,15%), seguidos pela África Sub-saariana (10,95%), Europa Central (7,75%) e América Latina (7,45%). Vale destacar que esses dados provavelmente estão subestimados, dado que a existência de subemprego em países em desenvolvimento muitas vezes camufla tais estatísticas.

Os dados sobre desemprego mais seguros são os dos países da OCDE. Segundo dados das Nações Unidas (2005), 37.931,6 mil habitantes estavam desempregadas em 2003 nos países da OCDE², o que representa 6,9% da força de trabalho da região. Como é possível observar, até mesmo a região mais rica e com os melhores indicadores sociais do mundo possui altas taxas de desemprego.

Diante de tal contexto, como afirma Fiori (1999), as políticas neoliberais são contestadas, abrindo espaço para a retomada do desenvolvimento econômico, seja em termos teóricos, seja em termos políticos, tornando o tema atual.

² Constituem países da OCDE: Noruega, Islândia, Austrália, Luxemburgo, Canadá, Suécia, Suíça, Irlanda, Bélgica, Estados Unidos, Japão, Países Baixos, Finlândia, Dinamarca, Reino Unido, França, Áustria, Itália, Nova Zelândia, Alemanha, Espanha, Grécia, Portugal, Coreia, República Checa, Hungria, Polônia, Eslováquia, México e Turquia.

Assim sendo, o presente capítulo visa mostrar a atualidade do tema desenvolvimento. Para tanto, há uma breve apresentação das teorias formuladas sobre o desenvolvimento econômico desde a década de 1950 até os dias atuais, tanto no mundo quanto na América Latina e Brasil, mais especificamente.

Vale destacar que não se pretende aqui fazer um amplo e detalhado estudo sobre os estudiosos do desenvolvimento. Ainda que se reconheça a importância e dificuldade de tal trabalho, a proposta do primeiro capítulo reside em entender como a discussão sobre o tema caminhou e a ligação, contraditória ou não, que mantém com a desigualdade, tema do capítulo seguinte.

O presente capítulo divide-se em mais quatro seções, além dessa introdução. Na seção 1.2 são apresentados alguns dos principais estudos mundiais sobre desenvolvimento escritos nas décadas de 1950 a 1980. O pensamento brasileiro do mesmo período sobre o desenvolvimento é descrito na seção 1.3. No tópico 1.4, o debate mais recente sobre desenvolvimento é abordado. Por fim, a seção 1.5 traça alguns comentários finais sobre o tema e introduz alguns temas que serão tratados no capítulo seguinte.

1.2. Desenvolvimento econômico

Nesta seção é apresentada a evolução do pensamento das décadas de 1950 a 1980 acerca do desenvolvimento econômico. Este tópico divide-se em duas subseções: a 1.2.1, na qual são apresentados os principais autores que trataram sobre o desenvolvimento nos anos 1950 e 60, período em que o tema teve grande destaque; e a outra nos anos de 1970 e 80, quando o desenvolvimento econômico passa a ser amplamente confundido com crescimento econômico. Esta seção servirá de base para compreender o ambiente em que surgiu o pensamento latino-americano, descrito na seção 1.3.

1.2.1. A época áurea do desenvolvimento: anos 50 e 60

Embora a preocupação com a questão não seja recente — o estudo da “natureza e causas” feito por Adam Smith mostra que já havia nele um comprometimento com o tema —, ganhou destaque no Pós-II Guerra Mundial. Os anos 50 e 60, conhecidos como época áurea do desenvolvimento, caracterizaram-se por taxas excepcionais de crescimento econômico e de produtividade e baixas taxas de desemprego. Esse cenário favorável juntamente com a necessidade de reconstrução do mundo após a II Guerra Mundial tornaram imperativo o estudo e fomento do desenvolvimento.

Além dos estudos de acadêmicos como Simon Kuznets (1955), W. Arthur Lewis (1954) e Hla Myint (1948 e 1954) acerca do atraso econômico e das virtudes e potencialidades da industrialização como caminho preferencial para a superação do subdesenvolvimento, a criação de organismos comprometidos com o desenvolvimento, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Cepal, levou à emergência de uma corrente não-acadêmica preocupada com o tema.

A teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter e a revolução keynesiana contribuíram muito para a discussão do desenvolvimento, dando origem a modelos como o de Harrod-Domar e influenciando teorias como as de Rosenstein-Rodan, Arthur Lewis e Prébisch. Mas a "economia do desenvolvimento" extravasou a "revolução keynesiana" e incorporou aspectos históricos, sociológicos e políticos.

Os primeiros autores a tratar do tema o faziam de forma muito conservadora, ainda muito presos à teoria das vantagens comparativas ricardiana. Rosenstein-Rodan (1943) e Nurkse (1951), sob a influência de Harrod-Domar, preocupavam-se com a possibilidade e viabilização de um crescimento equilibrado. Para Rosenstein-Rodan (1943), devido ao fato de as regiões atrasadas caracterizarem-se por baixa renda, desemprego/subemprego, restrições à industrialização espontânea, causada pelo reduzido mercado interno e incompetência do empresariado, o papel do Estado ficaria restrito ao treinamento de mão-de-obra e à coordenação dos investimentos de longo prazo.

Nurkse (1951), por sua vez, acrescentava às causas do atraso a escassez de poupança e acreditava que o Estado teria papel central na indução do investimento interno e externo. Segundo o autor, países pobres empregam a maior parte de sua renda no consumo de bens de primeira necessidade, restando apenas uma pequena parcela para a poupança. O autor crê que

a escassez de poupança limitaria o investimento, o que, aliado ao baixo nível de progresso técnico, resultaria na baixa produtividade e baixo ritmo de crescimento, culminando em uma reduzida renda. Além da baixa propensão marginal a poupar, o reduzido poder de compra da população limitaria a diversificação do investimento do empresariado, dando pouco dinamismo à economia. Assim, o desenvolvimento seria restringido pela escassez de capital e limitação da demanda. A solução proposta pelo autor estaria na implementação de investimentos em "ondas recorrentes" de progresso técnico e industrialização, isto é, investimentos em diversas áreas de forma que a inversão feita em uma área encadearia o mercado de outra. Caberia ao Estado induzir o investimento interno e externo para que tais investimentos ocorram.

Alguns autores dessa época, como Alexander Gerschenkron e Walter Rostow, consideravam que o desenvolvimento seria uma etapa da história. Para Gerschenkron (1962), os países latino-americanos, asiáticos e africanos estariam em fases primitivas do desenvolvimento e, com o tempo, suas instituições poderiam aprimorar-se de forma a propiciar o pleno desenvolvimento. Por esse motivo, eram denominados subdesenvolvidos. Surge, então, a teoria dos estágios de desenvolvimento, segundo a qual todos os países passariam pelos mesmos estágios históricos até chegarem ao desenvolvimento. Logo, os países atualmente subdesenvolvidos estariam em estágios primários do processo de desenvolvimento.

Com idéias muito próximas às de Gerschenkron (1962), Walter Rostow teve duas obras de grande destaque: *Process of Economic Growth*, de 1952, que se tornaria na década seguinte o projeto estadunidense de desenvolvimento para o III Mundo; e *Stages of Economic Growth*, de 1960. Neste último livro, o autor defende que as sociedades atravessariam cinco etapas de evolução econômica:

- (1) Economia tradicional;
- (2) Pré-condições para a arrancada desenvolvimentista (*take-off*);
- (3) Participação no processo de desenvolvimento, quando o crescimento se torna habitual;
- (4) Idade madura, quando a economia apresenta condições de utilizar todas as potencialidades da tecnologia disponível;
- (5) Desenvolvimento pleno, etapa que coincide com elevado consumo de massa.

Outro autor influenciado por historiadores, mas que não seguiu a tese do desenvolvimento como fases do capitalismo foi Arthur Lewis. Lewis (1954) via na disponibilidade ilimitada de mão-de-obra remunerada pelo salário de subsistência uma especificidade das regiões atrasadas que poderia ser transformada em vantagem competitiva caso tais níveis salariais se estendessem ao sistema produtivo como um todo, mantendo elevadas as taxas de lucratividade e de investimento. Neste contexto, ao Estado caberia controlar e restringir o poder sindical e proteger ativamente o setor capitalista doméstico frente à concorrência externa.

Além dos estudos influenciados pelos historiadores, surge nessa época o primeiro trabalho neoclássico sistematizado sobre a existência de regiões pobres: o modelo de crescimento exógeno de Solow-Swan³ em 1956. De acordo com esse modelo, diferenciais de renda *per capita* entre regiões seriam determinados por suas dotações iniciais de recursos. Logo, não haveria regiões pobres, mas sim áreas com grande concentração de pobres. Além dessa conclusão, o modelo de Solow-Swan também reconhece a existência de uma tendência de convergência das taxas de crescimento da renda *per capita* para países e regiões no longo prazo, pois, ao utilizar os fatores menos intensamente, a região menos desenvolvida cresceria mais rapidamente devido aos retornos decrescentes de escala, de modo a alcançar o nível de produção *per capita* de equilíbrio no longo prazo. Contanto que tecnologia e preferências dos consumidores sejam idênticos entre países, a renda *per capita* tenderia para o mesmo ponto (convergência absoluta). Caso tecnologias e preferências sejam diferentes, a renda *per capita* não precisa ser idêntica, desde que a relação entre elas seja estável — convergência relativa — (BARRO e SALA-i-MARTIN, 1995).

De certa forma, o modelo de crescimento de Solow, como ficou conhecido, era ancorado pela crença generalizada das teses existentes desde os clássicos sobre a inevitável universalização da riqueza capitalista (FIORI, 1999, p. 17).

Se por um lado a hipótese do "crescimento equilibrado" nas regiões atrasadas foi e ainda é base para muitos estudos, por outro, já nos anos 50 e 60 a idéia foi criticada. Dentre os autores cujo pensamento estava em desacordo com o de Solow estão os estruturalistas — detalhados no item 1.3 deste capítulo —, Myrdal (1957) e Hirschman (1958).

³ Esses modelos estão mais detalhados em Barro e Sala-i-Martin (1995).

Para Myrdal (1957), a concentração de progresso tecnológico, dos capitais de investimento e da rapidez de expansão de mercados geram baixas taxas de ingresso e de poupança e escassa capacidade fiscal dos Estados mais atrasados, o que, por sua vez, prejudica o progresso tecnológico, investimentos e expansão de mercados, criando um círculo vicioso. Essa teoria ficou conhecida como “causação cumulativa”. Para reverter tal situação, o Estado deveria ser mais ativo, via coordenação, planejamento, proteção de mercados e da indústria nascente.

Para Hirschman (1958), os problemas dos países subdesenvolvidos seriam essencialmente político, devendo haver um agente articulador forte e capaz de conduzir e induzir que os investimentos fossem realizados nos "gargalos de mercado" e hierarquizados segundo sua eficácia nas cadeias produtivas.

Como é possível notar, muitos dos autores citados neste item identificam desenvolvimento como crescimento econômico, dado que a industrialização do pós II Guerra Mundial melhoraria muito a vida da população frente aos tempos de crise e guerra que o precederam. Essa visão perdurou até o início da década de 1970, quando as crises de oferta e o fim do padrão Bretton Woods mudaram a economia mundial e, conseqüentemente, a questão do desenvolvimento.

1.2.2. O abandono do desenvolvimento: anos 70 e 80

No início dos anos 70, as crises do petróleo, do dólar, a fragilização dos mercados monetário e financeiro mundiais e o abalo das instituições do Bretton Woods geraram a substituição das teorias do desenvolvimento pelas idéias monetarista e neoliberal. Como as teorias keynesianas não explicavam os fenômenos da nova crise mundial, como a estagflação, os estudos priorizaram questões como produto, inflação, equilíbrio no orçamento público. Dessa forma, a questão do desenvolvimento mudou, havendo um abandono de questões de longo prazo. Essas teorias que passaram a influenciar as políticas econômicas tiveram como ícones Milton Friedman, Robert Lucas e Paul Romer.

Friedman (1963), principal teórico da escola monetarista, crê na provisão de dinheiro como o fator central de controle no processo de desenvolvimento. Para ele, as alterações da

atividade econômica seriam causadas não pela alteração no investimento, mas por alterações na oferta monetária, o que implicaria na redução da atividade estatal, intervenções específicas e na introdução de um sistema de auto-regulação dos aspectos sociais que constituem os determinantes básicos do funcionamento da economia.

Trabalhos recentes da teoria do crescimento incorporaram algumas críticas feitas pelos keynesianos à análise do crescimento econômico. Lucas (1988), por exemplo, defende que haveria externalidades decorrentes do capital humano, pois o trabalhador qualificado contribuiria para o aumento da produtividade de seus colegas devido a sua organização e sua capacidade de ensinar. Para Romer (1990), os conhecimentos adquiridos para o desenvolvimento de um determinado processo tecnológico facilitariam outros processos, que poderiam ser realizados com menor esforço e em menor tempo. Segundo Sala-i-Martin (1992), os serviços de infra-estrutura não beneficiam apenas o primeiro investimento, mas também os subseqüentes, dado que as atividades o usam parcialmente. E por fim, Stokey (1988) e Lucas (1993) crêem que haja um aprendizado na produção de um bem, o que tornaria o trabalhador mais qualificado.

Na década de 1980, a crise da dívida afetou tanto países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento. Diante desse contexto, emerge o neoliberalismo, primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos, marcando o abandono do desenvolvimento como tema de estudo e de políticas. No final dos anos oitenta e início dos noventa, surge o Consenso de Washington, como será detalhado na seção 1.4. A seção seguinte mostrará a evolução do pensamento latino-americano sobre desenvolvimento dos anos de 1950 e 1980.

1.3. O desenvolvimento na América Latina

O objetivo dessa seção é apresentar o debate sobre desenvolvimento ocorrido nas décadas de 1950 a 1980 na América Latina, mais especificamente no Brasil.

1.3.1. As idéias da CEPAL

Em meio ao debate sobre desenvolvimento, o pensamento cepalino surgiu em contraposição às ideologias existentes dada a inadequação dessas para explicar e discutir as questões latino-americanas. Para os autores adeptos dessa vertente, o subdesenvolvimento não seria uma etapa pela qual todos os países deveriam passar para alcançar o desenvolvimento — como o faziam Gerschenkron (1962) e Rostow (1960) —, mas sim como uma situação peculiar causada pela presença, na América Latina, de estruturas historicamente constituídas distintas das européias. Um de seus fundadores, Raul Prébisch (1949), produziu a teoria da dependência do desenvolvimento econômico, segundo a qual o mundo teria se desenvolvido com base em uma relação centro-periferia em que as economias centrais — produtoras de manufaturados — eram aquelas cuja industrialização ocorreu nos séculos XVIII e XIX, e as nações periféricas — produtoras de matérias-primas — as de industrialização tardia, sucedida quando já existia um núcleo dinâmico. Assim, como a estrutura sócio-econômica periférica diferiria da presente nos países centrais, seu processo de crescimento, emprego e distribuição de renda também o seria. A solução para essa situação seria, na visão de Prébisch (1949), a industrialização por substituição de importações, baseada em protecionismo e política pública, transformando o desenvolvimento dos países periféricos.

Os pensadores latino-americanos, assim como outros autores da época, sofreram grande influência da teoria keynesiana, especialmente no que tange à intervenção estatal, via coordenação, planejamento, proteção aos mercados e à indústria nascente. Porém, a relação entre intervenção estatal e poupança dos estruturalistas diferia da dos keynesianos: enquanto esses apoiavam a intervenção estatal para o uso adequado da poupança ociosa, aqueles acreditavam que o protecionismo, planejamento e outras medidas do governo seriam meios de industrializar e maximizar a renda em um ambiente de poupança escassa (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 12). Logo, enquanto para os primeiros o Estado apenas contribuiria para a utilização de uma poupança existente, para o segundo grupo o Estado deveria criar condições para a industrialização em ambiente onde a poupança fosse quase inexistente.

Para os primeiros teóricos da Cepal, o desenvolvimento econômico expressar-se-ia no aumento do bem-estar material, refletido pelo aumento da renda *per capita* real e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho. Esse crescimento da

produtividade dependeria da adoção de métodos de produção cujo uso implica na elevação da relação capital/trabalho. O aumento do capital está relacionado ao progresso técnico e à acumulação (RODRIGUEZ, 1981, p. 36).

Essa corrente de pensamento caracteriza-se pelo enfoque histórico-estruturalista, baseado nas relações centro-periferia; análise da inserção internacional; análise dos condicionantes estruturais internos; e análise das necessidades e possibilidades da ação estatal.

Celso Furtado foi o grande economista brasileiro da corrente desenvolvimentista ligado à Cepal. Para Furtado (1961), o subdesenvolvimento não seria uma etapa histórica comum a todos os países, como afirmavam Gerschenkron (1962) e Rostow (1960), mas sim uma condição específica da periferia do capitalismo resultante da evolução histórica da economia mundial desde a Revolução Industrial. Assim, o subdesenvolvimento seria uma estrutura produtiva historicamente determinada pelo desenvolvimento do capitalismo europeu, possuindo características distintas das dos sistemas econômicos que lhes deram origem. O desenvolvimento é visto por Furtado (1961), assim como para os cepalinos, como processo de eliminação da heterogeneidade existente, ou, em outras palavras, das estruturas híbridas, via processo de industrialização.

1.3.2. O Conceito de Desenvolvimento do ISEB

Nessa mesma época, criou-se o chamado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), grupo de intelectuais de várias especialidades — filósofos, sociólogos, economistas, historiadores e cientistas políticos — que desenvolveu uma visão sobre o Brasil e seu processo de industrialização e desenvolvimento.

Segundo Pereira (2004), desenvolvimento para o ISEB seria:

o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e elevação dos padrões de vida da população do país, que se inicia com a revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros

de cada Estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado. (PEREIRA, 2004, P. 57-58)

Logo, para os pensadores do ISEB o desenvolvimento seria um processo próprio do capitalismo, inexistente em outros sistemas sócio-econômicos.

O principal economista dessa vertente foi Ignácio Rangel, teórico que adaptou o materialismo histórico marxista e arranhou de forma original as teorias de Smith, Keynes e Marx, criando, assim, uma teoria singular.

O elemento central de sua obra é o dualismo. Rangel (1957), embora concordasse com o materialismo histórico de Marx, acreditava que a seqüência universal — comunismo primitivo, feudalismo, capitalismo e socialismo —, característica de países europeus, não se aplicaria ao Brasil, país cuja evolução — isto é, processos sociais, econômicos e políticos — seria fruto não apenas da interação do desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção interna, mas também da relação entre o país e as economias centrais (forças externas).

Segundo o próprio autor,

Embora seja mais fácil surpreender o fato da dualidade no estudo de um instituto particular do que na economia nacional como um todo, é evidente que a sua origem se encontra nas relações externas. Desenvolvendo-se como economia complementar ou periférica, o Brasil deve ajustar-se a uma economia externa diferente da sua, de tal sorte que é, ele próprio, uma dualidade. Os termos dessa dualidade se alteram e desde logo podemos assinalar que mudam muito mais rapidamente no interior do que no exterior, o que significa estarmos queimando etapas. Nos primeiros quatro séculos de nossa história, vencemos um caminho correspondente a, pelo menos, quatro milênios da história européia. A rigor, a nossa história acompanha *pari passu* a história do capitalismo mundial, fazendo ecos à suas vicissitudes. O mercantilismo nos descobriu, o industrialismo nos deu a independência, e o capitalismo financeiro, a república. (RANGEL, 1957, p. 37)

Assim, devido a essa dupla determinação, não apenas as instituições brasileiras seriam caracterizadas pela dualidade, como também a própria economia brasileira o seria. Enquanto as relações internas de produção seriam feudais, as relações com o resto do mundo seriam capitalistas.

Segundo Rangel (1957), o referido processo, estimulado pelo comércio externo, de substituição da economia natural ou pré-capitalista (subsistência) pela economia de mercado ocasionaria incremento na produtividade, elevação essa resultante não apenas do aumento de intensidade do capital por trabalhador e melhoria nos níveis de educação e padrão de vida da

população, mas também da transferência de trabalho não qualificado para o trabalho especializado. Essa trajetória rumo à economia capitalista que propiciaria aumento de produtividade é a definição dada pelo autor a desenvolvimento. O subdesenvolvimento explicitar-se-ia por intermédio de uma série de dualidades encadeadas, tornando o processo complexo.

A dualidade apareceria em duas situações:

- i) Por meio da coexistência de relações de produção de duas fases históricas distintas (ex.: latifúndio é feudal nas relações internas, mas é capitalista em suas relações com o resto do mundo/ mundo externo);
- ii) Via existência de uma relação de dependência, tanto do pólo interno quanto externo, de sociedades mais avançadas do que o Brasil.

Para o referido autor, as estruturas contrárias — o interno e o externo, o arcaico e o moderno, o feudal e o capitalista — não só coexistiriam como também permaneceriam em constante tensão uma com a outra, como é próprio da teoria marxista. Logo, além de dual, a realidade brasileira seria constituída por um conflito permanente.

Assim sendo, a dualidade seria fruto da forma como o desenvolvimento brasileiro se dera como complemento das economias desenvolvidas. Com a mudança da dinâmica internacional, baseada na produção industrializada para o mercado doméstico, a dualidade chegaria ao fim, dado que as estruturas internas feudais se modernizariam, dando origem a uma transição do capitalismo privado para o capitalismo de Estado, gerando uma nova dualidade, estatal nas relações externas, e capitalista privada nas internas (RANGEL, 1962). Para ele, o processo de desenvolvimento exigiria a formação de um capitalismo de Estado como etapa de transição para o socialismo. O socialismo traria o fim da dualidade brasileira.

1.3.3. Teoria da dependência

Os primeiros teóricos da dependência acreditavam que os países dominantes apropriar-se-iam do excedente gerado nos países dependentes, por métodos violentos no período

colonial e, atualmente, por meio do comércio, relações de troca, capital financeiro, etc., gerando, assim, subdesenvolvimento. Dentre os autores de destaque estão André Gunder Frank, Paul Baran, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos.

Baran (1957) afirmava que o mundo subdesenvolvido não era obra de estruturas pré-capitalistas, mas resultado de um sistema de desenvolvimento capitalista cujo alicerce era a exploração, pelos países mais avançados, dos países pouco desenvolvidos, que tinham seu excedente transferido com a ajuda das "burguesias compradoras".

Outros autores desenvolveram argumentos na mesma linha. Gunder Frank (1967), por exemplo, afirmava que as relações de exploração entre "metrópoles" e "satélites" eliminavam a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas nas regiões mais atrasadas. Para Marini (1969), o desenvolvimento brasileiro baseava-se na superexploração do trabalhador, dado que os trabalhadores receberiam salários inferiores ao nível de subsistência, além de terem jornada e intensidade de trabalho aumentadas. Essa "superexploração" existiria em todos os países capitalistas, mas seria mais forte nos periféricos, uma vez que estes teriam parte de sua mais-valia extraída pelos países centrais.

Santos (1969), assim como os anteriores, via na revolução contra a burguesia nativa e o imperialismo o meio de instauração do socialismo apoiado por ampla participação popular.

Os golpes militares ocorridos nessa região nas décadas de 1960 e 70 abriram espaço para o surgimento dos teóricos da escola de sociologia de São Paulo, base para a teoria da dependência associada. Para Cardoso e Faletto (1969), ícones desse pensamento, a burguesia latino-americana seria aliada da burguesia internacional. Como não poderiam contar com a burguesia nacional para deixarem de ser dependentes, a solução seria associar-se ao sistema, aproveitando as possibilidades oferecidas pelo capitalismo para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Assim, o modelo de desenvolvimento trazido pelo golpe de 1964 seria dependente das metrópoles e a elas associado, sendo autoritário, no plano político, e concentrador de renda no plano econômico.

Nos anos que se seguiram, a tese de viabilidade do desenvolvimento capitalista a partir de condições de dependência deu-se no campo estritamente econômico, sendo autores de destaque Tavares (1974) e Cardoso de Mello (1979). Segundo Fiori (1999), o objetivo central da pesquisa volta a ser endógeno, com a abordagem da questão da "internalização dos mecanismos de acumulação de capital" em detrimento das relações de dependência externa. Para esses autores, o Brasil teria um capitalismo tardio, determinado pelo seu passado de

economia exportadora e escravista, e sua atual inserção internacional em um contexto industrializado e monopolista em escala mundial geraria um sistema desprovido da produção de bens de produção.

A inflação ascendente e a crise da dívida que se instalaram na América Latina nos anos 80 resultaram em uma mudança de foco do desenvolvimento, havendo o abandono do longo prazo como objeto de estudo da teoria. As políticas monetarista e neoliberal, que, como já foi dito, ganharam força nos países de I mundo como solução para a crise que se colocava, foram introduzidas na região já durante os governos ditatoriais da década de 70: em 1973 no Chile, e em 1976 na Argentina.

A crise do desenvolvimentismo brasileiro, mais especificamente, ocorrida no final da década de 1980 leva à conclusão de que as reformas, a crise da dívida e o novo contexto internacional exigiam novas bases para o projeto de desenvolvimento do país. Nesse período, a crise foi identificada como fruto do populismo dos governos militares e pela ação predatória dos *rent seekings*. Essas idéias abriram espaço para que as idéias do Consenso de Washington se instalassem no país, a despeito do desenvolvimentismo que predominara até então.

1.4. Debate atual

No fim da década de 1980, o economista John Williamson chamou de Consenso de Washington o conjunto de políticas e reformas propostas pelos órgãos multilaterais para a renegociação da dívida pelos países em desenvolvimento. As principais recomendações do Consenso de Washington⁴ são: disciplina fiscal; redirecionamento das prioridades de gastos públicos para áreas de educação, saúde e infra-estrutura; reforma fiscal; estabelecimento de taxas de câmbio competitivas; garantia dos direitos à propriedade; desregulamentação; liberalização comercial; privatização; eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro; e liberalização financeira.

No Brasil verifica-se que as políticas de estabilização e a importância da intervenção do Estado transitaram paulatinamente para a regulação da economia. O processo de reformas

⁴ Para conhecer com detalhadamente as recomendações do Consenso de Washington, vide Williamson (1990).

nos 90 mudou a lógica da acumulação e a inexistência de políticas regionais aprofundou as dificuldades a superar. Com isso, há um entendimento subjacente de que as condições que determinam o crescimento dependem do crescimento populacional, da qualificação da mão-de-obra, da produtividade e do estoque de capital, não sendo necessária nenhuma política outra.

No mesmo período que o Brasil começa a implementar, tardiamente, as medidas indicadas pelo receituário neoliberal, iniciava-se uma revisão autocrítica do Consenso de Washington dentro dos organismos internacionais comprometidos com sua execução. Isso porque as políticas neoliberais antes apontadas como solução para os problemas mundiais não apenas geraram crises recorrentes — Crise da Rússia, do Leste Asiático, do México, do Brasil, da Argentina — e baixo crescimento do PIB, como também aumentaram a desigualdade mundial.

Na Tabela 3 a seguir são apresentadas as taxas anuais médias de crescimento do PIB *per capita* no período de 1990-2003.

Tabela 3 - Taxa anual de Crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* (em %) 1990-2003

	Negativo	0%-1%	1%-2%	Mais do que 2%	TOTAL
Estados Árabes					
Países	5	4	2	5	16
População (em milhões)	34	70	19	139	332
Ásia Oriental e Pacífico					
Países	4	1	3	13	21
População (em milhões)	3	6	81	1.814	1.904
América Latina e Caribe					
Países	4	8	9	12	33
População (em milhões)	43	74	345	79	541
Ásia Meridional					
Países	0	0	1	7	8
População (em milhões)	0	0	152	1.324	1.476
África Subsaariana					
Países	18	8	8	11	45
População (em milhões)	319	108	171	76	674
Europa Central e Oriental e CEI					
Países	10	5	1	11	27
População (em milhões)	253	58	10	85	406
OCDE					
Países	0	2	6	15	23
População (em milhões)	0	135	224	510	869
Mundo					
Países	41	28	32	76	177
População (em milhões)	653	450	1.081	4.030	6.214

Fonte: NAÇÕES UNIDAS, 2005.

De acordo com os dados das NAÇÕES UNIDAS (2005), sintetizados na Tabela 3 acima, dos 177 países selecionados, 41 apresentaram decréscimo de renda *per capita*, 60 cresceram menos de 2% a.a. e 76 cresceram mais de 2% a.a. Logo, 57,06% dos países ou tiveram crescimento negativo ou cresceram até 2% a.a. Esses países possuem mais de um terço da população mundial (2,184 bilhões de habitantes).

O reduzido crescimento do PIB *per capita* atingiu tanto países pobres quanto ricos: na OCDE, região detentora das maiores rendas, apenas oito países cresceram mais de 2% a.a., perfazendo 41,13% da população da região. Os países asiáticos foram os que apresentaram o melhor desempenho por número de países e por população, enquanto o pior desempenho foi o dos países africanos e das nações árabes, seguidos pela América Latina e Caribe.

Na América Latina e Caribe, mais especificamente, a maioria dos países (17) cresceu menos de 2% a.a. e 4 decresceram, perfazendo 85,40% da população da região (462 milhões de habitantes encontram-se nos países com baixíssimo crescimento).

Se por um lado, a riqueza não cresceu como previram os defensores das políticas neoliberais, por outro suas previsões acerca da desigualdade foram confirmadas. Segundo NAÇÕES UNIDAS (2005), além da maioria dos países que eram pobres no início da década de 1990 permanecerem como tal, houve um incremento na distância em relação aos ditos ricos. O coeficiente de Gini do mundo seria, em 2003, de 0,67.

Como já dito anteriormente, além do pífio desempenho do produto e da ascendente desigualdade de renda, o desemprego cresceu consideravelmente, não apenas nos países emergentes como também nos países desenvolvidos, tornando-se um grave problema para a economia mundial.

No que tange ao comércio internacional, curiosamente, as menores taxas de crescimento pertencem aos países da OCDE. Assim, embora tais países recomendassem políticas de maior abertura comercial, não as adotaram. Alguns poderiam argumentar que tais países já apresentam um elevado grau de internacionalização de suas economias; porém, em um contexto em que todas as regiões estariam mais interligadas, tal desempenho é surpreendente. Ademais, as crescentes disputas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), nas quais os países em desenvolvimento contestam as medidas comerciais adotadas pelos países desenvolvidos, apontam para o contrário.

Segundo Fiori (1999),

"A restauração liberal' dos últimos 25 anos foi, pelo menos, co-responsável por um novo "surto" (mais violento e veloz do que o que ocorreu na segunda metade do século XIX) de concentração e centralização da riqueza nas mãos de um número reduzidíssimo de capitais privados. Capitais esses cujos centros de decisão estão situados no território daquelas mesmas potências políticas que já monopolizavam o poder e a riqueza na segunda metade do século passado. (FIORI, 1999, p. 24)

Dessa forma, as medidas neoliberais mostraram-se ineficazes, não só para seus críticos, que observavam o acirramento dos problemas sociais, mas também sob a sua própria óptica, dado o insatisfatório desempenho econômico dos referidos anos. Assim, as crises das últimas décadas levaram vários analistas e economistas do próprio mundo anglo-saxão a questionar o modelo adotado, considerando que talvez a competição capitalista desregulada e

globalizada não assegure o desenvolvimento, tampouco a convergência entre países centrais e periféricos.

Após duas décadas relegado a segundo plano, há a retomada do desenvolvimento como tema de destaque na agenda político-econômica mundial, trazendo consigo a preocupação com a distribuição da riqueza entre as nações. Essa retomada não se limita apenas ao debate teórico, mas também ao reconhecimento da gravidade das crises da década de 1990 e da incapacidade das políticas ortodoxas enfrentá-las de forma eficaz, gerando incerteza para os países centrais e pessimismo para os países periféricos.

Para Wade (1996), haveria mais uma inter-nacionalização do que uma globalização. Segundo esse autor, existiriam alguns mitos e exageros em torno da economia mundial dos últimos anos, pois ainda que o comércio internacional, o investimento direto estrangeiro, as relações intra-firma e o desenvolvimento tecnológico tenham sido ampliados nos últimos anos, agravariam ainda mais a desigualdade existente entre o Norte e o Sul do planeta.

Joseph Stiglitz (1997), um dos críticos mais famosos do receituário neoliberal, considera que o Consenso de Washington não oferece respostas à questão do desenvolvimento, dada sua fixação pela questão inflacionária. O referido autor questiona as privatizações e defende o papel ativo do estado na economia para a implementação de políticas industriais e de bem-estar social da população.

Chang (2004), a partir de exemplos históricos, afirma que os países desenvolvidos não apenas não fizeram uso das políticas que hoje defendem, como construíram seu desenvolvimento calcado nas políticas que hoje condenam (protecionismo, participação ativa do Estado, proteção à indústria nascente, etc.). A partir disso, Chang (2004) questiona até que ponto os países desenvolvidos não estariam escondendo o "segredo de seu sucesso", dificultando, assim, a emergência dos países em desenvolvimento. Para o autor, os países desenvolvidos estariam fazendo o que List (1871) chamara de "chutar a escada": quando um país atinge um bom nível desenvolvimento, ele "chutaria a escada" pela qual subiu de forma a impedir que outros o alcancem. Dessa forma, as recomendações do Consenso de Washington poderiam ser entendidas como uma forma de "chutar a escada", já que os países hoje desenvolvidos não o seriam caso tivessem seguido o caminho que defendem atualmente.

Nesses novos tempos pós-reformas, muda-se também a idéia de desenvolvimento e de como alcançá-lo. Para Sen (2000), o desenvolvimento seria um processo de expansão das liberdades desfrutadas pelas pessoas, sendo a elevação da sua capacidade de ação seu

principal fim e meio. Isso porque, além do desenvolvimento propiciar o aumento da liberdade via maior acesso a serviços públicos, alimentação, melhores condições de vida e maiores oportunidades, o inverso também ocorreria: a eliminação de fontes de privação de liberdades como pobreza, tirania, carência de oportunidades, negligência de serviços públicos e intolerância, por exemplo, gera maior desenvolvimento. Se existe liberdade, as pessoas podem cuidar melhor de si mesmas e do mundo que as rodeia, exercendo de forma mais plena sua função de agente. Dessa forma, ao incluir as liberdades individuais em sua definição de desenvolvimento, Sen coloca o indivíduo no centro da discussão.

No Brasil, Pereira (2005a), assim como os teóricos do ISEB, define desenvolvimento como processo típico do capitalismo, dado que se realizou plenamente com o surgimento da burguesia comercial e com a Revolução Industrial. Embora o processo de desenvolvimento continue a ocorrer e se estenda a novas nações (dinamismo do capitalismo), esse processo pode ocorrer de diversas formas e a diferentes taxas, tendo por conseqüência a desigualdade. Aliás, para o referido autor, o objetivo geral do desenvolvimento seria a melhoria do padrão de vida da população, o que não implicaria em uma melhor distribuição de renda. Essa idéia leva à conclusão de que o desenvolvimento é, por natureza, excludente e desigual, assim como o próprio capitalismo.

Segundo Pereira (2005a), embora possam teoricamente ser buscados juntos, historicamente os objetivos abaixo não o foram, sendo que primeiramente, com a formação dos estados antigos, buscou-se a segurança; em seguida, o surgimento do capitalismo comercial e do liberalismo incentivou a liberdade; em terceiro lugar, o desenvolvimento tornou-se preocupação com o capitalismo industrial e o desenvolvimentismo; e, por fim, a justiça social ascende com a afirmação dos direitos políticos dos trabalhadores e a emergência da democracia moderna.

Para Pereira (2005b), o desenvolvimento surge com os Estados nacionais, isto é, estados soberanos embora interdependentes. Dada a autonomia dos governos, o sistema capitalista caracterizar-se-ia por uma permanente e acirrada competição internacional, antes acompanhada por guerras (a I e II Guerras Mundiais são dois excelentes exemplos), e atualmente, após aberturas comerciais e III revolução industrial, manifestar-se-ia na concorrência comercial e tecnológica.

1.5. Comentários ao capítulo

De 1945 a 1973, a redução da desigualdade de riqueza entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento parecia legitimar as profecias dos autores clássicos de que a riqueza mundial convergiria (FIORI, 1999). Nessa mesma época, o desenvolvimento tivera lugar de destaque, tanto na teoria quanto como finalidade da política mundial.

Com a chegada dos anos 70, novas questões colocaram-se, relegando o desenvolvimento ao segundo plano e dando lugar ao monetarismo e à ideologia neoliberal. Nos anos de 1970 e 80 os países latino-americanos passaram por graves crises; na década de 1990, foi a vez dos países asiáticos amargarem problemas econômicos.

As décadas de 1980 e 90 caracterizaram-se por crises recorrentes e baixo crescimento econômico mundial, tanto para a periferia quanto para os países centrais, embora em menor intensidade. Após 25 anos de abandono, ocorre o retorno ao problema original da Economia política clássica — o da riqueza das nações — e a retomada do desenvolvimento nacional. Trabalhos recentes como os de Hall e Jones (1996), Chang (1996) e Ravallion e Jalan (1996 e 1998) apontam para a importância de variáveis geográficas, institucionais e políticas na determinação dos diferenciais de renda regionais. Para essa corrente, políticas setoriais não bastariam dado que mesmo se a dotação de fatores equiparasse-se a das regiões mais ricas, haveria elementos diferenciadores nitidamente regionais (instituições, cultura, etc.), que fariam com que o resultado fosse diferente do da área mais rica. Logo, seriam necessárias políticas essencialmente regionais, o que requer uma análise do comportamento das principais variáveis que determinam o desenvolvimento em diversas regiões.

Como dito no início deste capítulo, o estudo do desenvolvimento foi impulsionado pela percepção da existência de desigualdade entre os países do mundo. Assim sendo, desde o início da discussão sobre o desenvolvimento a desigualdade esteve presente. Se como afirma Pereira (2005) o desenvolvimento é fruto do capitalismo, então como ele seria em essência desigual. O desenvolvimento pode sim melhorar o bem-estar das pessoas, quando, por exemplo, traz melhores condições de vida à população; mas não garante a igualdade entre pessoas e regiões.

Essa visão parece ser bem difundida no Brasil, já que a leitura de desenvolvimento no país baseou-se nos estudos de desigualdade — entre centro e periferia, economia "natural" e

de mercado, países dominantes e dependentes — até como forma de medir o próprio desenvolvimento.

Assim, dada a atualidade do tema desenvolvimento e sua íntima e estreita relação com a desigualdade, este se mostra também tema contemporâneo e, como tal, será objeto de estudo do próximo capítulo.

Capítulo 2 – Desenvolvimento e Desigualdade

2.1. Introdução

Como mencionado anteriormente, a evolução dos últimos dois séculos mostrou que, ao contrário do previsto por Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, a riqueza não apenas não se universalizou como também está cada vez mais concentrada, como dissera Friedrich List. Este acreditava que a desigualdade seria inerente ao capitalismo, devendo sempre uma região desenvolver-se em detrimento de outras. Nesse contexto, regiões de desenvolvimento recente, como América Latina e Brasil, seriam as áreas mais prejudicadas pelo processo.

Seguindo a lógica de List (1841), o próprio capitalismo se desenvolve calcado na desigualdade; assim sendo, nada mais natural que o mesmo ocorra dentro das nações, nas quais algumas regiões progridem em prejuízo de outras. Essas disparidades prejudicam as relações econômicas, a unificação do território, o pacto federativo e o próprio desenvolvimento nacional. As desigualdades inter-regionais tendem a se aprofundar em países geograficamente maiores, em virtude do maior tamanho e diversidade cultural e econômica, fatores esses que dificultam a criação de elos entre regiões e contribuem para a maior incidência de “bairrismos”.

Segundo Williamson (1965), as desigualdades regionais de renda seriam típicas dos países nos primeiros estágios do desenvolvimento; assim, as regiões de industrialização tardia seriam duplamente prejudicadas: primeiro, pelo fato dos países de capitalismo mais antigo se desenvolverem às custas de tais nações; e segundo, devido aos danos sofridos em virtude de suas desigualdades internas.

Portanto, em um país de industrialização tardia, excluído naturalmente do desenvolvimento mundial; com grandes desigualdades entre regiões; e de maiores dimensões geográficas, como o Brasil, as disparidades regionais tornam-se um grandioso empecilho ao desenvolvimento.

O objetivo desse capítulo é discutir o desenvolvimento a partir das desigualdades, com enfoque sobre as disparidades regionais brasileiras, utilizando, para tanto, a evolução do

debate sobre as disparidades nacionais. No item 2.2 apresenta-se o conceito de desigualdade, sua importância, como ela se apresenta no mundo e no Brasil. O tema tratado na seção 2.3 é a desigualdade brasileira regional, de seu início, no século XIX, até os anos mais recentes, pós-reformas. Por fim, são tecidas algumas considerações finais na seção 2.4.

2.2. Desenvolvimento e Desigualdade

Desigualdade pode ter significados diversos segundo a literatura. Para o Banco Mundial⁵, desigualdade é uma dispersão da distribuição de renda, do consumo, ou de algum outro indicador ou atributo da população. Geralmente a análise de desigualdade está associada à de pobreza e de redução de bem-estar. São três idéias distintas, embora interligadas. Enquanto a pobreza relaciona-se à distribuição familiar e individual, o conceito de desigualdade é mais amplo, incluindo a dispersão da distribuição como um todo. Por outro lado, desigualdade é um conceito mais restrito do que bem-estar, pois, embora ambos estejam ligados à distribuição em geral, o primeiro é independente do significado de distribuição e só concerne à dispersão da distribuição, ao passo que o segundo está associado a aspectos distributivos, tais como educação, qualidade de vida, atendimento das necessidades básicas, etc.

Embora as idéias de desigualdade de renda e bem-estar sejam relacionadas, podem caminhar em direções opostas. O bem-estar de uma sociedade pode aumentar apesar do crescimento da desigualdade, desde que o crescimento da renda média seja grande; isto é, um crescimento econômico muito acelerado pode superar a piora da desigualdade e levar a uma melhora do bem-estar.

Existem dois tipos de medidas de desigualdade propostas pela literatura econômica: um deles, seguindo a corrente positivista, mede desigualdade de forma objetiva, via medidas de mudança relativa de renda; o outro, a mensura com base na noção normativa de bem-estar social, levando em conta a perda trazida por uma distribuição desigual.

⁵ Definições presentes no próprio site do Banco Mundial (<http://www.worldbank.org>)

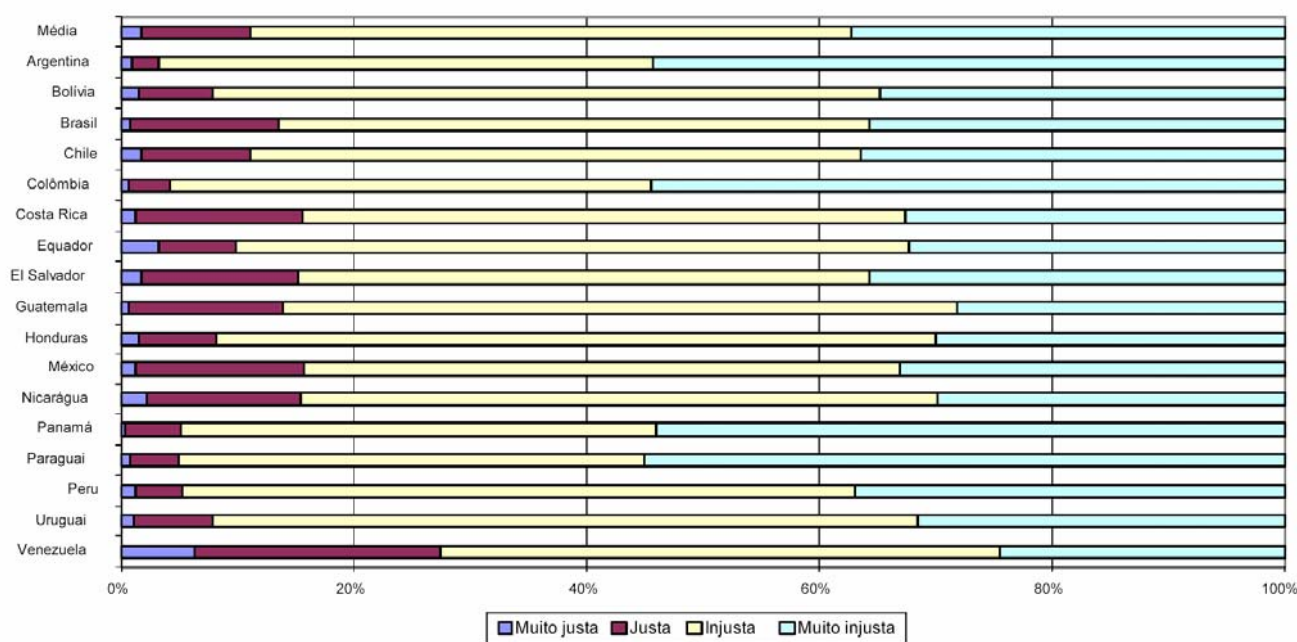
Para Sen (1973), essa questão metodológica apenas reflete a própria natureza dúbia do conceito de desigualdade em que há um elemento objetivo, segundo o qual uma distribuição 50-50 é mais equânime do que uma em que um tem tudo e o outro, nada; e outro normativo, quando se defronta com questões e conceitos éticos.

As duas noções são interligadas; portanto, mesmo que se priorize uma delas, a outra está implícita de alguma forma, e não deve ser totalmente abandonada.

O estudo da desigualdade justifica-se principalmente por seus efeitos sobre o desenvolvimento. Nos termos propostos por Sen (2000), a desigualdade impede o pleno desenvolvimento ao restringir as liberdades individuais.

Existe uma suposição consensual na economia — associada inicialmente aos utilitaristas, como Jeremy Bentham — de que o incremento de uma unidade monetária na renda de uma pessoa pobre geraria a ela uma maior variação na utilidade e, conseqüentemente, satisfação do que o mesmo incremento na renda de uma pessoa rica. Em outras palavras, quanto maior a renda, menor os benefícios trazidos por uma unidade monetária a mais. Assim, embora um aumento no consumo proporcione um aumento na satisfação, a taxa com que essa variação ocorreria seria decrescente.

Essa aversão à desigualdade não se restringe apenas à teoria. Pesquisas de opinião pública sustentam a visão de que a maioria dos latino-americanos está descontente com a proporção da desigualdade existente na região. Segundo os dados da enquete feita pelo Latinobarómetro — projeto de opinião pública chileno —, com exceção da Venezuela, mais de 80% da população latino americana considera a distribuição de renda da região injusta ou muito injusta (vide figura 1). Esses resultados são preocupantes, uma vez que esse ponto de vista poderia levar a uma descrença nas instituições responsáveis pela distribuição de renda.



* Fonte: Latinobarómetro (2001). Respostas à pergunta: "Você considera a distribuição de renda ... ?"

Figura 1 - Percepções sobre a equidade da distribuição de renda na América Latina

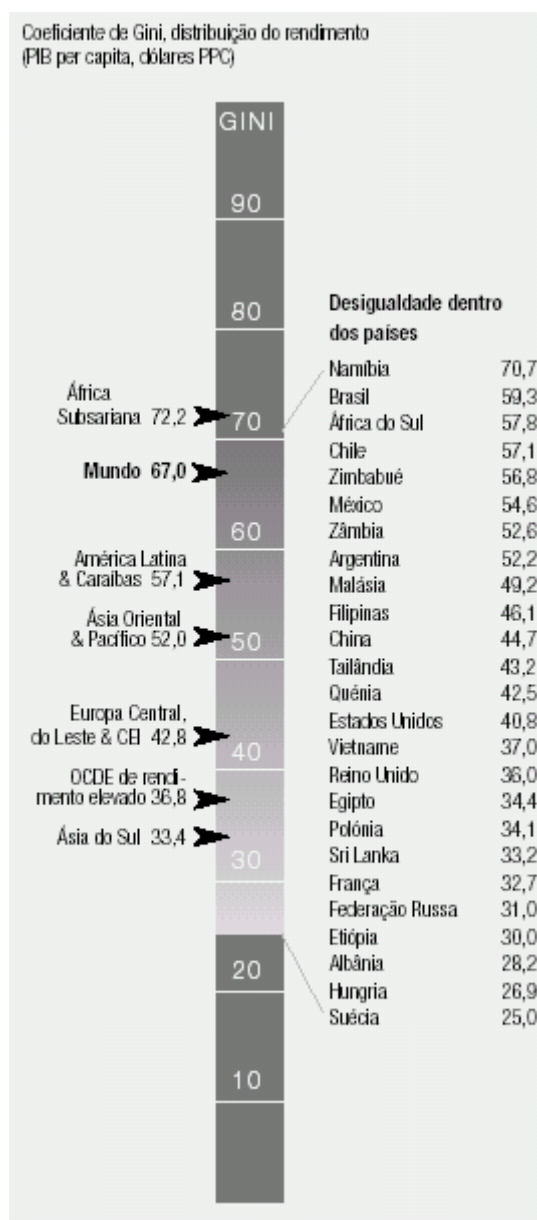
Além de ser intrinsecamente ruim, a desigualdade dificulta o processo de desenvolvimento, afetando várias metas e processos de desenvolvimento — como a capacidade de resolver conflitos sem a utilização da violência e a habilidade de administrar com eficiência os choques agregados.

No item a seguir são apresentados alguns dados sobre a desigualdade mundial recente.

2.2.1. Desigualdade mundial

Como foi dito no capítulo anterior, as políticas neoliberais fracassaram, tanto do ponto de vista de seus defensores, dado o baixo crescimento do PIB, quanto do ponto de vista de seus críticos, dada a elevação da desigualdade mundial e do desemprego. Segundo Nações Unidas (2005), além da maioria dos países que eram pobres no início da década de 1990 permanecerem como tal, houve um incremento na distância que possuem em relação aos países ditos ricos. Por exemplo: enquanto em 1990 um estadunidense médio era 38 vezes mais rico do que um habitante da Tanzânia, em 2005 essa relação era de 61 vezes.

De acordo com os dados da fonte supracitada, o coeficiente de Gini do mundo foi em 2003, de 67. Na Figura 2 a seguir são apresentados os Índices de Gini de algumas regiões e países do mundo.



Fonte: NAÇÕES UNIDAS (2005).

Figura 2 - Desigualdade de renda no mundo - Índice de Gini, 2003.

Como é possível perceber, a desigualdade no mundo é preocupante. Dentro das regiões, a África Subsaariana é região mais desigual, com índice de Gini de 72,2, seguida pela América Latina e Caribe, com um índice de 57,1.

No que diz respeito à desigualdade dentro dos países, o Brasil apresenta um dos maiores índices (59,3). Por esse motivo, a desigualdade brasileira será tema do próximo tópico.

2.2.2. Desenvolvimento e desigualdade no Brasil

O desenvolvimento econômico no Brasil apresenta duas características básicas: sempre dependeu da liderança estatal e produziu desigualdade, seja pessoal ou regional, de riqueza ou de oportunidades. Na realidade, o Estado como agente integrador da economia e do território e o projeto de desenvolvimento surgiram juntos, através do investimento público no setor produtivo, com gastos e subsídios do Estado em favor do setor privado e endividamento externo.

O desenvolvimento brasileiro teve como alicerces o crescimento econômico, infraestrutura e diversificação da base produtiva em detrimento de uma sociedade mais equânime, tanto em termos individuais quanto regionais.

O grau de pobreza e desigualdade foi determinado ao correr do tempo por uma complexa interação entre o crescimento da renda propriamente dito e toda uma gama de diferentes fatores. Estes compreendiam estruturas políticas, sociais, econômicas e as instituições delas resultantes. (THORP, 1999, p. 31).

Dessa forma, o desenvolvimento brasileiro, assim como o da maioria dos países da América Latina, é peculiar e paradoxal, dada sua íntima relação com a desigualdade, tida como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento. O desenvolvimento ocorre a partir da desigualdade e esta se reproduz ainda mais dentro do sistema criado, até o ponto em que o desenvolvimento não mais ocorre. Assim como as relações históricas, o desenvolvimento brasileiro traz em si o elemento que o impede de prosseguir.

Essa situação de desenvolvimento e concentração de renda ocorreu graças às altas taxas de crescimento econômico, especialmente entre 1950 e 1979, e à grande dependência de poupança externa. Com a crise da dívida no início dos anos 80, a fragilidade financeira do país juntamente com os limites e conseqüências da alta dependência da capital externo tornam-se evidentes.

Os dados de Barros e Mendonça (1995) comprovam a referida tese: o PIB *per capita* em 1990 foi cerca de 2,5 vezes o de 1960, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 3% ao ano. Poucas economias tiveram tal desempenho nesse período. Porém, esse crescimento não foi bem distribuído nem ao longo do período, tampouco entre os diferentes segmentos da população. Entre 1960 e 1990, a desigualdade de renda do país já era uma das mais elevadas do mundo. Segundo Williamson (1965), em 1950 o Brasil já possuía os maiores índices de desigualdades inter-regionais do mundo.

Como observado no capítulo anterior, autores brasileiros como Rangel (1957) e Pereira (2005a e 2005b) associam o modelo de desenvolvimento brasileiro à desigualdade, dando um destaque especial às disparidades na distribuição de renda, seja ela interpessoal ou inter-regional. O uso da renda como variável de análise ocorreu em parte por uma tradição existente nos institutos responsáveis pela coleta de dados latino-americanos de escolher a renda e rendimentos como variável de análise. Embora se reconheça a importância da renda como indicador de desenvolvimento, dado seu papel de prover a subsistência, existem outros fatores relevantes para a vida dos indivíduos e que são excluídos da análise, como educação, saúde, saneamento, emprego, entre outros. Assim sendo, atualmente os órgãos de coleta de dados ampliam as variáveis recolhidas, incluindo, por exemplo, o consumo.

Alguns importantes trabalhos sobre a desigualdade interpessoal de renda são: Langoni (1973), Fishlow (1973), Bonelli e Ramos (1993), Barros e Mendonça (1995). Dentre os estudos sobre desigualdades regionais, destacam-se Williamson (1965), Cano (1985), Pacheco (1995), Ferreira e Diniz (1995), Azzoni (1997 e 2003), Barros (1997), entre outros.

As desigualdades regionais, mais especificamente, são muito prejudiciais às relações comerciais, econômicas, produtivas, ao pleno funcionamento do pacto federativo, além de serem socialmente predatórias. Ademais, estudos sobre o tema, ao permitirem seu melhor conhecimento e entendimento, possibilitam que as políticas econômicas sejam mais eficientes. Logo, como tema é essencial para a discussão do desenvolvimento do país, ele será abordado na seção seguinte.

2.3. *Desigualdade regional*

Segundo Barros et al. (2000),

(...) o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. (...) os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição de renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. (BARROS *et al.*, 2000, p. 21).

No Brasil, existem diversos tipos de desigualdades: individuais/pessoais, de gênero (entre homens e mulheres), raciais, de oportunidades, regionais, entre outras. Todas elas, cada uma a seu modo e com sua intensidade, afetam negativamente o desenvolvimento, dado que restringem as liberdades individuais.

As desigualdades entre regiões de um mesmo país, mais especificamente, dificultam o desenvolvimento do país, ao: restringirem os ganhos com relações econômicas inter-regionais; limitarem o acesso a mercados consumidores potenciais; incentivarem o surgimento de conflitos como a guerra fiscal, entre outros. A guerra fiscal — conflito no qual regiões, acreditando que obterão vantagens econômicas em virtude da instalação de uma grande empresa em seu território, oferecem benefícios fiscais para atrair tais capitais —, vão além do econômico, gerando um conflito político que impede o pleno funcionamento do pacto federativo. Além de ineficaz do ponto de vista econômico, a competição entre regiões também é socialmente predatória, dado que transforma questões de concentração de renda em ilegítimas, pois seriam obstáculos ao progresso.

Qual a importância da questão regional atualmente? Primeiramente, diversos países unem-se em blocos econômicos para obterem benefícios, inclusive o Brasil. Assim, repensar as possíveis vantagens de uma reintegração do território nacional, em que haja uma maior complementaridade entre as regiões, é imprescindível em um ambiente de grande internacionalização da economia. Além disso, as alterações recentes acontecidas na economia brasileira tornam patente a importância das regiões para o desenvolvimento econômico, pois, embora as mudanças tenham ocorrido em todo país, não aconteceram na mesma intensidade nas diferentes áreas do país. Ademais, cada região responde de forma diferente às alterações,

o que provoca, quando não, agrava as disparidades regionais, tendo impactos sobre as condições de vida da população.

Para Pacheco (1995), a questão regional é uma problemática própria do desenvolvimento do capitalismo e da configuração de padrões de divisão do trabalho que se diferenciam espacialmente, com a subsequente diferenciação econômica do espaço e, portanto, também dos sujeitos que o habitam. Segundo esse autor, não é a simples existência de diferenciação setorial que caracteriza uma região e determina sua atividade econômica, mas sim a forma como os complexos setoriais das diferentes regiões se relacionam/confrontam e o modo como eles respondem aos eventos da economia mundial.

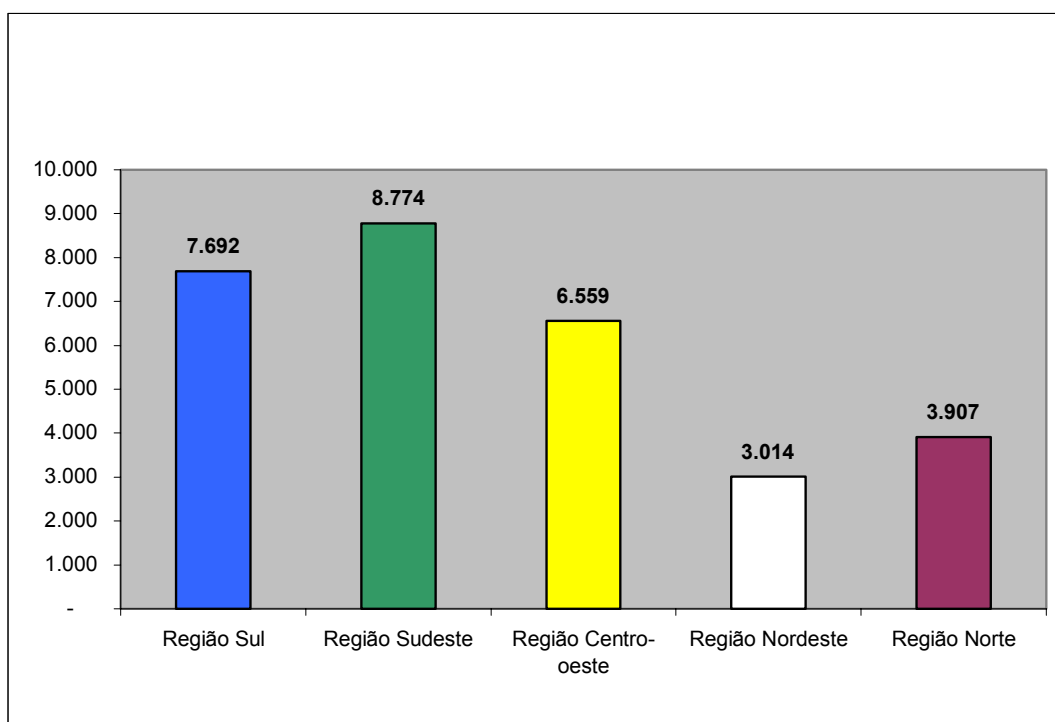
Existem duas formas de caracterizar o problema regional: a desigualdade e concentração. No caso da desigualdade, consideram-se as condições experimentadas pelas pessoas e atividades econômicas em alguns pontos do território nacional; já a concentração de produção e atividades em pontos do território nacional, é determinada pelas diferenças de oportunidades associadas a isso. A migração pode reduzir as desigualdades, mas, por outro lado, eleva a concentração de atividade e pessoas em um território.

O tema é freqüentemente discutido pela literatura. Pessoa (2001), influenciado pelo modelo de Solow-Swan⁶, considera que as disparidades existentes entre as regiões existiriam por características dos indivíduos que nelas vivem, e não por características das regiões. Assim, o problema seria de natureza individual/social, não caracterizando, portanto, problema regional do ponto de vista econômico.

Outros trabalhos empíricos recentes, como Servo (1999), Azzoni e Servo (2001), Barros (2002), Miranda et al. (2002) e Neto e Campelo (2003), embora reconheçam que a maior parte da desigualdade de renda interpessoal do país seja explicada por diferenciais de atributos pessoais, discordam de Pessoa (2001), afirmando que as disparidades regionais de renda permanecem elevadas mesmo considerando a questão individual.

Os dados divulgados pela PNAD de 2001 contrariam a tese de Pessoa (2001): a região Sudeste apresentava, em 2000, uma renda *per capita* correspondente a, aproximadamente, três vezes a do Nordeste, como é mostrado no Gráfico 1.

⁶ Esses modelos estão mais detalhados em Barro e Sala-i-Martin (1995).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001.

Gráfico 1 - Renda *per capita* das Macro-Regiões Brasileiras em 2000 (em R\$ de 2000)

Nos trabalhos citados, os autores priorizaram a renda e sua dispersão como variáveis de análise. Ainda que se reconheça a importância da renda para o desenvolvimento, outros fatores relevantes devem ser considerados, como, por exemplo, o desemprego devido a seus efeitos danosos para o bem-estar das pessoas. Afinal, o que se busca não é a riqueza em si, mas sim as possibilidades por ela proporcionadas; em outras palavras, a utilidade da riqueza está no que ela permite fazer. É muito importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação das condições e qualidade de vida, assim como o é entender a natureza restritiva e dependente dessa relação.

Na seção seguinte, a evolução das desigualdades regionais brasileiras é apresentada, desde seu surgimento, no último quarto do século XIX, até 1985.

2.3.1. Evolução da questão regional no Brasil

De uma forma geral, a literatura que analisa a origem das desigualdades regionais a associa ao modelo de desenvolvimento nacional, que deu pouca ou nenhuma atenção aos diferenciais inter-regionais, a ponto de o Brasil ser considerado um dos países com os maiores e mais persistentes índices de desigualdades inter-regionais⁷.

Dentre as causas atribuídas pela literatura de uma forma geral às desigualdades regionais brasileiras estão a formação do mercado interno e a integração econômica das regiões por ela promovida. Nesse sentido, a dinâmica das desigualdades regionais está intimamente ligada aos movimentos de mudança estrutural por que passou a economia.

Cano e Guimarães Neto (1987) dividem o desenvolvimento em três momentos:

- i) Século XIX - 1930: fase em que as regiões teriam relativa autonomia e quando começam as desigualdades regionais;
- ii) 1930-1962: fase de integração comercial e divisão inter-regional do trabalho;
- iii) 1962 - primeira metade da década de 1980: período de integração produtiva.

As raízes das disparidades regionais brasileiras encontram seus determinantes mais gerais nos ciclos primário-exportadores que estão nas raízes da constituição do espaço econômico nacional. No fim do século XIX e início do século XX, a demanda de bens de consumo era suprida pela produção local ou por importações. Assim, faltavam estímulos para a integração do mercado nacional e a produção industrial não era suficientemente dinâmica para incentivar o desenvolvimento do mercado nacional. Dessa forma, as regiões eram pouco integradas, havendo relativa autonomia.

Segundo Cano (1985), tal situação começaria a mudar em virtude da crise de 1929, quando a integração do país passou a ser identificada como essencial para a constituição do mercado interno brasileiro e, conseqüentemente, para o progresso do próprio país. Essa integração, que se estendera até 1960, consistia na eliminação das barreiras comerciais entre regiões, contando com o apoio do Estado, que passara a converter os problemas regionais em nacionais. Nesse período de “articulação comercial”, considerada base para a constituição do mercado interno brasileiro, as desigualdades regionais ampliaram-se, dado que a articulação ocorreu a partir de uma região hegemônica — Sudeste —, dotada de base produtiva maior e mais eficiente, forçando as demais regiões a ajustarem-se ao limitado espaço econômico que

⁷ Vide Savedoff (1989) e Azzoni (1992).

lhes restara. Assim, a região onde a industrialização se iniciara foi beneficiada pela existência de relações econômicas que lhe garantiram uma posição hegemônica que tem condicionado o desenvolvimento das demais. Isso não significa que as demais regiões não tiveram chances de expandir e diversificar sua atividade produtiva, mas que as taxas com que isso ocorreu diferem e são subordinadas à área hegemônica (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 43).

Ferreira (1996a) e Azzoni (2003), ao considerarem a evolução das desigualdades apenas na década de 1950, afirmam que a distribuição de renda teria sido mais igualitária entre as regiões nos referidos anos. Assim, como as desigualdades de uma forma geral foram ampliadas no período (1929-1960), como afirma Cano (1985), infere-se que de 1929-1949 elas ampliaram-se de forma que mesmo o processo favorável dos anos 50 não fora suficiente para retornar aos níveis anteriores.

A integração do território nacional avança também nos anos de 1960 e 1970, período em que a industrialização pesada ocorre. Ao contrário do ocorrido no período anterior, os ciclos expansivos das décadas de 1960 e 70 ocorrem em um contexto de economia integrada, o que, por si só, já contribui para acelerar as taxas de crescimento. Para Pacheco (1995), embora essa consolidação do mercado nacional unifique a dinâmica de acumulação, ela preservou certos graus de autonomia, definidos pelas especificidades das estruturas produtivas de cada região. Assim, a unificação do mercado não apenas não eliminaria a diferenciação entre as regiões, como a reforçaria, dada a complementaridade que passaria a existir entre as estruturas produtivas de cada região. Nessa época, há políticas para uma migração do capital do Sudeste para as demais regiões — com destaque para o Norte e Nordeste do país — e a articulação comercial cede espaço para uma integração produtiva.

Na década de 1960 há uma reconcentração da renda nas regiões mais tradicionais. Segundo Azzoni (2003), a renda *per capita* nacional concentrar-se-ia nas regiões Sul e Sudeste entre 1965 e 1975. Essa concentração explicar-se-ia pela forte centralização do poder em virtude do regime ditatorial que se instalara no país.

Com a consolidação do processo de desconcentração regional na década de 1970, há a melhora da distribuição de renda inter-regional, com convergência da renda *per capita* das regiões para a média nacional, processo esse acelerado no intervalo 1975 a 1985, como observam os estudos realizados por Azzoni (1994), Ferreira (1996a) e Ferreira e Diniz (1995) e Ferreira e Ellery Jr. (1996), entre outros.

Ferreira e Diniz (1995) vão além da mera constatação de convergência, buscando os fatores responsáveis pela desconcentração no período e, conseqüentemente, da tendência de diminuição das desigualdades de renda *per capita*. A convergência do período 1975 a 1985 estaria associada aos seguintes fatores:

(i) Desenvolvimento e ampliação da infra-estrutura básica. Com a ampliação da infra-estrutura de transporte, da energia elétrica e das telecomunicações, promoveu-se a unificação do território nacional e criaram-se condições para o surgimento de novas alternativas locais para atividades industriais e para a expansão das fronteiras agrícola, neste caso, especialmente em direção ao Centro-Oeste.

(ii) Movimento das fronteiras agrícola e mineral. A produção agropecuária encontrou no Sul e Centro-Oeste áreas para sua expansão a partir dos anos 70; nos anos 80, a expansão da fronteira agrícola atingiu Tocantins, Bahia, Piauí e Maranhão. No que tange à produção mineral, atividade antes concentrada no Sul do país, houve uma ampliação e diversificação para outras regiões, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, atraindo investimentos da indústria transformadora para tais locais, dada a necessidade técnica que essas empresas têm de estar perto da extração de minerais.

(iii) Ação direta dos estados em termos de investimentos e concessão de subsídios e incentivos fiscais. A partir da década de 70, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), um grande montante de investimentos industriais foi realizado em diversos estados brasileiros. Intencional ou não, o fato é que tais medidas contribuíram para a desconcentração produtiva. Além disso, os subsídios e incentivos fiscais concedidos; a criação de órgãos de apoio a áreas desfavorecidas, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência de Desenvolvimento da Região Amazônica (SUDAM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); os incentivos agrícolas, de reflorestamento, turismo e exportação; política de preços mínimos para produtos agrícolas e de equalização dos preços dos combustíveis também contribuíram para a desconcentração regional.

(iv) A crise econômica e política do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro enfrentou, nos últimos anos, uma crise econômica e política devido a dois fatores: a) o esvaziamento econômico do estado ocorrido em virtude da crise da cafeicultura gerada pela expansão da produção para outros estados; e b) agravamento desse esvaziamento econômico devido à ida da capital da República para Brasília.

(v) Reversão da polarização da indústria da área metropolitana de São Paulo. A concentração das atividades industriais na região metropolitana paulista, característica própria do processo de industrialização nacional, provocou aumento dos custos de uma forma geral, especialmente os relacionados a terrenos, serviços sociais básicos e de infra-estrutura, aluguéis e salários relativos. Nos anos 80, soma-se a esses fatores a ampliação do controle da poluição e das reivindicações sindicais, o que incrementou ainda mais os custos, tendo por resultado a "fuga" dos investimentos da Região Metropolitana de São Paulo, fenômeno semelhante ao ocorrido em outras regiões do mundo. Além disso, os próprios incentivos para a transferência de investimentos para outras regiões anteriormente citados também contribuíram para a redução da polarização da indústria em São Paulo;

(vi) Movimentos migratórios e a alteração da distribuição regional da população. Embora tenha permanecido alto o fluxo de habitantes para o Sudeste, a emergência de oportunidades em outras regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste reverteu um pouco a tendência existente.

O autor termina o texto com a seguinte conclusão:

Em síntese, apesar das desigualdades regionais da economia brasileira, as alterações estruturais do padrão locacional das atividades industriais, extrativas e agropecuárias e seus efeitos sobre os serviços urbanos, conjugados com os movimentos migratórios, sugerem que a tendência à convergência das rendas *per capita* estaduais e regionais deve manter-se, em que pese as brutais diferenças na distribuição interpessoal da renda no Brasil, em todas as regiões. (FERREIRA e DINIZ, 1995, p. 55)

Segundo as previsões feitas por Ferreira (1996a) e Ferreira e Ellery Jr (1996), apesar de ter sido identificada uma tendência de convergência entre as rendas *per capita* regionais, isso ocorreria de forma muito lenta. Ferreira (1996a) destaca que tal convergência parece ser

"condicional", com as rendas do Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste tendendo para um mesmo valor enquanto a do Nordeste tenderia para um valor menor.

Contudo, tais previsões de continuidade do processo convergência da renda *per capita* falharam e o processo esgota-se na segunda metade da década de 1980, devido, entre outros fatores, ao agravamento da crise econômica do país e à crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. A questão regional passa a ganhar um caráter que não se resume apenas à constituição do mercado interno e à montagem de uma estrutura produtiva integrada, marcada por uma forte relação de complementaridade inter-regional e subsidiada por incentivos fiscais, que patrocinaram o crescimento solidário das regiões brasileiras. Esse tema será tratado com mais detalhes na próxima seção.

As próprias transformações da economia internacional e as opções de política econômica interna contribuíram para tal fato. A nova problemática que se coloca diz respeito às implicações, regionalmente diferenciadas, de uma dinâmica de economia aberta ou semi-aberta, diante de intensa globalização.

2.3.2. As transformações da década de 1990: mudanças estruturais

A partir da década de 1985, as elevadas taxas de inflação tornam-se um problema de primeira ordem, sendo prioridade das políticas nacionais. O país enfrentou uma grave crise fiscal e financeira, havendo redução da capacidade do Estado atuar na economia, o que tem por consequência o abandono de políticas regionais. Além disso, no referido ano o país iniciou um novo período político.

Diante da incapacidade da União de atuar na economia e do próprio processo de descentralização da economia, Estados e Municípios tornaram-se mais autônomos. Porém, tal autonomia veio acompanhada de maiores responsabilidades, inclusive em relação a suas próprias contas. Assim sendo, regiões com diferentes capacidades de arrecadação e com gastos diversos tornaram-se responsáveis por suas próprias contas, com pouco apoio do Estado.

A década de 1990 caracterizou-se por diversas mudanças, tanto em âmbito nacional, quanto internacional: internacionalização da economia, mudanças nas relações produtivas,

flexibilização das relações de trabalho, alterações no mercado de trabalho, estabilização monetária, abertura comercial, amadurecimento do sistema tributário implantado em 1988, formação do Mercosul, metas de superávit primário, crescente endividamento do setor público, maior autonomia das esferas subnacionais de governo, grande uso do câmbio como medida de política econômica, entre outras. Além disso, as chamadas reformas estruturais tiveram reflexos sobre a produtividade, e conseqüentemente competitividade, e sobre o mercado de trabalho. Nesse contexto, as políticas regionais estiveram em segundo, quando não terceiro plano.

Como foi descrito na seção anterior, há um consenso na literatura quanto ao comportamento das desigualdades inter-regionais entre 1970-1985; porém, o mesmo não ocorre no que diz respeito ao fim da tendência de convergência das rendas *per capita* regionais, surgindo, nos anos de 1990, o chamado “debate da convergência”.

Segundo Barros (1997), existem três hipóteses básicas que explicam tal processo:

(i) “Azar estatístico”. A reversão do processo de convergência das regiões brasileiras seria fruto de um acontecimento fortuito. Essas mudanças seriam temporárias, devendo as próprias forças de mercado encarregar-se de, em um futuro próximo, resolver a situação. Por exemplo: mudança da fertilidade relativa da terra devido a uma inovação na tecnologia de cultivo;

(ii) Movimentos fortuitos de curto prazo atribuíveis a ciclos econômicos. Assim sendo, o fim da tendência de convergência seria uma conseqüência da forma como a economia se contrai nos ciclos econômicos. Essa hipótese contemplaria desde relações setoriais até políticas públicas dirigidas à economia como um todo. Associar o fim da tendência de convergência à dependência da redução das desigualdades regionais de políticas governamentais ativas poderia ser um exemplo dessa corrente. Assim, o fato do governo ter sua capacidade de atuar na economia reduzida em períodos recessivos devido a crises fiscais e monetárias pode justificar a atenuação da convergência regional em períodos de baixo crescimento econômico;

(iii) Mudanças estruturais na dinâmica econômica recente. Essa hipótese aponta para a possibilidade de não existir uma tendência de redução das disparidades regionais no

Brasil com o atual modelo de desenvolvimento. Isso implica que deverão ocorrer mudanças estruturais promovidas por políticas públicas, para que volte a haver convergência.

Alguns autores associam o fim da convergência a partir da segunda metade da década de 1980 às mudanças nas políticas regionais (segunda hipótese). Enquanto nos anos de 1960 e 1970 o estado teve participação ativa dinâmica regional, na década seguinte as dificuldades fiscais e financeiras reduziram sua capacidade de transformar a economia, como destacam Ferreira (1996b) e Cano (1995).

Ferreira (1996b) acredita na existência de uma tendência de convergência, que, no entanto, sofreu um desvio transitório devido à recente diminuição da capacidade do Estado atuar na economia. Assim, o autor vê o fim da convergência como transitório e que deve ser revertido no longo prazo. Observa-se nesse autor clara influência da teoria neoclássica do crescimento de Solow-Swan descrita no capítulo anterior. Para ele, uma reorientação das políticas públicas poderia contribuir para o restabelecimento do processo de convergência.

Ao contrário de Ferreira (1996b), Cano (1995), influenciado pelas idéias cepalinas, não crê em uma tendência de convergência determinada pelas forças de mercado, mas sim como produto de circunstâncias históricas específicas. Para ele, as mudanças ocorridas nas políticas públicas foram de tamanha magnitude que não haverá condições de recuperação da tendência à convergência.

Outros autores associam a reversão da tendência de convergência a questões estruturais, como Barros (1997) e Azzoni (1997 e 2003). Segundo Barros (1997), o fim da redução das desigualdades regionais brasileiras a partir da segunda metade da década de 1980 não teria sido aleatório, tampouco fruto da diminuição das políticas de desenvolvimento, mas sim resultado de uma mudança de paradigma de desenvolvimento, não só nacional como também internacional. Esse novo paradigma seria consequência da evolução da economia internacional e a forma como ela se refletiu internamente, exigindo uma nova forma de política regional. Como consequência de um novo paradigma de desenvolvimento, o fim da redução das desigualdades não é fenômeno passageiro.

Para Barros (1997), o fim do antigo paradigma ocorre na década de 1970, com a presença de quatro fenômenos: (i) nos países desenvolvidos, ocorre a maturação do processo de desenvolvimento tecnológico calcado na manufatura, que se desenvolveu desde 1950; (ii) massificação de um bom nível educacional nos países desenvolvidos, que também começou

na década de 50; (iii) inserção dos países subdesenvolvidos no mercado internacional como exportadores de manufaturados; (iv) países desenvolvidos enfrentam um longo período de ajustes nas suas economias devido à recessão e aos desequilíbrios gerados pela crise do petróleo.

Esses fatos levaram a dois processos: em virtude da concorrência dos países subdesenvolvidos, os países desenvolvidos aceleraram seu desenvolvimento tecnológico; e a redução das margens de lucro de suas empresas.

Embora os países subdesenvolvidos entrassem no mercado internacional como exportadores, ainda havia uma vasta tecnologia, desenvolvida no paradigma anterior, a absorver, durante as décadas de 1970 e 80. No caso mais específico do Brasil, seu ritmo acelerado de desenvolvimento nos anos 70 fez com que no final da década já não existissem muitas oportunidades de absorção tecnológica com o antigo paradigma. Esse seria o momento para o desenvolvimento de tecnologias do novo paradigma, senão fosse a grande turbulência macroeconômica que retardou a percepção das regras do novo paradigma de desenvolvimento.

A partir da segunda metade dos anos 80, em virtude da crescente concorrência, as empresas brasileiras tiveram que absorver as tecnologias geradas nas décadas de 1970 e 1980 nos países desenvolvidos, como informática e automação industrial. As empresas que não se adequaram ao novo padrão tornaram-se ineficientes e perderam a capacidade de competir no mercado, dada a obsolescência e perda da capacidade de competição das tecnologias do paradigma metal-mecânico.

Como as novas tecnologias das décadas de 1970 e 1980 foram criadas nas nações desenvolvidas — países onde o uso de capital humano como fator de produção já era difundido —, as empresas localizadas nos países subdesenvolvidos como o Brasil foram forçadas, nos anos 90, a priorizar locais com maior disponibilidade de capital humano, ou seja, regiões Sul e Sudeste, em detrimento do Nordeste, o que reforça e agrava as disparidades inter-regionais brasileiras.

O aumento da utilização de capital humano e a introdução de novos processos tecnológicos geraram três tipos de externalidades: facilidade de criação de novos processos, aprendizado no trabalho (*learning by doing*), e a difusão do conhecimento no local de trabalho. Dessa forma, a concentração das novas atividades nas regiões Sul e Sudeste contribuiu para o aumento das desigualdades regionais.

Assim como Barros (1997), Azzoni (1997 e 2003) identifica as questões estruturais como causa da reversão da convergência. A diferença entre os estudos está no fato de Barros (1997) caracterizar o processo de constituição do novo paradigma, enquanto Azzoni (2003) detalha as características de uma das mais importantes faces desse novo paradigma — a internacionalização da economia — e algumas mudanças próprias da economia brasileira nos anos de 1990.

Segundo Azzoni (1997 e 2003) a intensificação da internacionalização da economia, nos últimos anos, gerou uma nova configuração das relações produtivas — influenciada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informática — que não tem muita semelhança com a existente há uma década. A globalização tornou os processos de ajustes das economias nacionais muito fortes e o tempo de transmissão dessas mudanças para todo o planeta tornou-se quase imediato.

Uma face desse processo de reconfiguração das relações produtivas é o chamado *downsizing*, ou seja, redução do tamanho das empresas sem diminuição da produção. Tal fenômeno causa a aceleração de substituição de mão-de-obra por equipamentos em todas as áreas da produção e administração, o que pode gerar a flexibilização das relações de trabalho. Além disso, as novas tecnologias exigem outras habilidades dos trabalhadores. Dessa forma, funções antes importantes tornam-se desnecessárias, devendo o trabalhador reposicionar-se em segmentos de menor qualificação e, portanto, de menores salários.

Assim, algumas vantagens comparativas que fizeram com que algumas áreas se desenvolvessem com base na qualidade de sua mão-de-obra têm-se esvaído mais e mais com o tempo, determinando um novo quadro de competitividade regional. (AZZONI, 1997, p. 82).

Muitas dessas alterações no âmbito da reestruturação produtiva produzem efeitos concentradores do ponto de vista territorial. Primeiro, a mão-de-obra de baixo custo já não mais seria tão atrativa quanto no passado. Por outro lado, algumas das mudanças nas relações trabalhistas requerem escalas mínimas de produção, existentes quase que exclusivamente nos grandes conglomerados regionais, como, por exemplo, a terceirização de atividades e informalização do mercado de trabalho. Provavelmente, as regiões mais pobres irão "importar" das áreas mais ricas atividades terceirizadas, antes providas localmente.

Não apenas ocorreram mudanças relativas ao trabalho, como também alterações substanciais na estrutura e propriedade do capital: agora, grande parte do capital está

localizada no I Mundo. As antigas pequenas propriedades são substituídas por grandes cadeias internacionais de estabelecimentos, o que teve grande impacto sobre a classe média.

Diante da internacionalização da economia mundial, muitos países viram-se obrigados a abrirem suas economias. O Brasil, por exemplo, realizou uma abertura comercial tardia frente aos demais países e em ritmo acentuado. Dessa forma, o ajuste de setores, muitas vezes protegidos e ineficientes, realizou-se de forma muito acelerada, exacerbando os problemas próprios do processo. Um deles é a redução de "efeitos de espraiamento", produzidos pelo crescimento da região central do país, dada a entrada de insumos importados de melhor qualidade e preços mais atrativos. Segundo Azzoni (2003), não se deve ignorar os efeitos dessa abertura comercial na análise de concentração espacial da atividade brasileira.

Azzoni (2003), assim como Pacheco (1995), atentam para os efeitos regionais da formação do Mercosul, que agravará os fatores gerais associados à abertura comercial, uma vez que beneficiará a região Sul, contribuindo para a ampliação das tradicionais desigualdades do país.

Um aspecto específico do Brasil no que se refere aos ajustes da Economia, abordado por Azzoni (2003), é a reestruturação do setor público nacional. Vale destacar dois pontos: a ausência de políticas sociais compensatórias quando as regiões necessitavam de apoio para se ajustarem à nova realidade nacional e internacional; e as privatizações, que transferiram capital para as regiões mais ricas, dada a presença dos principais candidatos em tais áreas. Como a privatização exige uma reestruturação interna para ampliar a competitividade, realizada via investimentos em modernização e ampliação, cria-se um diferencial ainda maior entre região rica e pobre, acentuando desigualdades e criando efeitos dinâmicos futuros mais deletérios. Se antes o produto gerado ficava na região produtora, agora ele é transferido para uma outra região já rica onde se encontram seus novos proprietários.

Por último, Azzoni (2003) destacou os efeitos da estabilização da moeda. Para ele, embora a reestruturação produtiva fosse certa, em decorrência do novo modelo de economia internacional que exige a criação de condições de competitividade a todo custo, no caso brasileiro, mais especificamente, muitas das ineficiências existentes, não detectadas devido à impossibilidade de análise comparativa de preços antes do Plano Real e que postergavam a falência das empresas a quando se chegasse a um ponto irreversível, passam a ser detectadas com a estabilização dos preços, acelerando o fim de tais atividades. O conjunto de todos esses

elementos criou condições diferenciadas nos anos recentes, com conseqüências inevitáveis nos próximos anos.

Dessa forma, a internacionalização da economia e as mudanças estruturais pelas quais a economia brasileira passou nos últimos anos são responsáveis pelo aumento da competitividade das áreas mais ricas, em detrimento das demais.

Fora do debate da convergência, alguns autores observam os efeitos específicos das reformas sobre a dinâmica regional brasileira. Camargo, Néri e Reis (1999) mostram que as reformas dos anos 90 propiciaram consideráveis melhorias da produtividade e aumento da competitividade, às custas da expansão do desemprego sendo esta relacionada à redução do emprego industrial que, por sua vez, foi causada pelas mudanças trazidas pela abertura comercial, como aumento da competitividade e novas organizações do trabalho.

Néri (2000), analisa o efeito do Plano Real para as desigualdades inter-regionais. Ele observa que, embora o Plano Real não tenha reduzido as desigualdades, dado que ele era um plano de estabilização, e não de redistribuição, a redução de instabilidade levou à ilusão de que houve redução nas disparidades. Para o autor, as regiões mais pobres como Nordeste, Norte e Centro-Oeste obtiveram ganhos de renda, enquanto o Sudeste enfrentou uma deterioração na riqueza. Curioso observar que a crise se fez presente nas regiões mais ricas (Sul e Sudeste), afetando as camadas com maiores condições de enfrentá-la, enquanto as populações mais marginalizadas (as das regiões mais pobres) foram poupadas. A crise de 1996-1998 e o desemprego que trouxe consigo seriam características das áreas metropolitanas, e não do emprego de uma forma geral.

Segundo Rocha (2000), entre 1996 e 1998 há uma grande heterogeneidade espacial das mudanças, ou seja, os efeitos do Real e da crise que o seguiu foram diversos nas regiões. Ao contrário de Néri (2000), a autora afirma que a desigualdade entre as áreas ditas pobres, como Nordeste e Norte, e as ricas, Sul e Sudeste, teria se solidificado, embora o Centro-Oeste tenha apresentado melhorias. Por outro lado, ela concorda com Néri no que diz respeito à piora das regiões metropolitanas após a estabilização. Além disso, a autora conclui também que os efeitos distributivos do Plano Real se esgotaram em 1996, mantendo-se constantes desde então.

Como foi possível notar, a questão regional ganhou um novo caráter pós 1985, deixando de ser fruto apenas da dinâmica interna e passando a se tornar parte da economia global. A seguir, algumas considerações finais.

2.4. Comentários ao capítulo

A partir da evolução das desigualdades regionais descrita anteriormente, pôde-se observar que a questão regional ganhou um novo caráter pós 1985, deixando de estar relacionada apenas a componentes internos, tornando-se internacionalizada, assim como toda a economia. As alterações econômicas tornam patente a importância da questão regional para o desenvolvimento econômico, pois, embora as mudanças tenham ocorrido em todo país, não aconteceram na mesma intensidade nas diferentes regiões. Ademais, cada região responde de forma diferente às alterações, o que provoca, quando não, agrava, as disparidades regionais, tendo impactos sobre as condições de vida da população.

Embora as reformas estruturais tenham surgido como possíveis soluções para a crise que se instalou no país e de fato tenham gerado incrementos no produto e produtividade, elas trouxeram também novas questões a serem enfrentadas pela economia mundial, como o crescente desemprego, que agora possui elementos estruturais, e não mais conjunturais, como anteriormente, prejudicando desenvolvimento dos países.

Diante desse novo contexto, a simples análise da evolução das disparidades regionais a partir da renda *per capita* se faz incompleta para a análise do desenvolvimento, sendo necessária a utilização de outros indicadores que contemplem novas questões, como a relação conflituosa entre produtividade do trabalho e emprego.

A proposta do próximo capítulo reside justamente na mensuração de desenvolvimento a partir de um novo indicador de disparidade regional, calcado na renda *per capita*, na produtividade, emprego e ocupação da população.

Capítulo 3 - Indicadores de Desenvolvimento e Considerações Metodológicas

3.1. Introdução

Nos termos propostos por Sen (2000), a desigualdade impede o pleno desenvolvimento ao restringir as liberdades individuais. Diante das questões teóricas pode-se explorar o contra-senso entre as noções de desenvolvimento e desigualdade. Uma forma de fazê-lo é investigar empiricamente a questão localizando regiões e períodos. A mensuração exige, por sua vez, a definição de indicadores pertinentes com atributos capazes de revelar a complexidade que se deseja explorar. Além disso, o uso de instrumental estatístico e fontes de dados confiáveis é decisivo para avaliar o comportamento das variáveis selecionadas para um estudo.

Para os que identificam desenvolvimento como crescimento econômico, o produto seria a melhor medida de desenvolvimento. Embora se reconheça sua grande importância, dado que ele é uma medida de riqueza da região, o desenvolvimento envolve outras questões e variáveis, como educação, saúde, violência, produtividade, emprego, entre outras.

A proposta desse capítulo consiste na elaboração de indicadores de desenvolvimento que contribuam para a observação de como as regiões brasileiras reagiram às mudanças da última década. Para tanto, desenvolveu-se um indicador a partir da desagregação do PIB *per capita* em indicadores de produtividade e grau de mobilização de recursos.

O capítulo divide-se em mais três seções: na 3.2 faz-se uma breve discussão sobre o uso de indicadores de desenvolvimento; na seção seguinte, apresenta-se um indicador que inclui produtividade e emprego na análise; e, por fim, propõe-se um novo indicador com base no desenvolvido por Dunford (1996) e apresenta-se a metodologia a ser usada no capítulo seguinte.

3.2. Indicadores de Desenvolvimento

Os indicadores são empregados, principalmente, como forma de mensurar o grau de atendimento de objetivos e o nível de realização de atividades. Em meio a fenômenos complexos e, portanto, de difícil entendimento, o uso de indicadores adequados pode ser elucidativo, tornando o estudo mais sistemático e organizado.

Segundo Durkheim (1893), um indicador busca acompanhar uma determinada realidade a partir de uma medida; logo, ele deve ser ao mesmo tempo adequado ao estudo do conceito e mensurável.

O fato de um indicador ser condicionado por um conceito implica na dependência de um modelo teórico aceito para descrever tal fenômeno. Um índice de desigualdade de renda, por exemplo, é o resultado da concepção teórica que explicita relações consideradas relevantes para compreensão do fenômeno da disparidade de renda.

É raro encontrar um indicador que represente totalmente um conceito, pois, quanto mais complexo o conceito, mais difícil será sua representação via um único indicador. Assim, faz-se necessário o emprego de diversos indicadores, cada um voltado para a descrição de uma dimensão particular do conceito em questão. Isso só é eficiente quando as várias dimensões do conceito são cobertas.

Dado que um indicador é condicionado a um conceito e, portanto, depende de uma teoria, os fatores que influenciam o desenvolvimento variarão de visão para visão, assim como os indicadores propostos. Dessa forma, para os autores que identificam desenvolvimento como crescimento econômico, o produto e suas variações, como produto *per capita*, bastariam para a mensuração do desenvolvimento.

Apesar de serem indicadores amplamente difundidos, o PIB e sua relação com a população total de um país estão longe de serem medidas ideais de desenvolvimento, uma vez que desconsideram diversas outras variáveis importantes, como educação, saúde e emprego. Além disso, tais indicadores não representam um fator muito ligado ao desenvolvimento capitalista: as desigualdades existentes, tanto entre pessoas e regiões, e os elementos que a causam.

Para preencher tal lacuna, indicadores de desigualdade de renda/rendimento como os Índices de Gini, Theil e Sen, dentre outros, também são usados na análise de

desenvolvimento. Porém, mesmo o uso combinado do PIB *per capita* e medidas de desigualdade é insuficiente para verificar o desenvolvimento. A análise de um tema de tamanha complexidade requer uso de diversos indicadores que atinjam o maior número possível de dimensões do conceito.

Diante disso, estudiosos das Nações Unidas desenvolveram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), constituído por indicadores de renda (renda *per capita*), de condição de saúde (expectativa de vida) e de condições de educação (média ponderada da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior). Por trás dessa combinação está a idéia de que o crescimento material de um país, refletido na renda *per capita*, deve vir acompanhado de um aumento na esperança de vida de seus habitantes e de uma expansão nas condições de educação, de modo a tornar efetivamente universal esse crescimento.

Embora o surgimento de um índice como o IDH seja um avanço na análise do desenvolvimento, ele não esgota a questão, uma vez que algumas outras variáveis, como produtividade e desemprego, também deveriam constar no cômputo do grau de desenvolvimento, como se mostra na próxima seção.

3.3. Produto, produtividade e emprego

Como já dito anteriormente, a década de 1990 caracterizou-se por baixo produto, aumento das disparidades e desemprego, a despeito do aumento da produtividade ocorrido em virtude do avanço tecnológico mundial. Diante desse contexto, as variáveis produtividade e emprego tornam-se variáveis importantes no entendimento dos fenômenos econômicos recentes.

Dunford (1996) criou uma maneira perspicaz e simples de incluir tais variáveis na análise do desenvolvimento. Nesse trabalho, ele busca razões empíricas e teóricas capazes de conectar a geografia da desigualdade com a geografia da produtividade e da mobilização de potencial humano; em outras palavras: o referido autor procura pontos que liguem a distribuição espacial da desigualdade pelo continente europeu com a distribuição espacial da

produtividade e da capacidade de mobilizar recursos. Para tanto, M. Dunford cria um indicador a partir da desagregação do PIB *per capita* em produtividade e taxa de emprego. Ilustrando:

$$\frac{PIB}{PT} = \frac{PIB}{P.Emp} \times \frac{P.Emp}{PT} \quad (1)$$

a b c

Em que:

PIB = Produto Interno Bruto

PT = População Total

$P.Emp$ = População Empregada

a) $\frac{PIB}{PT} = \text{PIB per capita}$

b) $\frac{PIB}{P.Emp} = \text{Produtividade do emprego}$

c) $\frac{P.Emp}{PT} = \text{Taxa de emprego}$

Assim, as disparidades do produto *per capita* seriam causadas por diferenciais de produtividade e da taxa de emprego — esta última reflete a capacidade de uma economia mobilizar potencial humano.

A produtividade, indicador muito utilizado nas análises acerca do crescimento econômico, é importante não só por ser indicador de eficiência econômica, mas também por gerar tempo livre ao trabalhador. A variação da produtividade é uma síntese de decisões empresariais em decorrência do meio competitivo, sendo função: da tecnologia e modernização do parque industrial; dos métodos de gestão e de qualidade; dos salários pagos; e das mudanças no perfil da demanda por formação e qualificação profissional. Todos esses

fatores apresentaram alterações nos anos recentes, interferindo positivamente na produtividade.

O emprego, por outro lado, representa a capacidade da economia mobilizar os recursos disponíveis. Como mostrado no primeiro capítulo, o desemprego tornou-se um dos principais males mundiais, não apenas para as nações em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos. Mesmo nos países que possuem eficientes sistemas de garantias sociais, como os da União Européia, o desemprego mostra-se um grave problema, pois permanece a grande insatisfação depois de resolvida a questão material, visto que uma parcela substancial da população se vê excluída do processo de reprodução social e os jovens não vislumbram qualquer perspectiva para suas vidas.

Com tal desagregação, Dunford incluiu importantes variáveis que ficam ocultas na relação PIB *per capita*, como preços relativos, produção física e lucratividade — todas relacionadas à produtividade — e crescimento da população, tudo que regula a relação capital/trabalho, mercado de trabalho e mecanismos de proteção social, escolaridade, qualificação profissional — no que tange à parcela da população empregada.

Dessa forma, Dunford (1996) explicitou importantes fatores envolvidos no conceito de Produto, assim como indicado por Moldau (1998), possibilitando uma melhor caracterização do desenvolvimento. Com base no indicador criado por Dunford (1996), desenvolveu-se um outro indicador mais adequado à realidade brasileira, como será visto na próxima seção.

3.4. Disparidades regionais brasileiras: considerações metodológicas

A análise da desigualdade inter-regional no Brasil priorizou a distribuição de renda. Embora o estudo da renda seja importante pelo papel que tem de prover a subsistência das pessoas, ela não é o único fator no bem-estar da população.

Na última década, variáveis como produtividade e emprego ganharam grande valor para o desenvolvimento. A produtividade é importante não só por ser indicador de eficiência econômica, mas também por gerar tempo livre ao trabalhador. O emprego, por outro lado, representa a capacidade da economia mobilizar os recursos disponíveis. Além disso, o

emprego é uma relação social que possibilita ao trabalhador obter os meios que lhes garantirão a subsistência.

Além das mudanças já citadas, a população brasileira também sofreu alterações. A redução das taxas de natalidade e mortalidade e o aumento da expectativa de vida da população brasileira causaram uma mudança no perfil populacional brasileiro: a população nacional não mais é constituída predominantemente por crianças e adolescentes, mas sim por adultos, que, como tal, devem inserir-se na economia.

Dessa forma, justifica-se o estudo das desigualdades inter-regionais brasileiras na última década em termos de produtividade e grau de mobilização de recursos, e seu efeito para o desenvolvimento e, conseqüentemente, para a expansão das liberdades individuais, como proposto por Sen (2000).

Para tanto, redefiniu-se o indicador de Dunford (1996), de forma a explicitar outros indicadores, a partir de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

$$\frac{PIB}{PT} = \left(\frac{PIB}{P.Emp}\right) * \left(\frac{P.Emp}{P.Ocup}\right) * \left(\frac{P.Ocup}{PEA}\right) * \left(\frac{PEA}{PT}\right). \quad (2)$$

a b c d e

Em que:

PIB = Produto Interno Bruto

PT = População Total

P.Emp = População Empregada (formal + informal)

P.Ocup = População Ocupada

PEA = População Economicamente Ativa

a) $\frac{PIB}{PT} = \text{PIB per capita}$

$$b) \frac{PIB}{P.Emp} = \text{Produtividade do Emprego}$$

$$c) \frac{P.Emp}{P.Ocup} = \text{Grau de Mobilização de recursos com o trabalho}$$

$$d) \frac{P.Ocup}{PEA} = \text{Taxa de ocupação}$$

$$e) \frac{PEA}{PT} = \text{Participação da população economicamente ativa na população total ou População potencialmente capaz de gerar riqueza}$$

Para facilitar o entendimento, o Quadro 1 a seguir possui a definição dos conceitos de cada uma dessas variáveis.

Quadro 1 - Definição das variáveis utilizadas

<i>Variável</i>	<i>Definição</i>	<i>Fonte</i>
PIB – Produto Interno Bruto	Valor Agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do Território econômico do país, independente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços.	IPEA
População Total	População existente naquele local no período de referência (365 dias).	IBGE – PNAD
População Economicamente Ativa (PEA)	Parcela da população, com mais de 10 anos de idade, que está ocupada ou busca ocupação durante o período de referência (365 dias). É essa parcela da população que pode gerar riqueza. Parte dela realmente o faz (população Ocupada) e outra parte procura uma forma de fazê-lo (população desocupada). PEA = Pop. Ocupada + Pop. Desocupada	IBGE – PNAD
População Ocupada	É a parcela da população que realmente gera riqueza. As pessoas ocupadas são divididas pelo IBGE em 8 categorias. São elas: Empregado, Trabalhador doméstico, Trabalhador por	IBGE – PNAD

	<p>Conta Própria, Empregador, Trabalhador não remunerado membro da unidade familiar (que trabalha pelo menos uma hora para ajudar algum membro da família), Outro Trabalhador não-remunerado (aprendiz, estagiário, por exemplo), Trabalhador na produção para consumo próprio (subsistência), Trabalhador na construção para uso próprio (trabalhador que construía edifícios e casas para uso próprio ou de familiar).</p> <p>Pop. Ocupada = Empregados + Empregadores + Conta Própria + Trabalhador doméstico + Trabalhadores não-remunerados + Trabalhador para consumo e construção própria.</p>	
População Empregada	<p>Parcela da população que trabalha para um empregador, cumprindo uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadoria, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, etc.). Os empregados foram classificados em: com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos e sem carteira assinada.</p> <p>População Empregada = Emprego com carteira assinada + Emprego sem carteira assinada + Militares e Funcionários Públicos.</p>	IBGE – PNAD
PIB per capita	Relação entre o PIB e a população total do país. É o produto por habitante. É um indicador de desempenho econômico.	Elaboração Própria
Produtividade do emprego	Relação entre PIB e população empregada. Importante indicador de eficiência econômica, mostra quanto cada empregado geraria do PIB por ano.	Elaboração Própria
Grau de mobilização de recursos com emprego	Participação da população empregada na população ocupada. Mede quanto da população que gera riqueza o faz por meio do emprego, seja ele formal ou informal.	Elaboração Própria
Taxa de Ocupação ou Grau de mobilização de recursos disponíveis	É a relação entre a população Ocupada e a PEA. Mostra quanto da população que pode gerar riqueza realmente o faz. Ou seja, mostra de que forma a economia está aproveitando os recursos disponíveis.	Elaboração Própria
População potencialmente capaz de gerar riqueza	Relação entre PEA e a População Total. Como o próprio nome diz, mostra quanto da população pode gerar riqueza.	Elaboração Própria

Essa equação pode ser interpretada como a desagregação do PIB *per capita* em produtividade, parcela dos recursos mobilizados com o trabalho, capacidade de mobilizar recursos disponíveis e parcela da população potencialmente capaz de gerar riqueza. Embora a desagregação seja semelhante à de Dunford, ambos resultam em indicadores de produtividade e grau de mobilização de recursos. A PEA e a População Ocupada foram incluídas na análise devido às mudanças ocorridas no Brasil.

A análise de Dunford (1996) foi feita para a economia europeia, cujo perfil populacional difere do brasileiro — ainda existe uma parcela considerável da população brasileira que não tem idade para ser economicamente ativa, o que não ocorre na Europa. Por outro lado, com a redução da taxa de natalidade e elevação da expectativa de vida, a população brasileira deixou de ser constituída principalmente por crianças e adolescentes para ser formada basicamente por adultos, pessoas essas aptas a gerar riqueza. Isso também leva à análise de como as instituições brasileiras reagiram a tal mudança.

A População Ocupada, por sua vez, permite observar a capacidade da economia mobilizar os recursos disponíveis; em outras palavras, é a parcela da população capaz de gerar riqueza que realmente o faz. Ora, se a economia mundial, embora mais produtiva, não foi capaz de absorver a população que poderia estar empregada, a análise da população ocupada permite observar se essa população passou a ocupar-se de outras atividades que não o emprego.

A População Empregada, variável já usada por Dunford (1996), permite analisar detidamente o mercado de trabalho. O cálculo do coeficiente $\frac{P.Emp}{P.Ocup}$ expressa a parcela da população ocupada que está empregada. Diante das mudanças ocorridas na última década na economia nacional, no mercado de trabalho, nas empresas, essa variável permitirá observar se a capacidade de mobilizar recursos com o trabalho mudou.

O reconhecimento das limitações do uso do PIB *per capita* como indicador de desenvolvimento contribuiu para seu desmembramento em um produto de indicadores de eficiência, mobilização formal de mão-de-obra e mobilização potencial da mesma.

3.4.1. Metodologia e Fontes

Este trabalho consiste na comparação e análise das disparidades de produto *per capita*, produtividade, grau de mobilização recursos com o emprego, taxa de ocupação e população potencialmente capaz de gerar riqueza, entre as cinco Macro-Regiões brasileiras nos anos de 1992-2002. Dessa forma, o trabalho contempla a análise de variáveis — absolutas e relativas — tanto de forma horizontal — observação da evolução das variáveis no tempo — quanto vertical — comparação dos dados regionais.

Os dados utilizados são os da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), do IBGE, e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), pesquisa realizada pelo Ministério

do Trabalho e Emprego. Além disso, os dados serão deflacionados pelo Deflator implícito do PIB.

As variáveis analisadas são as presentes no Quadro 1 apresentado anteriormente, todas em termos absolutos quanto relativos, no tempo e espaço. Além de taxas de crescimento, também serão calculados desvios em relação à média nacional, média e crescimento acumulado.

Além da Produtividade do Emprego, também será incluída na análise a Produtividade Total (relação entre PIB e População Ocupada). Enquanto a Produtividade do Emprego representa apenas a produtividade dos trabalhadores que estão empregados, a Produtividade Total inclui na análise a população que se ocupa de outras atividades que não o emprego (vide Quadro 1), mas que também contribuíram para o PIB. A Produtividade Total seria a produtividade da economia como um todo, incluindo até mesmo a dos empregadores, enquanto a Produtividade do Emprego diria respeito apenas ao PIB que cada pessoa empregada poderia gerar.

Algumas ressalvas precisam ser feitas. Primeiramente, os dados populacionais da Região Norte disponibilizados pelo IBGE restringem-se à área urbana, sendo excluídos da pesquisa os dados das áreas rurais, dada a dificuldade para sua obtenção. Por esse motivo, os dados referentes à população nortista estão subestimados, interferindo nos indicadores calculados, especialmente PIB *per capita* e as produtividades. Apesar dessas questões, optou-se por manter tais dados.

Além disso, vale ressaltar que não houve PNAD nos anos de 1994 e 2000. Embora seja verdade que em 2000 foi realizado o Censo, as metodologias das pesquisas são diferentes, o que poderia gerar distorções na análise.

As mudanças ocorridas na economia e seu conseqüente impacto setorial tornam imprescindível a inclusão de uma caracterização das regiões a partir dos setores mais importantes. O intuito não é fazer uma análise setorial — o que poderia ser feito em trabalho futuro —, mas sim caracterizar as regiões a partir de seus setores mais importantes.

Para complementar a análise, as regiões brasileiras serão caracterizadas de acordo com os setores possuidores do maior número de estabelecimentos e empregados no período estudado.

Capítulo 4 – Brasil em Dados

4.1. Introdução

A economia brasileira enfrentou intensas alterações na década de 1990, passando de uma economia fechada ao fluxo de comércio e capitais internacionais, com uma forte presença do Estado na produção de bens e serviços e uma crescente tendência inflacionária para um Brasil de economia aberta, com redução na proteção comercial e liberalização dos fluxos de capitais, redução da presença estatal como produtor de bens e serviços, através do processo de privatização, culminando em um programa de estabilização baseado em uma âncora cambial e respaldado na abertura comercial e financeira.

Durante a década de 1990 o desemprego revela um componente estrutural significativo e um aumento na importância de choques realocativos no desemprego. Assim, os efeitos dos choques setoriais se não adequadamente considerados levarão a subestimar a taxa de desemprego e as alterações ocorridas no mercado de trabalho em termos das movimentações entre trabalho formal, informal, formas de subsistência, trabalho autônomo e empregadores.

Procurando observar os movimentos do mercado de trabalho, do rendimento e da produtividade, partimos dos cálculos, segundo formalizado no capítulo anterior, para construir uma análise do período para o país. Começamos com as informações sobre o número de estabelecimentos para identificar com precisão a expansão de unidades produtivas que oferecessem, em última instância, formas variadas de trabalho. Na seqüência partimos para o cálculo e interpretação dos resultados gerados pela metodologia apresentada.

4.2. Estabelecimentos por setores

Na Tabela 4 é apresentada a evolução do número de estabelecimentos nos principais setores da economia. No Brasil como um todo, houve um incremento de 63,62% no número de estabelecimentos.

Tabela 4 - Número de Estabelecimentos por Setores - 1992/2002

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
1992	196.375	46.078	467.080	435.927	64.814	1.496.057
1993	194.760	50.593	470.835	434.235	74.064	1.526.288
1994	201.019	73.535	556.296	507.719	185.066	1.610.269
1995	220.468	81.626	625.733	581.602	208.626	1.769.517
1996	223.978	80.836	653.313	642.928	220.929	1.844.388
1997	236.983	86.876	708.737	696.969	229.537	1.968.276
1998	242.083	87.492	744.099	729.945	236.166	2.042.530
1999	247.855	95.778	781.580	760.179	245.632	2.131.508
2000	255.203	96.867	832.453	798.746	255.217	2.238.687
2001	262.207	97.738	883.036	829.421	262.179	2.334.581
2002	270.887	102.039	935.293	865.438	274.208	2.447.865

Fonte: RAIS

Em 1992, as atividades com o maior número de estabelecimentos eram, nesta ordem: comércio, serviços, indústria, agropecuária, construção civil. Passados 11 anos, os setores com maior número de estabelecimentos passaram a ser: comércio, serviços, agropecuária, indústria e construção civil.

O setor que apresentou o maior crescimento no número de estabelecimentos nos anos estudados foi o agropecuário (359,13%). Desde meados da década de 1980 o setor perdeu subsídios concedidos pelo governo o que, somado à concorrência trazida pela abertura comercial obrigou os produtores a reduzir custos para aumentar a produtividade do setor. Assim, o setor beneficiou-se da importação de tecnologia. Por outro lado, com a abertura comercial houve uma reprimarização da pauta exportadora, beneficiando esse setor.

O desempenho da agropecuária fez com que ela passasse de quarto setor em número de estabelecimentos para terceiro, em detrimento da indústria. Enquanto a agropecuária foi o setor com o maior aumento no número de estabelecimentos, a indústria foi o com a menor variação no período analisado (44,96%). Isso porque a abertura comercial acirrou a concorrência no setor, levando muitas empresas à falência. As que sobreviveram foram obrigadas a passar por uma série de mudanças, desde gerenciais, tecnológicas até transformações nas relações de trabalho. As novas tecnologias exigiram mão-de-obra qualificada e em pequena quantidade.

Comércio e Serviços permanecem como os setores com maior número de estabelecimentos e apresentaram altas taxas de crescimento (120,09% e 110,88%,

respectivamente). Por fim, o número de estabelecimentos na construção civil, apesar da queda sofrida em 2003 em virtude da instabilidade existente, cresceu cerca de 109,65%.

A evolução do número de estabelecimentos nas regiões brasileiras é apresentada na Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 - Número de Estabelecimentos por Macro-Regiões - 1992/2002

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1992	84.509	148.632	29.573	819.146	297.709
1993	90.667	155.640	32.318	834.935	309.183
1994	102.050	164.624	35.425	892.896	342.612
1995	120.309	199.774	39.577	1.020.055	385.371
1996	129.232	218.847	44.049	1.053.923	395.370
1997	142.639	236.795	50.434	1.110.125	426.627
1998	152.379	250.482	54.784	1.138.455	445.361
1999	164.634	269.857	58.170	1.174.482	464.248
2000	178.141	288.998	63.751	1.217.513	490.284
2001	191.170	304.527	68.844	1.256.050	513.990
2002	205.711	325.949	75.248	1.303.418	537.539

Fonte: RAIS

Observando os setores nas regiões, nota-se que ocorreu no Brasil como um todo é reflexo do que ocorreu nas regiões: a agropecuária apresentou um desempenho excepcional enquanto a indústria de transformação apresentou um crescimento reduzido e conseqüente queda em sua participação no total nacional.

Nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, o setor que apresentou o maior número de estabelecimentos foi a agropecuária, passando de quarta para terceira em número de estabelecimentos, em detrimento da indústria de transformação. Na Região Nordeste, a atividade passou de quinta para quarta em número de estabelecimentos e está se aproximando da terceira (indústria de transformação). A região Sul não apresentou mudanças na ordem.

Apesar do crescimento da região Sudeste ter sido o menor de todas as regiões (59,12%) e da conseqüente perda em sua participação no total do país, a região ainda é a maior em número de estabelecimentos com cerca de 52% do total do país. Observa-se também que a região foi a mais afetada pelas mudanças ocorridas no período: a indústria de transformação, setor de destaque na região, foi o mais prejudicado pelas transformações, tendo um crescimento mais alto apenas no imediato pós Plano Real, para ficar quase

estagnado nos demais anos. Comércio e serviços permanecem sendo os setores com o maior número de estabelecimentos.

A região Nordeste é a terceira região em número de estabelecimentos. Um fator que chama a atenção está no fato de que a Administração Pública é atividade na qual o Nordeste possui mais de 26% dos estabelecimentos.

Embora a região Norte ainda possua os menores valores no que tange ao número de estabelecimentos, seu crescimento é de fato significativo (154,45%). Os setores que mais se destacaram em termos de crescimento foram Agropecuária e Construção Civil.

O número de estabelecimentos da Região Sul quase dobrou, mas sua estrutura setorial permaneceu a mesma. Por outro lado, a região que é chamada de celeiro do país teve a menor taxa de crescimento na Agropecuária, embora esse tenha sido o maior da região. O número de estabelecimentos agropecuários da Região Centro-Oeste aproxima-se cada vez mais do sulista. Devido às privatizações ocorridas na região, ela deixou de ser a segunda em número de estabelecimentos para tornar-se a terceira.

A região Centro-Oeste foi a segunda que mais cresceu em número de estabelecimentos (143,42%), principalmente entre 1994-1997, o que provavelmente está ligado aos efeitos imediatos do Plano Real e da abertura comercial.

Essa ampliação mais intensa no número de estabelecimentos em regiões mais periféricas pode estar relacionada ao fato de a concorrência ter-se acirrado muito nas regiões Sul e Sudeste. Por outro lado cabe aqui também notar que, em número de estabelecimentos, o maior crescimento pertence à Agropecuária, fato esse explicado pela abertura comercial, em detrimento da indústria de transformação. Por outro lado, pode estar relacionado a um esgotamento de possibilidades no Sul e Sudeste.

4.3. População com carteira assinada

Além do número de estabelecimentos, optou-se por observar também quais foram os setores que tiveram o maior número de empregados com carteira assinada por região. Assim, pode-se observar se o setor que possui um maior número de vínculos formais é o com o maior número de estabelecimentos.

Tabela 6 – Número de trabalhadores com carteira assinada por setores

1992-2002

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
1992	5.146.368	903.982	2.644.743	10.738.772	471.394	22.272.843
1993	5.197.399	890.334	2.732.735	10.673.102	506.334	23.165.027
1994	5.604.338	1.105.432	3.211.525	11.541.539	999.956	23.667.241
1995	5.384.820	1.077.735	3.340.398	12.688.108	1.007.480	23.755.736
1996	5.272.105	1.119.229	3.463.649	12.889.559	993.834	23.830.312
1997	5.141.637	1.162.045	3.668.782	13.104.067	997.892	24.104.428
1998	4.893.877	1.136.900	3.761.058	13.679.456	1.012.012	24.491.635
1999	5.014.367	1.047.891	3.937.911	13.955.693	1.035.374	24.993.265
2000	5.285.321	1.094.528	4.251.762	14.523.020	1.072.271	26.228.629
2001	5.390.932	1.132.955	4.487.004	15.092.999	1.085.724	27.189.614
2002	5.642.941	1.106.350	4.826.533	15.969.854	1.138.235	28.683.913

Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS

No Brasil, o número de empregados com carteira assinada aumentou cerca de 23,82% no período analisado. Em 1992, o setor que possuía o maior número de empregados com carteira assinada era o setor de serviços, seguido pela indústria, comércio e agropecuária. Onze anos depois, a situação permaneceu a mesma. O setor que mais cresceu em número de empregados com carteira assinada foi a agropecuária (141,46% no período), seguida pelo comércio (82,49%) e serviços (48,17%). O emprego formal industrial foi o de menor crescimento, cerca de 9,64% no período analisado. Na indústria de transformação mais especificamente, a variação foi de 10,53%.

Tabela 7 – Trabalhadores com carteira assinada por Macro-Regiões brasileiras

1992-2002

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
1992	1.377.405	3.468.720	771.813	12.532.519	3.806.885	22.272.843
1993	1.497.843	3.598.122	889.482	12.889.634	3.998.148	23.165.027
1994	1.589.841	3.662.561	891.905	13.213.717	4.138.561	23.667.241
1995	1.627.908	3.854.070	910.152	13.253.259	4.100.397	23.755.736
1996	1.643.786	3.894.643	927.630	13.266.774	4.090.474	23.830.312
1997	1.745.992	3.915.451	953.667	13.254.636	4.230.918	24.104.428
1998	1.852.536	4.059.894	1.008.776	13.276.634	4.291.365	24.491.635
1999	1.914.612	4.181.752	1.032.143	13.456.591	4.407.954	24.993.265
2000	2.091.439	4.374.850	1.094.365	14.042.822	4.625.153	26.228.629
2001	2.175.406	4.555.019	1.161.780	14.437.616	4.859.793	27.189.614
2002	2.323.786	4.859.397	1.296.597	15.128.474	5.075.659	28.683.913

Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS

No que diz respeito às Macro-Regiões brasileiras, a região Sudeste permanece sendo a que possui maior número de empregos formais, seguida pelo Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Embora o Sudeste permaneça sendo o maior empregador formal do país, sua taxa de crescimento do período como um todo foi a menor (20,71%). O setor que possui o maior número de empregados com carteira assinada na região permanece sendo o de serviços, com 8.688.223 empregados, em 2002. A indústria, que ainda é o segundo setor em número de funcionários com carteira assinada sofreu uma redução nos dez anos estudados, passando de 3.201.267 empregados em 1992 para 3.011.848 empregados em 2002, confirmando a tese de autores como Camargo, Néri e Reis (1999), para quem o setor industrial, especialmente do Sudeste, foi o mais afetado pela perda do emprego ocorrida na última década. A agropecuária é uma das atividades que possui o menor número de empregados formais na região.

A região Sul é a segunda no país em número de empregados com carteira assinada e teve um crescimento no período de 33,33%. Assim como no Sudeste, o setor com o maior número de empregos formais na região Sul foi o de serviços seguido pela indústria. Porém, a indústria sulista quase dobrou seu número de empregados com carteira assinada. A agropecuária, que antes era o setor com o menor número de empregados formais, cedeu lugar à construção. Mesmo assim, o setor possui poucas pessoas com vínculos empregatícios.

A região Nordeste teve um incremento no número de empregados formais de 40,09%. Assim como nas demais regiões, o setor de serviços permanece sendo o maior empregador na região. Dentro do setor de serviços, a Administração Pública é o maior empregador formal da região. Por outro lado, o comércio, que era em 1992 o terceiro setor em número de empregados com carteira assinada, aproxima-se à indústria, devendo ultrapassá-la nos próximos anos. Logo, observa-se que a informalidade na região é muito presente.

A região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior crescimento no período (68,71%). Nessa região, os setores que mais empregam são serviços e o comércio, sendo o terceiro lugar relegado à indústria.

Por fim, a região Norte é a que possuiu o menor número de empregados com carteira assinada. Assim como nas outras regiões, o setor de serviços é o maior empregador. A evolução do comércio na região faz-se muito presente, passando de terceiro colocado para segundo, em detrimento da indústria.

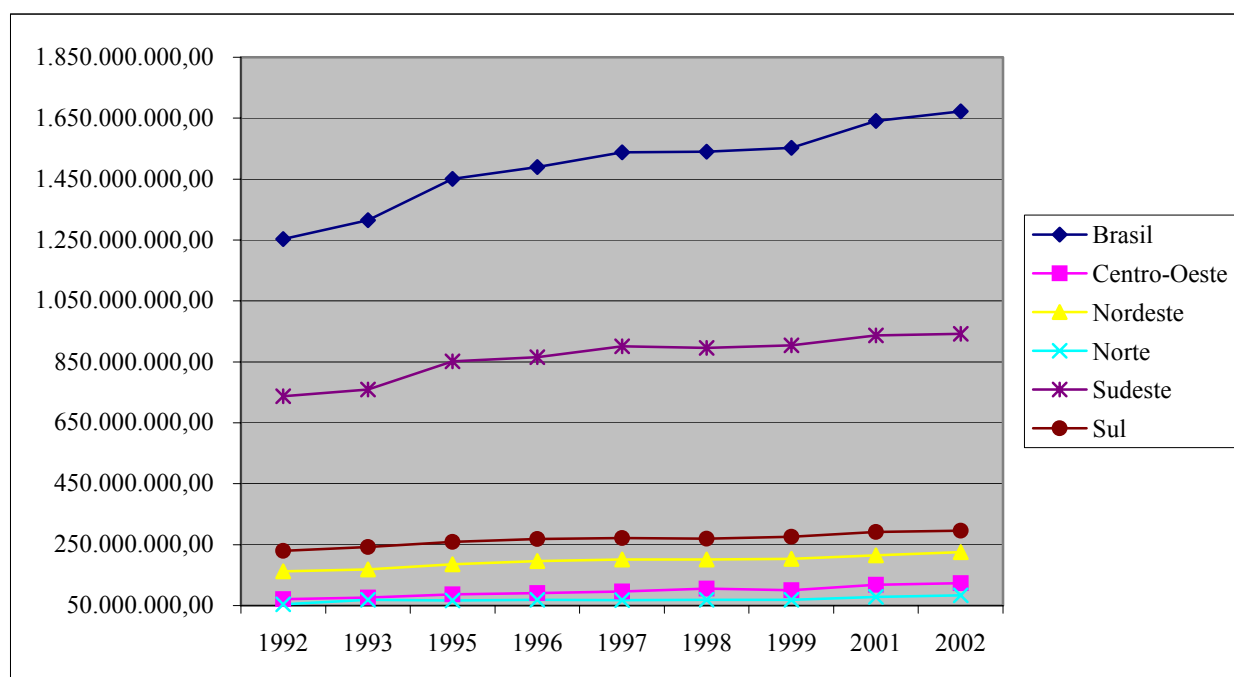
Em suma, por meio dos dados disponibilizados pela RAIS é possível observar que em todo o país a indústria foi o setor que sofreu o maior abalo com as transformações enfrentadas pela economia na década anterior. A agropecuária, por outro lado, foi o setor que mais se beneficiou das mudanças; porém, o setor não é tradicionalmente um dos maiores empregadores formais.

4.4. Indicadores de Desenvolvimento

Para melhor entendimento do leitor, essa seção é dividida em duas: a primeira, que possui os valores absolutos das variáveis, e a segunda, com os valores calculados com base na metodologia exposta no Capítulo 3.

4.4.1. Evolução de alguns Indicadores econômicos e populacionais

O PIB brasileiro cresceu cerca de 33,47% nos anos analisados, cerca de 2,66%a.a., como é mostrado no Gráfico 2.

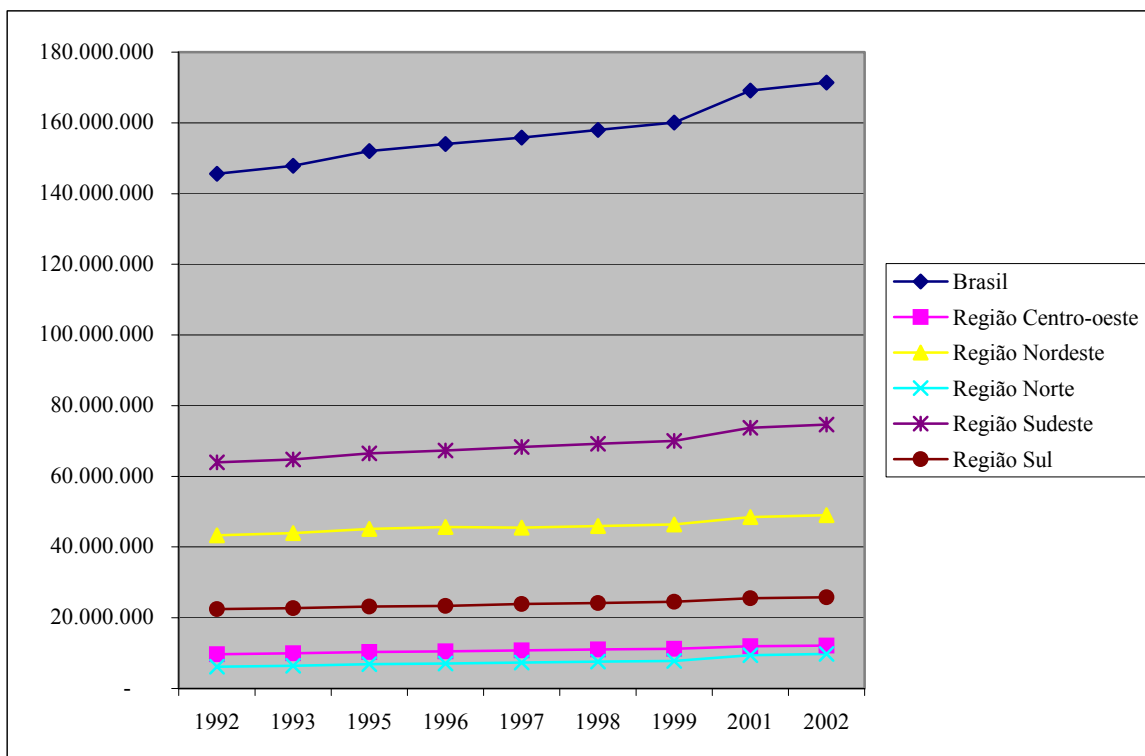


Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto por Macro-regiões Brasileiras (em mil R\$ de 2004) - 1992-2002

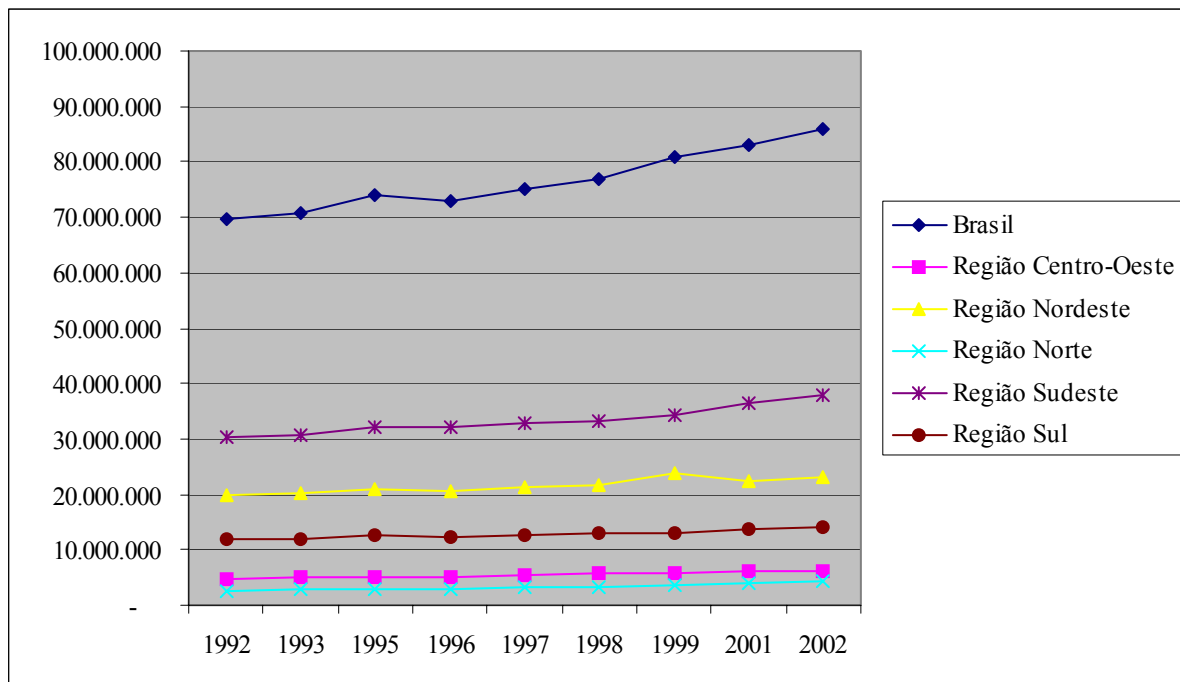
Embora a região Sudeste tenha apresentado o menor crescimento (27,82% no período), ela ainda possui o maior PIB do país, com R\$ 941.836.201.854, em 2002. O segundo maior PIB pertence à região Sul, seguida pela Nordeste, Centro-Oeste e Norte. As regiões que mais cresceram foram a Centro-Oeste e Nordeste, com um incremento no PIB de 74,26% e 54,51%, respectivamente.

Nos Gráficos 3, 4 5, 6 e 7 é mostrada a evolução da população brasileira.



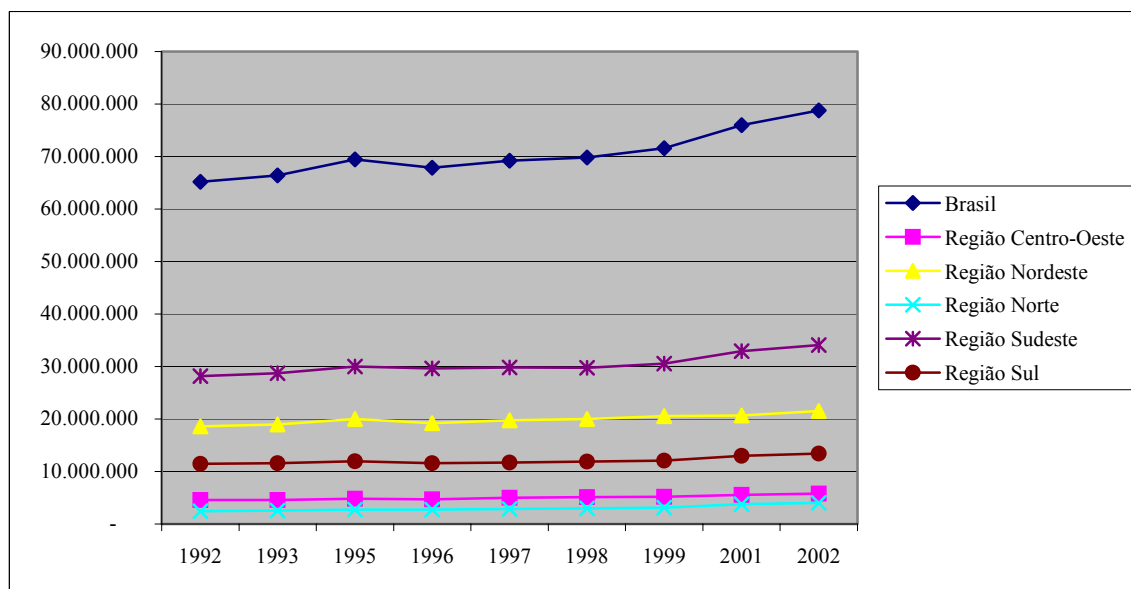
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 3 – População Total, por Macro-Regiões Brasileiras – 1992-2002



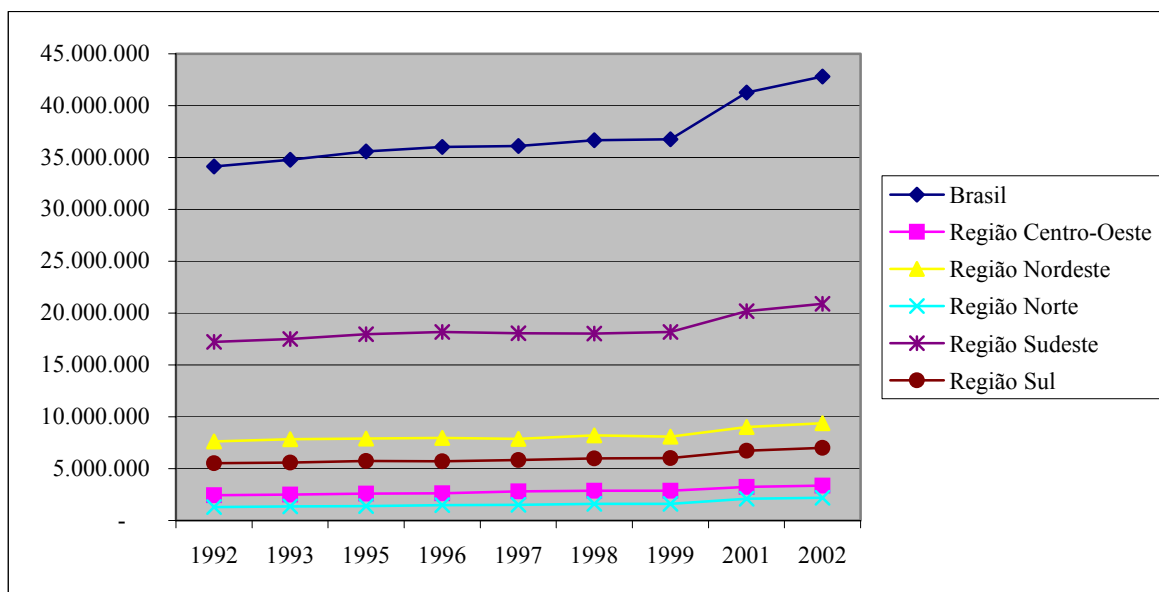
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 4 – População Economicamente Ativa, por Macro-Regiões Brasileiras – 1992-2002



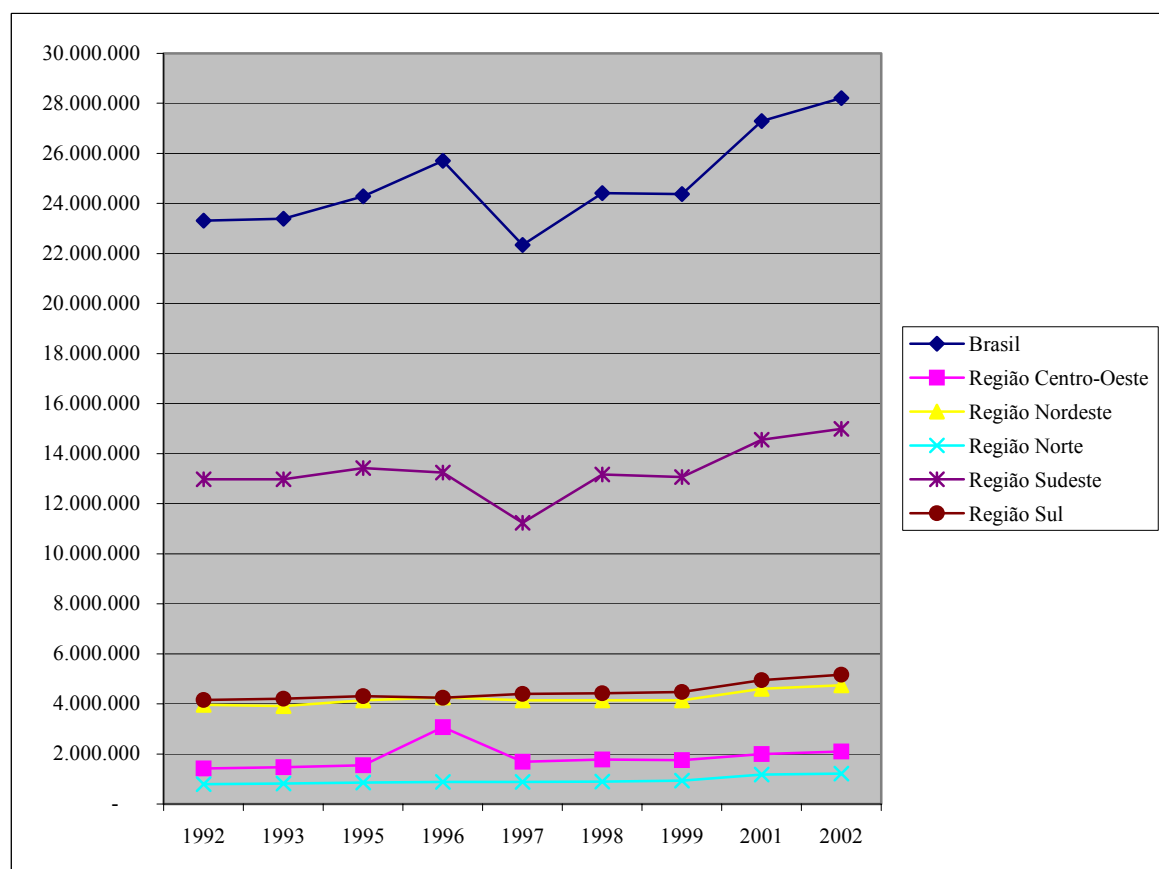
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 5 – População Ocupada, por Macro-Regiões Brasileiras – 1992-2002



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 6 – População Empregada, por Macro-Regiões Brasileiras – 1992-2002



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 7 – População Formalmente Empregada, por Macro-Regiões Brasileiras – 1992-2002

A População Total brasileira cresceu cerca de 17,71% (Gráfico 3). Excetuando-se a Região Norte pelas questões metodológicas apontadas no capítulo anterior, a Região Centro-Oeste foi a que apresentou maior crescimento populacional no período, seguida pelo Sudeste, Sul e Nordeste. Apesar disso, as regiões Sudeste e Nordeste são as possuidoras do maior contingente populacional do país.

Devido à queda da taxa de natalidade e do aumento da expectativa de vida da população brasileira, a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu 23,11% no período analisado. Em termos regionais, a região que apresentou o maior crescimento na PEA foi a Centro-Oeste, seguida pela Sudeste, Sul e Nordeste. Assim como ocorre com a População Total, o Sudeste e Nordeste são as regiões com maior PEA.

Embora a PEA brasileira tenha aumentado mais de 20% nos anos estudados, a economia não foi capaz de absorver toda essa nova população que poderia estar gerando riqueza: enquanto a PEA cresceu 23,11%, a População Ocupada aumentou 19,66%, ou seja, enquanto o aumento da PEA foi de cerca de 16 milhões de pessoas, o da População Ocupada foi de menos de 13 milhões. Embora a região Nordeste seja a segunda maior em População Ocupada, seu crescimento foi o menor (14,70%), seguida pelo Sudeste (19,85%). Mais uma vez, a região Centro-Oeste foi a que apresentou a maior taxa de crescimento (24,47%).

A parcela da população ocupada com o emprego aumentou em 8,22 milhões de habitantes, correspondendo a um incremento de 24,08%. Curioso observar que em anos nos quais o emprego foi considerado um dos grandes problemas mundiais, o emprego cresceu no país mais do que a PEA e a própria População Ocupada. A região Sudeste foi a que apresentou o menor crescimento do emprego no período (19,94%), seguida pela Nordeste (21,99%) e Sul (25,41%).

Por fim, o emprego formal cresceu 21,02% no país. Embora o Sudeste permaneça sendo a região que mais emprega no país, a taxa de crescimento do emprego formal na região foi de apenas 15,52% de 1992 a 2002. Em termos de Emprego Formal, o Sudeste cresceu ainda menos (15,52%), seguida pela Região Nordeste.

No próximo item são expostos os resultados obtidos a partir da desagregação do PIB *per capita* em indicadores de produtividade e mobilização de recursos.

4.4.2. Produto, Produtividade e Grau de Mobilização de Recursos

Como exposto no capítulo anterior, foram calculados os indicadores que compõem a reformulação da expressão de Dunford.

Os resultados segundo os indicadores

$$\frac{PIB}{PT} = \left(\frac{PIB}{P.Emp}\right) * \left(\frac{P.Emp}{P.Ocup}\right) * \left(\frac{P.Ocup}{PEA}\right) * \left(\frac{PEA}{PT}\right). \quad (2)$$

a b c d e

PIB = Produto Interno Bruto

PT = População Total

P.Emp = População Empregada (formal + informal)

P.Ocup = População Ocupada

PEA = População Economicamente Ativa

a) $\frac{PIB}{PT} = \text{PIB per capita}$

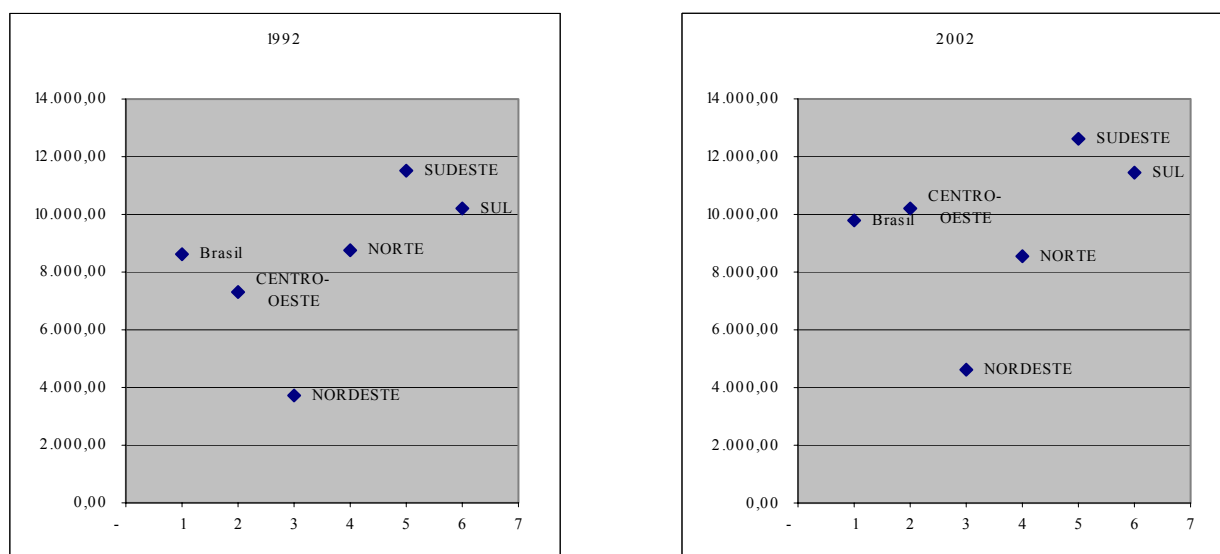
b) $\frac{PIB}{P.Emp} = \text{Produtividade do emprego}$

c) $\frac{P.Emp}{P.Ocup} = \text{Grau de mobilização de recursos humanos}$

d) $\frac{P.Ocup}{PEA} = \text{Taxa de ocupação}$

e) $\frac{PEA}{PT} = \text{Participação da população economicamente ativa na população total ou População potencialmente capaz de gerar riqueza}$

A partir do Gráfico 8 é possível observar o comportamento do PIB *per capita*, isto é, a relação entre PIB e População Total.



Fonte: Elaboração Própria

¹ Em R\$ de 2004

Gráfico 8 – Produto Interno Bruto *per capita*¹ (PIB/População Total)– 1992 e 2002

O PIB *per capita* brasileiro cresceu em média 1,58% a.a., o que representa um total de 13,39% no período estudado. O Sudeste permanece sendo a região com o maior PIB *per capita* nacional, seguida pela região Sul. A Região Nordeste apresenta a pior situação, sendo seu PIB *per capita* o menor do país.

A região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior crescimento do PIB *per capita* (39,20% no período), seguida pela região pelo Nordeste. O crescimento do PIB *per capita* do Centro-Oeste fez com que a região, que tinha em 1992 taxas abaixo da média nacional, passasse a ter taxas superiores às brasileiras em 2002. Já o PIB *per capita* do Nordeste, apesar da melhoria, permanece sendo o menor do país, correspondendo a menos da metade da média nacional.

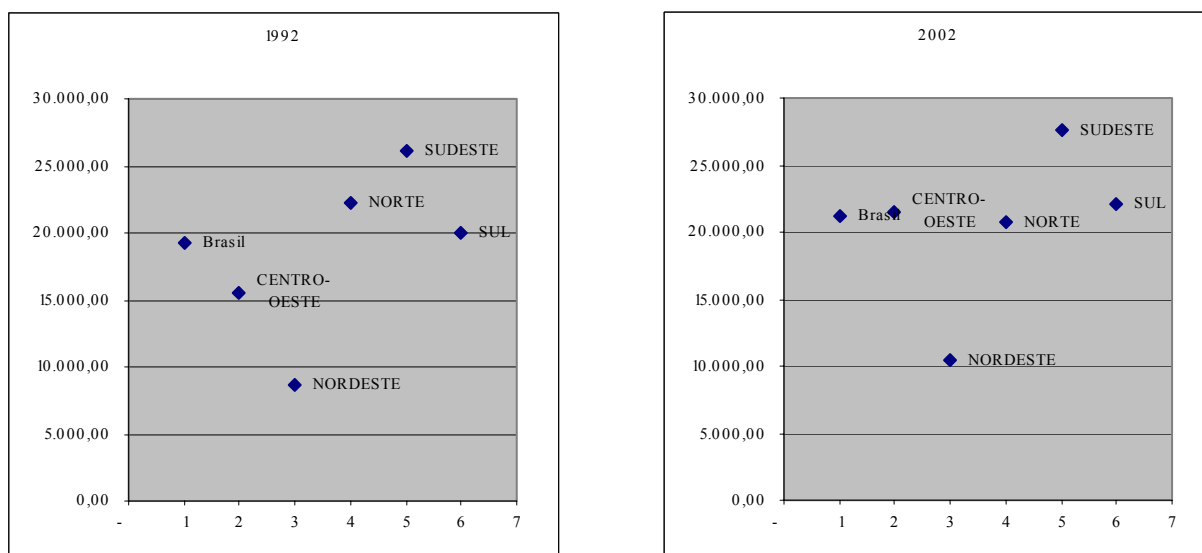
Como já dito anteriormente, como os dados populacionais da região Norte não incluem a zona rural de alguns estados, os índices calculados para a região estão superestimados. De qualquer forma, com os dados que se tem conclui-se que, embora seu valor fosse acima da média nacional em 1992, passou a ser menor do que a média nacional.

Embora o Sudeste ainda possua o maior PIB *per capita*, apresentou uma das menores taxas de crescimento no período (9,41%). Nota-se que a região foi a mais sensível aos choques ocorridos, tendo uma das maiores taxas de crescimento no imediato pós-Plano Real, e apresentando o pior desempenho com as crises ocorridas no fim da década.

Por fim, a Região Sul, detentora do segundo maior PIB *per capita* do Brasil, teve um incremento na referida relação de 12,35%.

Observa-se a partir do Gráfico 8 que apesar da evidente melhoria da região Centro-Oeste, a desigualdade inter-regional de PIB *per capita* pouco mudou. Na verdade, houve um aumento na distância entre o PIB *per capita* do Sudeste e o do Nordeste.

O PIB *per capita* individualmente não é um bom indicador de desenvolvimento. A Produtividade Total indica o quanto cada pessoa ocupada gera de produto. Esse indicador incluiria a produção não só dos trabalhadores empregados, mas também dos que trabalham para subsistência, por conta própria, dos empregadores, dentre outros (vide Quadro 1 do Capítulo 3). Logo, esse indicador fornece a produtividade da economia como um todo.



Fonte: Elaboração Própria

¹ Em R\$ de 2004

Gráfico 9 - Produtividade Total¹ (PIB/População Ocupada) – 1992 e 2002

Tabela 8 - Produtividade Total brasileira (em R\$ de 2004) - 1992-2002

Regiões	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Brasil	19.220,37	19.809,82	20.896,44	21.949,98	22.227,16	22.056,77	21.691,34	21.610,01	21.227,23
Centro-Oeste	15.521,64	16.547,05	18.072,43	19.220,28	19.260,54	20.499,91	19.244,06	21.188,41	21.427,29
Nordeste	8.702,92	8.887,37	9.285,25	10.221,83	10.185,25	10.044,72	9.899,13	10.389,80	10.496,88
Norte	22.224,90	26.994,77	24.549,04	25.256,87	23.503,32	22.930,57	22.046,98	20.876,14	20.815,91
Sudeste	26.181,07	26.451,79	28.407,23	29.182,24	30.206,79	30.078,04	29.574,64	28.455,81	27.642,64
Sul	20.041,06	20.952,59	21.748,68	23.208,97	23.173,07	22.636,30	22.768,35	22.523,74	22.054,15

Fonte: Elaboração Própria

O Brasil apresentou um crescimento de produtividade de 10,44% nos anos estudados. Novamente, a agricultura apresentou o maior incremento de produtividade. Os setores de Comércio e Serviços tiveram queda de produtividade total, assim como a indústria de transformação⁸. A indústria de uma forma geral manteve-se praticamente constante, o que indica que outros tipos de indústria que não a de transformação tiveram crescimento positivo. Tendo esse cenário em vista, nota-se que grande parte do incremento de produtividade ocorrido no país seria resultante do bom desempenho da agropecuária.

A região que apresentou o maior incremento na Produtividade Total foi a Centro-Oeste, beneficiada pela abertura comercial, que proporcionou grande melhoria para o agronegócio.

Embora a região Nordeste tenha apresentado o segundo maior crescimento, com 20,61% nos anos estudados, permanece sendo a menos produtiva do país. O terceiro maior crescimento pertence ao Sul do país (10,04%).

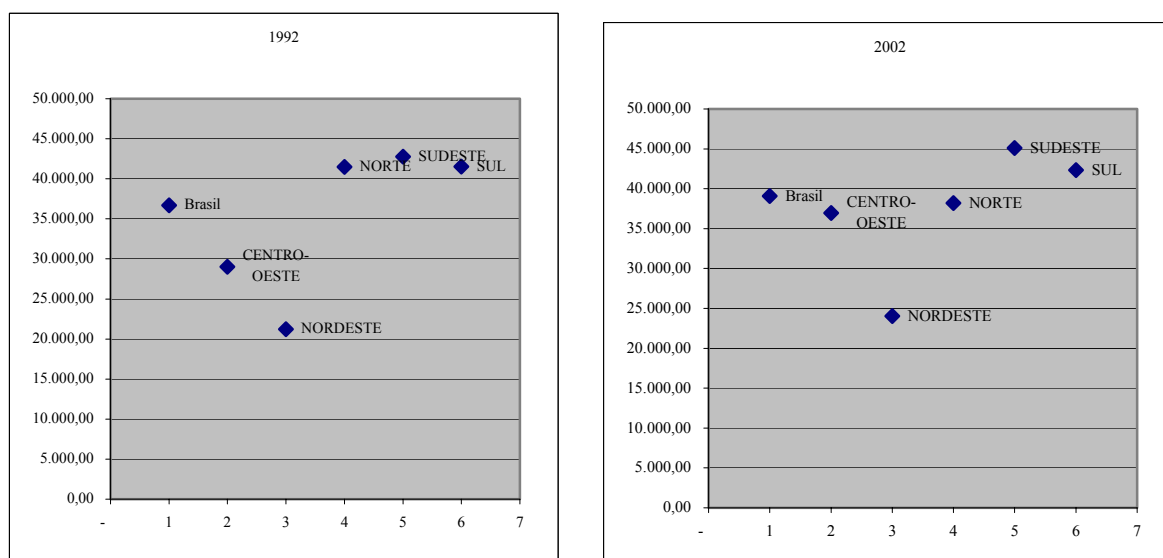
A Região Sudeste teve um dos piores desempenhos (0,5%a.a.), dado que foi a região mais sensível às mudanças da economia: se por um lado foi uma das regiões que mais se beneficiou no imediato pós Plano Real, por outro, foi a maior prejudicada com as crises do fim do período analisado. Apesar disso, permanece sendo a mais produtiva do país.

Por fim, a partir dos dados calculados, observa-se que o Norte apresentou um decréscimo de 6,34% em sua Produtividade Total.

Como é possível notar, no período estudado, houve uma redução nas disparidades de Produtividade Total entre a maioria das regiões brasileiras, excetuando-se a Nordeste, ainda muito aquém das demais.

Além da Produtividade Total da economia, vale observar o comportamento da Produtividade do Emprego. Este indicador representa quanto um trabalhador empregado, esteja ele no setor formal ou informal, gera de Produto.

⁸ Para cálculo de PIB *per capita*, Produtividade Total e do Emprego, Grau de Mobilização de recursos com o emprego, Taxa de Ocupação e População Potencialmente capaz de gerar riqueza dos setores, vide Apêndice A.



Fonte: Elaboração Própria
¹ Em R\$ de 2004

Gráfico 10 - Produtividade do Emprego¹ (PIB/População Empregada) – 1992 e 2002

Ao observar a produtividade do emprego, notam-se algumas pequenas alterações de conclusões. A produtividade do emprego inclui tanto a população com emprego formal quanto aquela que possui empregos informais.

Tabela 9 – Produtividade do Emprego brasileiro – 1992-2002 (em R\$ de 2004)

Regiões	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Brasil	36.702,61	37.805,74	40.756,74	41.366,89	42.597,76	42.014,58	42.213,74	39.780,02	39.075,97
Centro-Oeste	29.023,65	30.526,23	33.630,68	34.381,09	34.159,78	36.542,26	34.794,99	36.412,35	36.965,57
Nordeste	21.205,13	21.525,40	23.431,92	24.605,44	25.540,91	24.520,58	25.134,33	23.859,94	24.039,39
Norte	41.502,19	50.247,84	47.949,03	46.413,09	44.985,34	43.372,69	42.945,70	37.663,59	38.193,85
Sudeste	42.753,96	43.377,50	47.439,44	47.556,23	49.860,34	49.736,96	49.753,61	46.426,87	45.102,22
Sul	41.513,18	43.368,08	45.172,49	46.958,53	46.594,20	45.017,07	45.774,02	43.444,66	42.327,64

Fonte: Elaboração Própria

O Brasil apresentou um aumento de produtividade do emprego até 1999, sofrendo redução nos anos de crise que se seguiram; apesar disso, houve um crescimento de 6,47% no período 1992-2002. Se em 1992 a agropecuária era setor com menor produtividade do emprego, ele tornou-se o segundo, sendo superado apenas pela indústria. Curioso observar também que embora a produtividade da indústria de uma forma geral tenha crescido, a da

indústria de transformação sofreu redução, o que vai ao encontro do que afirma Camargo, Néri e Reis (1999).

Nota-se que em todas as regiões a produtividade do emprego torna-se maior a agricultura. Essa variação foi tamanha que se no Sudeste em 1992 a produtividade do emprego industrial era a maior, em 2002 a agropecuária ocupava tal posição.

Beneficiada pelo excepcional desempenho do agronegócio, novamente o Centro-Oeste apresentou as maiores taxas de crescimento (27,36%). Apesar disso, a Produtividade do Emprego da região ainda está abaixo da média nacional.

A segunda maior taxa de crescimento da Produtividade do Emprego pertence à região Nordeste, com um incremento de 13,37% na relação entre PIB e População Empregada, embora permaneça sendo a região menos produtiva do país.

A região Sudeste teve o terceiro maior crescimento na Produtividade do Emprego 5,49% e continua sendo a região mais produtiva do país. A relação entre PIB e População Empregada sulista manteve-se praticamente constante, com uma variação de 0,18% a.a. Por fim, o Norte apresentou decréscimo de 7,97% na referida variável.

No que diz respeito à Produtividade do Emprego, a região Sudeste aumentou ligeiramente sua vantagem em relação às demais. No outro extremo está a região Nordeste que, apesar da melhoria, permanece sendo bem menos produtiva que as demais. As regiões Sul, Centro-Oeste e Norte estão próximas da média nacional, o que poderia ser um indicador de convergência da relação PIB/População Empregada com a média nacional.

Além do PIB *per capita* e das Produtividades Total e do Emprego, deve-se considerar também como a economia absorveu a população apta a gerar riqueza e do que ela se ocupa, como é possível observar nas Tabelas 10 e 11.

Tabela 10 - População potencialmente capaz de gerar riqueza (PEA/População Total)

1992 a 2002

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Brasil	47,92	47,88	48,65	47,37	48,18	48,59	50,45	49,14	50,12
Região Centro-Oeste	50,19	49,18	49,71	48,89	49,73	50,98	51,00	50,64	51,04
Região Nordeste	45,77	46,00	46,73	44,70	46,58	46,89	51,53	46,46	47,51
Região Norte	42,91	43,78	43,81	42,03	43,79	44,09	45,14	43,76	44,98
Região Sudeste	47,59	47,55	48,37	47,79	47,98	48,27	49,13	49,68	50,65
Região Sul	53,43	53,06	54,14	52,27	52,43	53,02	53,65	53,98	55,04

Fonte: Elaboração Própria

Com a queda das taxas de natalidade e aumento da expectativa de vida da população brasileira, houve uma elevação de 4,58% na relação PEA/População Total entre 1992 e 2002, o que significa que o país teve um incremento em mais de 16 milhões de pessoas aptas a gerar riqueza, estejam elas ocupadas ou não. Como as mudanças no perfil populacional ocorrem de forma lenta, a parcela da população nacional que está apta a gerar riqueza ainda é considerada pequena (cerca de 50%). Mesmo assim, tal elevação implica que a economia nacional tem que buscar formas de absorver tal população, em um ambiente no qual o uso de mão-de-obra é cada vez mais reduzido.

A região que apresentou a maior variação na parcela da População Total apta a gerar riqueza foi a Sudeste (6,44%), correspondendo a um incremento de aproximadamente 7,4 milhões pessoas. Logo, quase 50% do incremento populacional brasileiro que poderia gerar riqueza estava localizado na região Sudeste, tornando ainda mais difícil para a região absorver tal contingente.

Já no Centro-Oeste tal relação manteve-se praticamente constante no período analisado (variação de 1,68%), o que aliado ao excepcional desempenho da economia regional, devido ao impacto das mudanças na economia, beneficiou ainda mais tal região.

Ainda que tenha crescido 3,80%, a participação da PEA na População Total nordestina permanece sendo a menor do país, indicando que a região possuiria uma menor parcela da população apta a gerar riqueza, o que agrava ainda mais sua situação.

A Taxa de Ocupação é a relação entre a População Ocupada e a PEA. Ela mostra qual é a parcela da população potencialmente apta a gerar riqueza que realmente o faz; em outras palavras, representa a capacidade da economia mobilizar os recursos disponíveis. Na Tabela 11 mostra-se como a economia brasileira absorveu esse novo contingente de pessoas que podem gerar riqueza.

Tabela 11 – Taxa de Ocupação (População Ocupada/PEA) – 1992-2002

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Brasil	93,45	93,79	93,91	93,04	92,17	90,98	88,61	91,40	91,74
Centro-Oeste	93,93	94,31	93,51	91,75	92,68	91,19	90,44	92,25	93,14
Nordeste	93,83	93,84	94,73	94,00	93,35	92,93	85,98	91,91	92,47
Norte	91,66	90,81	91,04	91,93	89,83	89,85	88,63	91,34	91,20
Sudeste	92,52	93,13	93,25	92,17	91,03	89,18	88,81	89,91	90,07
Sul	95,38	95,92	95,07	94,56	93,53	92,59	92,02	94,17	94,52

Fonte: Elaboração Própria

Primeiramente, nota-se que, durante os anos estudados, grande parte dos recursos disponíveis para a geração de riqueza (cerca de 90%) foram utilizados, ou seja, a economia brasileira absorveu a maioria da População Economicamente Ativa. Por outro lado, devido ao aumento da PEA e à lentidão da economia para se adaptar a essa nova realidade, a Taxa de Ocupação da economia brasileira sofreu uma redução de cerca de 1,83%, o que significa que das 16,1 milhões de pessoas que se tornaram aptas a gerar riqueza no país de 1992 a 2002, aproximadamente 13,6 milhões foram incorporadas pela economia. Logo, a economia não foi eficiente para absorver as 2,5 milhões de pessoas restantes, o que representa um aumento na população desocupada do país.

Esse fenômeno ocorreu em todas as regiões. Por ter tido o maior incremento na PEA e por ter sido mais sensível às mudanças dos 11 anos estudados, a região Sudeste foi a que teve maior queda em tal relação (2,65%), o que representa um aumento de 1,5 milhões de pessoas na população desocupada. A região tornou-se em 2002 a que possui a menor Taxa de Ocupação do país.

O Centro-Oeste, já pelo pequeno aumento da PEA, teve uma redução na relação População Ocupada/PEA de 0,83%, mantendo-se como a segunda região em Taxa de Ocupação, só estando atrás da Sul.

A definição de População Ocupada inclui diversos tipos de ocupação, como mostrado no Quadro 1 do capítulo anterior. O emprego, seja ele formal ou informal, é dessas ocupações. A relação entre a População Empregada e a Ocupada evidencia qual é a parcela da população que de fato gera riqueza que se ocupa do emprego, atividade essa tão prejudicada pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas.

Tabela 12 – Grau de Mobilização de Recursos com o emprego (População Empregada/População Ocupada) – 1992 a 2002

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Brasil	52,37	52,40	51,27	53,06	52,18	52,50	51,38	54,32	54,32
Centro-Oeste	53,48	54,21	53,74	55,90	56,38	56,10	55,31	58,19	57,97
Nordeste	41,04	41,29	39,63	41,54	39,88	40,96	39,38	43,54	43,67
Norte	53,55	53,72	51,20	54,42	52,25	52,87	51,34	55,43	54,50
Sudeste	61,24	60,98	59,88	61,36	60,58	60,47	59,44	61,29	61,29
Sul	48,28	48,31	48,15	49,42	49,73	50,28	49,74	51,84	52,10

Fonte: Elaboração Própria

Observa-se na Tabela 12 que mais da metade da população brasileira que de fato gera riqueza ocupa-se do emprego. No país como um todo, esse índice aumentou 3,73% no período.

Embora a referida relação tenha se mantido praticamente constante na região Sudeste, ela ainda é a maior empregadora, com cerca de 61% de sua população ocupada. Assim, se por um lado é a região que possui uma menor parcela da população ocupada, por outro, é a que, proporcionalmente, possui o maior número de empregados. Logo, nas outras regiões as pessoas ocupam-se de outras funções, enquanto no Sudeste elas concentram-se no emprego. Isso está relacionado ao fato da região possuir o maior número de indústrias do país.

A região Centro-Oeste foi a que apresentou a maior taxa de crescimento na relação entre População Empregada e a Ocupada, tornando-se em 2002 a segunda maior empregadora do país.

A região Nordeste é a que apresenta o menor índice; logo, a população possui outras ocupações, como a atividade de subsistência, por exemplo. Assim como no Nordeste, a região Sul também apresenta uma menor parcela da população que se ocupa do emprego.

Até o momento, foram analisados o PIB *per capita*, a Produtividade Total, a Produtividade do Emprego, a relação entre PEA e População Total, a Taxa de Ocupação e o Grau de Mobilização de recursos disponíveis com o emprego. Para complementar essa análise, na Tabela 13 é apresentada a parcela da População Empregada que o está de maneira formal, isto é, que possui carteira assinada ou é estatutária.

Embora a economia tenha direcionado parte dos novos recursos que absorveu para o emprego, houve uma redução na parcela que formalmente empregada. Logo, embora a economia não tenha sido eficiente em absorver essa população capaz de gerar riqueza, a situação poderia ser ainda pior se não existissem as ocupações informais, dentre elas, o emprego informal.

Tabela 13 – População Formalmente empregada (em %) – 1992-2002

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Brasil	68,27	67,23	68,21	71,38	61,87	66,58	66,29	66,14	65,91
Centro-Oeste	58,10	59,00	60,16	116,52	59,86	61,71	60,87	61,42	62,77
Nordeste	51,86	50,00	52,32	53,36	52,49	50,50	51,22	51,10	50,50
Norte	61,17	59,30	61,21	59,55	58,45	56,62	58,30	56,38	55,59
Sudeste	75,29	74,16	74,73	72,83	62,22	73,14	71,89	72,13	71,78
Sul	75,25	75,32	75,02	74,18	75,31	73,89	74,38	73,61	73,80

Fonte: Elaboração Própria

Dentre as Macro-Regiões brasileiras, apenas a Centro-Oeste apresentou ampliação na parcela da população que é formalmente empregada, cerca de 8%. Assim, além de ter aumentado a parcela da população que se ocupa do emprego na região, também houve um incremento na porcentagem do emprego formal. Ainda assim, a região ainda está um pouco abaixo da média nacional, que foi de 65,91% em 2002.

O Sudeste apresentou uma redução de 4,66% no número de empregados formais, embora ainda possua uma porcentagem considerável de empregados formais (71,78%). Logo, a região foi a menos eficaz em absorver os recursos disponíveis, mobilizou a maior parte de seus recursos com o emprego, ainda que tenha aumentado a parcela de informalidade. A região Sudeste perdeu o posto de maior empregadora formal para a região Sul, na qual cerca de 73,80% da população empregada possui vínculo formal.

O Nordeste é a região que possui o menor número de empregados formais; logo, a sua situação é delicada, pois, ainda que possua proporcionalmente uma parcela menor da população que pode gerar riqueza e de ter ocorrido uma pequena redução na taxa de ocupação da mesma, os nordestinos ocupam-se menos do emprego e os que o fazem muitas vezes não possuem carteira assinada. Assim, a região combina baixa produtividade, pequena parcela da população que pode gerar riqueza, baixa taxa de ocupação, pequena parcela da população que se ocupa do emprego e alta taxa de informalidade no emprego, emprego esse muitas vezes em condições subumanas.

4.5. Comentários ao capítulo

As análises sobre desenvolvimento comumente consideram o PIB *per capita* como variável de análise. Embora se reconheça a importância de tal indicador, ele individualmente é insuficiente para qualificar o desenvolvimento. Por esse motivo, outras variáveis foram analisadas neste capítulo, com intuito de permitir uma melhor qualificação do desenvolvimento brasileiro nos anos recentes. São elas: Produtividade, Parcela da População Total potencialmente capaz de gerar riqueza, Taxa de Ocupação, Grau de Mobilização dos recursos disponíveis para o emprego.

Cabe ressaltar aqui que os dados referentes à região Norte podem estar comprometidos pelo fato do IBGE excluir da PNAD a população rural de seus estados, o que superestimaria o PIB *per capita* e as Produtividades e poderia gerar dúvidas quanto à veracidade das relações entre as variáveis populacionais.

O Brasil apresentou um pequeno incremento no PIB *per capita* (cerca de 13%). Apesar da evidente melhoria da região Centro-Oeste, a desigualdade inter-regional de PIB *per capita* pouco mudou, havendo um incremento na disparidade entre o Sudeste e Nordeste. Essa constatação vai de encontro com a tese de tendência de convergência defendida por autores como Ferreira e Diniz (1995), para os quais as rendas per capita das regiões brasileiras estariam convergindo para um mesmo ponto. Logo, os dados calculados reforçam as conclusões tiradas por Barros (1997) e Azzoni (1997 e 2003) sobre o fim da tendência de convergência do PIB *per capita* das regiões brasileiras.

As mudanças estruturais ocorridas no país geraram aumento na Produtividade, tanto Total, quanto do Emprego. Em termos de Produtividade Total (PIB/População Ocupada), houve uma redução na desigualdade entre a maioria das regiões brasileiras, com exceção do Nordeste que permanece com indicadores muito aquém do restante do país.

No que tange à Produtividade do Emprego, houve uma maior concentração dos valores das regiões Sul, Norte e Centro-Oeste em torno da média nacional. Porém, a região Sudeste, apesar do crescimento relativamente mais baixo, ampliou ainda mais sua vantagem em relação às demais. O Nordeste é a região menos produtiva do país, com indicadores muito abaixo dos de suas iguais.

Importante ressaltar que embora o Sudeste tenha apresentado taxas mais baixas de crescimento em termos de PIB *per capita*, Produtividade Total e do Emprego, as proporções da economia dessa região a beneficiam; em outras palavras, ainda que em termos relativos o crescimento das variáveis seja pequeno, em termos absolutos supera em muito o incremento experimentado pelas demais regiões.

A redução da taxa de natalidade e a ampliação da expectativa de vida da população resultaram em um aumento da População Economicamente Ativa, isto é, da parcela da população que pode gerar riqueza. Para extrair os efeitos dessa mudança populacional sobre o mercado de trabalho, foram observados: a parcela da PEA que de fato a economia absorveu (População Ocupada) e quanto dessa população mobilizada o está com o emprego. Para complementar a análise, foi calculado quanto do emprego é formal, no Brasil e em suas Macro-Regiões.

Além da redução do uso de mão-de-obra gerada pela reestruturação produtiva ocorrida no mundo nos anos recentes, o aumento da PEA brasileira fez com que a economia nacional tivesse mais dificuldade em absorver os recursos disponíveis. Como resultado disso, a Taxa de Ocupação (População Ocupada/PEA) sofreu redução, tanto no país como um todo quanto em suas Macro-Regiões. A maioria das regiões manteve-se em um mesmo nível (cerca de 90% de PEA está ocupada). Além de ter se beneficiado dos incrementos de Produtividade, o Centro-Oeste possuiu a menor redução na Taxa de Ocupação, o que significa que ela não apenas produziu mais usando menos como também foi capaz de absorver a maior parte dos recursos novos. O Sudeste, por outro lado, foi a região com a maior taxa de população desocupada em relação à PEA em 2002.

Em termos da relação entre População Empregada e a Ocupada, a região Sudeste, embora tenha se mantido constante, ainda é a que possui a maior parte da População Ocupada com o emprego (cerca de 61%). Todas as demais regiões tiveram incremento em tal relação. Por outro lado, a parcela da População Empregada que o está de maneira formal sofreu redução.

Logo, observa-se que apesar das regiões periféricas terem obtido uma melhora, especialmente no que tange à Produtividade, estão longe de alcançarem as demais regiões, tanto em termos de Produto e mobilização de recursos. Observou-se que as regiões com maior PIB também eram as mais produtivas e capazes de mobilizar os recursos, com exceção do Nordeste que, embora possua o terceiro maior PIB, possui os piores indicadores de

desenvolvimento calculados. Logo, torna-se evidente que, ao contrário do que afirmou Pessoa (2001), existe uma questão regional brasileira, fazendo-se necessária uma política específica e ativa para a minoração das desigualdades regionais exige. As mudanças dos últimos anos embora não tenham piorado a situação das regiões mais pobres, também não a melhoraram. A grande beneficiária das mudanças foi a região Centro-Oeste, dado que sua economia é calcada no agronegócio, setor que mais cresceu no período devido à abertura comercial. Além disso, a região contou com o fato de ter tido o menor aumento da PEA, necessitando absorver um número menor de recursos.

Conclusões

A década de 1990 foi marcada por políticas neoliberais cujo principal intuito era gerar crescimento econômico. No fim da década, tais medidas passaram a ser contestadas, não apenas por seus críticos, como também por seus defensores, uma vez que não apenas foram incapazes de garantir melhores condições de vida para a população, como também não geraram o crescimento prometido.

Países como o Brasil adotaram as medidas propostas pelo Consenso de Washington como forma de recuperar o desempenho alcançado nos anos dourados do desenvolvimento econômico. Dentre as mudanças ocorridas na economia estão a abertura comercial, o Plano de estabilização monetária (Plano Real) e a menor participação do Estado na economia, ocorrida especialmente via privatizações das estatais. As alterações macroeconômicas e o conseqüente acirramento da concorrência obrigaram as empresas a realizarem uma série de mudanças na estrutura produtiva, com destaque para as transformações tecnológicas, organizacionais e nas relações de trabalho. Enquanto a maioria dessas mudanças ocorreu no início da década, a segunda metade do período foi marcada por crises mundiais, como as da Ásia, da Rússia, do Brasil e da Argentina.

Paralelamente às mudanças estritamente econômicas, a estrutura populacional brasileira também sofreu grande alteração: com a redução da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida, a população brasileira, que no início da década era constituída predominantemente por crianças e adolescentes, passou a ser formada principalmente por jovens e adultos, parcela essa da população capaz de gerar riqueza. Dessa forma, a economia brasileira, além de ter de se adaptar às transformações ocorridas e às suas conseqüências, como redução do emprego de mão-de-obra em virtude das novas tecnologias, também teria que se adequar ao maior contingente populacional apto ao trabalho.

Embora a economia brasileira tenha apresentado uma elevação no PIB *per capita*, as desigualdades regionais desse indicador pouco mudaram, contrariando as teses que afirmavam que os produtos *per capita* das regiões brasileiras estariam convergindo para um mesmo ponto⁹.

⁹ Sobre a tendência de convergência, vide Ferreira e Diniz (1995), Ferreira (1996a) e Ferreira e Ellery Jr. (1996).

Complementando as análises que medem as desigualdades regionais brasileiras a partir do PIB *per capita* como forma de qualificar e quantificar o desenvolvimento, este trabalho propôs a desagregação de tal variável em indicadores de eficiência econômica, grau de mobilização de recursos com o emprego, grau de mobilização de recursos disponíveis e parcela da população potencialmente apta a gerar riqueza. Como resultado de tal desagregação, obteve-se a equação (2):

$$\frac{PIB}{PT} = \left(\frac{PIB}{P.Emp}\right) * \left(\frac{P.Emp}{P.Ocup}\right) * \left(\frac{P.Ocup}{PEA}\right) * \left(\frac{PEA}{PT}\right). \quad (2)$$

a b c d e

Em que:

PIB = Produto Interno Bruto

PT = População Total

P.Emp = População Empregada (formal + informal)

P.Ocup = População Ocupada

PEA = População Economicamente Ativa

a) $\frac{PIB}{PT} = \text{PIB per capita}$

b) $\frac{PIB}{P.Emp} = \text{Produtividade do Emprego}$

c) $\frac{P.Emp}{P.Ocup} = \text{Grau de Mobilização de recursos com o emprego}$

d) $\frac{P.Ocup}{PEA}$ = Taxa de ocupação ou Grau de Mobilização com recursos disponíveis

e) $\frac{PEA}{PT}$ = Participação da população economicamente ativa na população total ou População potencialmente capaz de gerar riqueza

A criação de novas formas de medir a desigualdade regional justifica-se pelo fato de o produto *per capita* não ser individualmente a melhor medida de desenvolvimento. Ademais, as mudanças ocorridas na economia na década de 1990 foram responsáveis por um incremento na produtividade e mudanças na estrutura do mercado de trabalho.

A produtividade é uma variável importante para o desenvolvimento não apenas por gerar maior produto com menor esforço e uso de recursos, beneficiando os empresários, mas também pelo fato de gerar mais tempo livre e melhores condições de trabalho para quem o realiza. Por essa perspectiva, observando a equação de crescimento da economia, a produtividade foi responsável pelo crescimento econômico. Tal fato pode significar que a economia brasileira deixaria de ser tão dependente de trabalho.

Em termos regionais, houve uma melhora na disparidade inter-regional de Produtividade Total. Analisando essa variável, houve uma contribuição para o desenvolvimento, tanto nacional quanto regional. Por outro lado, quando se observa o desempenho da Produtividade do Emprego nos onze anos estudados, verifica-se que, embora as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte pareçam convergir, os ganhos da região Sudeste ampliam sua vantagem em relação às demais, enquanto a Nordeste, apesar da melhoria, situa-se cada vez mais aquém das demais.

O aumento da produtividade tornou a economia brasileira menos dependente do trabalho. A isso, somou-se o aumento da população apta a gerar riqueza. Diante disso, a economia brasileira não foi capaz de absorver toda esse novo contingente populacional apto ao trabalho, havendo uma redução na Taxa de Ocupação (relação entre Pop. Ocupada e PEA) nacional. A realidade brasileira poderia ter sido pior caso parcela da população não fosse absorvida pela informalidade. Se por um lado, a informalidade pode ser positiva por pagar mais salários para a população com maior qualificação, por outro, pode ser prejudicial à população com baixa escolaridade, que muitas vezes trabalha em condições subumanas.

O fato de ter ocorrido redução nas taxas de natalidade e elevação da expectativa de vida indica que houve uma melhoria nas condições de vida da população, especialmente em termos de educação, saúde e saneamento básico, como indica o próprio IDH do país. Por outro lado, ao ser privada de uma atividade que lhe gera a subsistência, a população brasileira não apenas tornar-se-á mais dependente dos Serviços Sociais do Estado, como também sofrerá de certa forma com a exclusão de uma das formas de relação social existente na sociedade atual.

Houve um pequeno aumento do emprego no Brasil. O emprego informal cresceu em detrimento do emprego formal.

Conclui-se que apesar das regiões periféricas terem obtido uma melhora, especialmente no que tange à Produtividade, estão longe de alcançarem as demais regiões, tanto em termos de Produto e mobilização de recursos. Observou-se que as regiões com maior PIB também eram as mais produtivas e capazes de mobilizar os recursos, com exceção do Nordeste que, embora possua o terceiro maior PIB, possui os piores indicadores de desenvolvimento calculados. Logo, torna-se evidente que, ao contrário do que afirmou Pessoa (2001), existe uma questão regional brasileira, fazendo-se necessária uma política específica e ativa para a minoração das desigualdades regionais exige. As mudanças dos últimos anos embora não tenham piorado a situação das regiões mais pobres, também não a melhoraram. A grande beneficiária das mudanças foi a região Centro-Oeste, dado que sua economia é calcada no agronegócio, setor que mais cresceu no período devido à abertura comercial. Além disso, a região contou com o fato de ter tido o menor aumento da PEA, necessitando absorver um número menor de recursos.

Como é possível notar, o uso do PIB *per capita* combinado a outros indicadores permite qualificar mais detidamente as desigualdades regionais brasileiras. Como a desigualdade seria inerente ao desenvolvimento, como afirmam alguns autores brasileiros, como Pereira (2005a), a proposição de novos indicadores de desigualdade contribuem também para a análise do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- AZZONI, C. R. Crescimento econômico e convergência das rendas regionais: o caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 22., 1994. **Anais**. v. 1.
- _____. **Sobre a necessidade da política regional**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/nereus/td/Nereus_08_03.pdf> . Acesso em: 19 abr 2005.
- AZZONI, C.R.; FERREIRA, D.A. Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 28, jul. 1997.
- AZZONI, C. R.; SERVO, L. Índice de custo de vida comparativo para as principais regiões metropolitanas brasileiras: 1981-1999. **Estudos Econômicos**, v.30, n.1, jan./mar., 2002, p.1-22.
- BANCO MUNDIAL. Informações disponíveis em: <<http://www.worldbank.com>> Disponível em: 15/05/2004.
- BARAN, P. The political economy of economic growth. **Monthly Review Press**, New York: 1957.
- BARRO, R. ; SALA-i-MARTIN, X. Public finance in models of economic growth. **Review of Economics Studies**, v. 59, n. 4, p. 645-661, 1992.
- BARRO, R. ; SALA-i-MARTIN, X. **Economic growth**. New York: McGraw-Hill, 1995.
- BARROS, A. R. Desigualdades Regionais no Brasil: causas da reversão da tendência na última década. **Revista de Economia Regional**, Recife, p. 41-59, 1997.
- BARROS, A.H. **Is there a regional problem in Brazil?** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Mimeografado.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, 1995, p.329-352.
- BARROS, R. P. et al. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 800).
- BAUMANN, R. O Brasil nos anos 1990: uma economia em transição. In: BAUMANN, R.(org.). **Brasil: uma década de transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.13, n.12, abr. /jun., 1993. p. 76-97.
- CAMARGO, J.M.; NERI, M. e REIS, M.C. Emprego e produtividade na década de 1990. In: BAUMANN, R.(org.). **Brasil: uma década de transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Ed. Global, 1985.
- CANO, W.; GUIMARÃES NETO, L. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. **Pensamento Iberoamericano**, n. 10, 1987. p. 167-184.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª ed., 1970.
- CARDOSO de MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- CHANG, R. Income inequality and economic growth: evidence and recent theories. **Economic Review**, Jul./Aug. 1994
- CHANG, HÁ-JOO. **Chutando a escada: estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- DUNFORD, M. Disparities in employment, productivity and output in the EU: The roles of labour market governance and welfare regimes. **Regional Studies**, Cambridge, v. 30, Iss. 4, Jul 1996.
- DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. 1893. In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FERREIRA, A. H. B. A distribuição interestadual da renda no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 50, n. 4, out./dez. 1996(a). P. 469-485.
- FERREIRA, A. H. B. A evolução recente das rendas *per capita* estaduais no Brasil: o que a nova evidência mostra. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 27, n. 3, 1996(b). P. 363-74.
- FERREIRA, A. H. B.; DINIZ, C. C. Convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.15, n.4, out./dez., 1995. p. 38-56.
- FERREIRA, A. H. B.; ELLERY JR., R. de G. Convergência entre a renda *per capita* dos estados brasileiros. **Revista de Econometria**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 1996. p. 83-103.
- FIORI, J.L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J.L.(org.). **Estados e moedas no desenvolvimento de algumas nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FISHLOW, A. Distribuição de renda no Brasil: um novo exame. **Dados** , (11), 1973.
- FRANK, A. G. **Capitalism and development in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1969.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. IN: BIELSCHOWSKY, R. **50 anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000 (Publicado originalmente em 1961).
- GERSCHEKRON, A. **Economic backwardness in historical perspective: a book of essays**. New York: Praeger, 1962.
- HALL, R. ; JONES, C. **The productivity of nations**. National Bureau of Economic Research, 1996 (Working Paper, 5812).

HIRSCHMAN, A. O. **The Strategy of Economic Development**. New York, Yale University Press, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD). Rio de Janeiro, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001 e 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 03 mar 2005.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, 1955.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e crescimento econômico do Brasil**. Expressão e Cultura, 1973.

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labor. **Manchester School** 1954.

LUCAS, R. On the mechanics of economic development. **The Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, 1988.

_____. Making Miracle. **Econometrica**, v. 61, n. 2, p. 252-272, 1993.

_____. Some macroeconomics for the 21 St. Century. **The Journal of Economic Perspectives**, v.14, n.1, p. 159-168, 2000.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI, 1969.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. (1867). In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MYINT, H. **Theories of Welfare Economics**. Massachusetts: Harvard University Press, 1948.

_____. An Interpretation of Economic Backwardness. **Oxford EP**, 1954.

MIRANDA, R. B. et al. **Regional difference in Brazil: is there a regional problem?** IPEA, 2002. Mimeografado.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de desenvolvimento humano 2005**. Disponível em <<http://www.pnud.org>>. Acesso em: 20 maio 2006.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Subdesenvolvimento**. 1957

NÉRI, M. Real não diminuiu as desigualdades. **Conjuntura Econômica**, São Paulo, jul. 2000.

NURKSE, R. Same international aspects of the problem of economic development. **American Economic Review**, maio- 1952.

PACHECO, C.A. **Fragmentação da nação**. Campinas: IE/Unicamp, 1995.

PESSOA, S. **Existe um problema de desigualdade regional no Brasil?** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. **Anais**. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 28 jan 2005.

PEREIRA, L. C. B. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49 - 84, 2004.

_____. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, C. N. **50 anos do ISEB**. São Paulo: Editora UNESP, 2005a. Disponível em 20/10/2005 <<http://www.bresserpereira.org.br>>.

_____. Desenvolvimento como estratégia nacional. Disponível em 20/10/2005 em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>.

PRÉBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 47-111, dez. 1949.

RELAÇÃO ANUAL DE INDICADORES SOCIAIS. Ministério do trabalho e emprego. Cd-Rom, 1992-2002.

RANGEL, I. M. A dualidade básica da economia brasileira. Rio de Janeiro, ISEB, 1957

_____. A dinâmica da dualidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 2, pp. 215-235, 1962.

RAVALLION, M. ; JONES, J. Growth divergence due to spatial externalities. **Economic Letters**, 53, 1996

_____. Geography poverty traps. **World Bank**, May 15 1998.

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. (1817). In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 721).

RODRIGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1981.

_____. Cepal: velhas e novas idéias. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 5, 1995.

ROMER, P. Endogenous technological change. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, 1990.

ROSEINSTEIN-RODAN, P. Problems of industrialisation of eastern and south eastern Europe. **Economic Journal**, v. 53, Jun-set 1943.

ROSTOW, W. **The process of economic growth**. New York: Norton, 1952.

_____. **The stages of economic growth**: a non-communist Manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. Ed. Best Seller: São Paulo, 2000.

SANTOS, T. dos. Dependencia y cambio social. Santiago: Centro de estudios socio-económicos da Universidade do Chile, Cadernos de Estudos Sócio-Económicos n. 11, 1970.

SAVEDOFF, W. D. Os diferenciais regionais de salários no Brasil: segmentação versus dinamismo da demanda. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 20, n. 3, dez. 1990.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **On economic inequality** . Oxford: Clarendon Press, 1973.

SERVO, L. **Diferenciais regionais de salários no Brasil**. Tese de Mestrado, departamento de Economia, Universidade de São Paulo, 1999.

SMITH, A. Da riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. 1776. In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STOKEY, N. Learning by doing and the introduction of new goods. **Journal of Political Economy**, 96, 701-717, 1988.

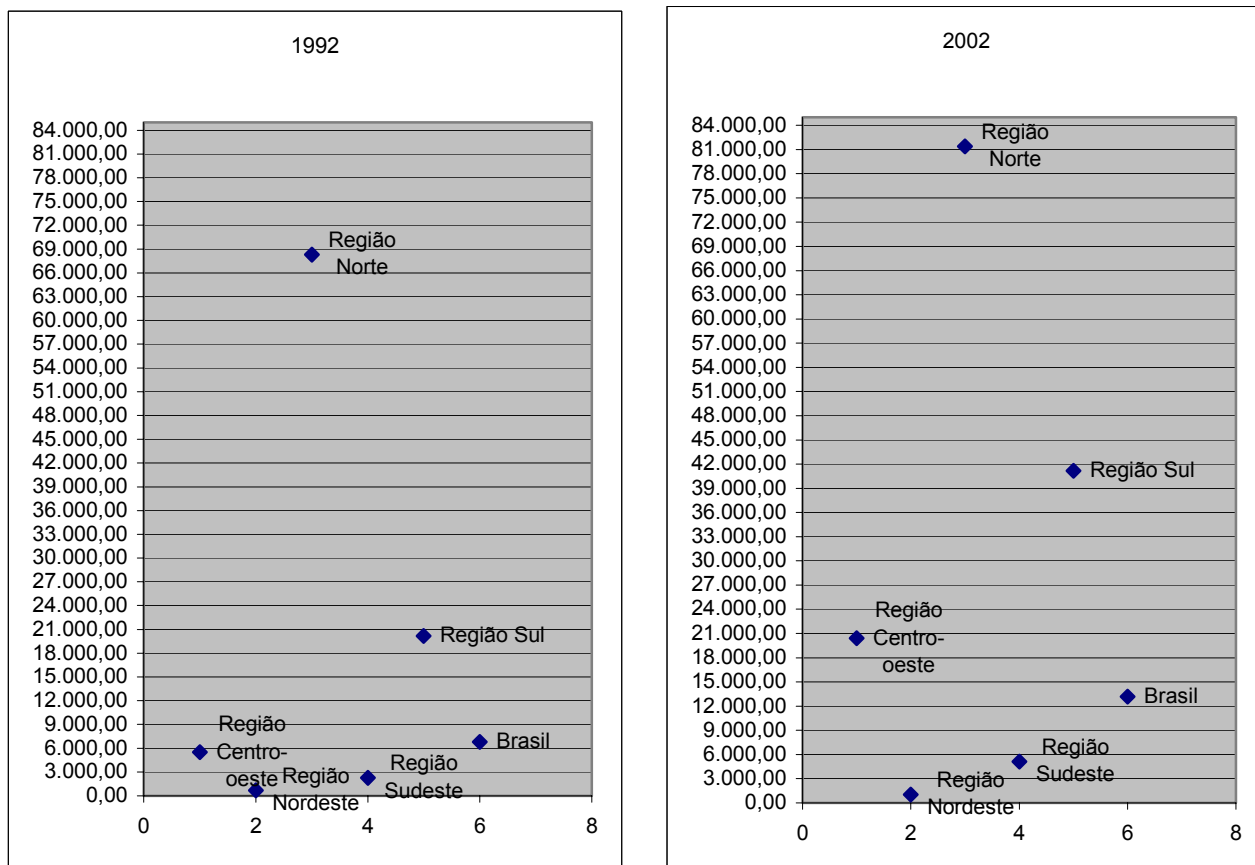
TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 1974.

THORP, R. **Progresso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, União Européia, 1999.

WADE, R. Globalisation and its limits: reports of the death of the national economy are greatly exaggerated. In: BERGER, S; DORE, R. **National diversity and global capitalism**. New York: Cornell University Press, 1996.

WILLIAMSON, J. G. Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v. 13, n.4, Jul. 1965.

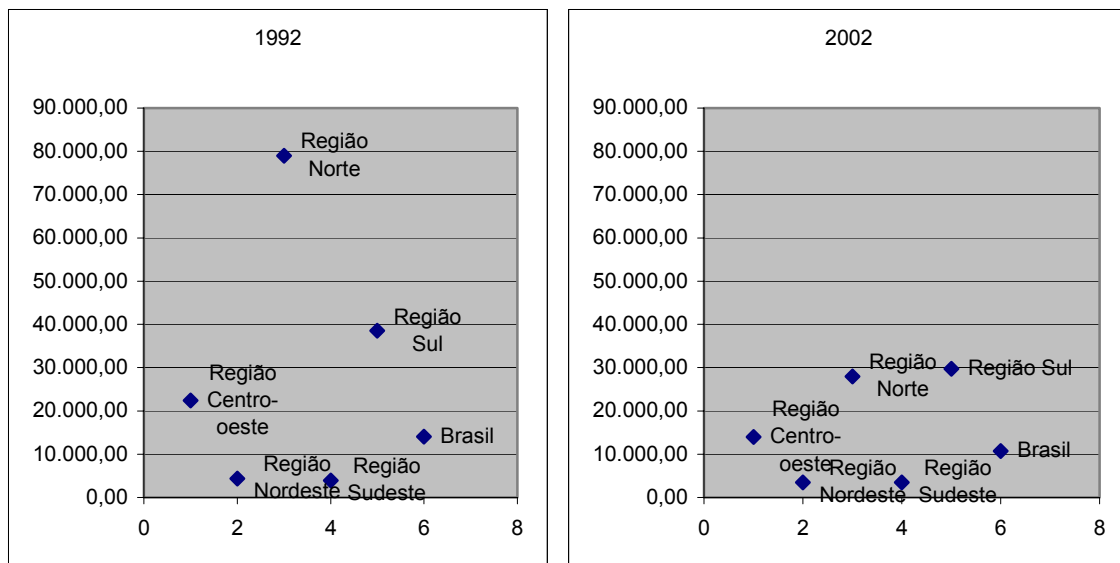
Apêndice A



Fonte: Elaboração Própria

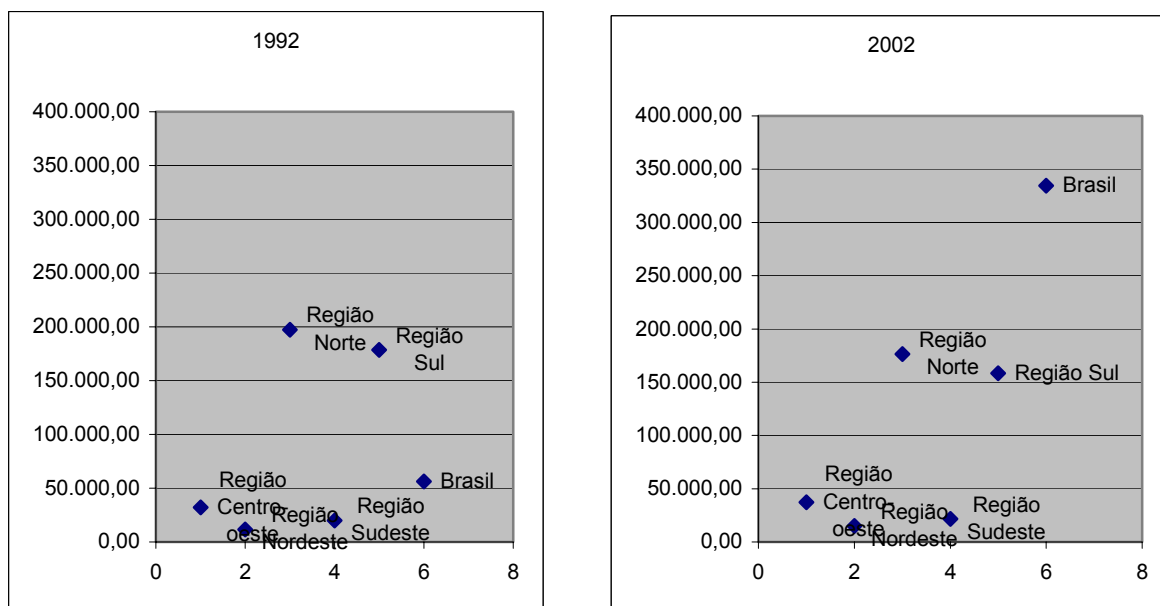
¹ Em R\$ de 2004

Gráfico A.1. – Agricultura: Produtividade Total¹ (PIB/População Ocupada) – 1992 e 2002



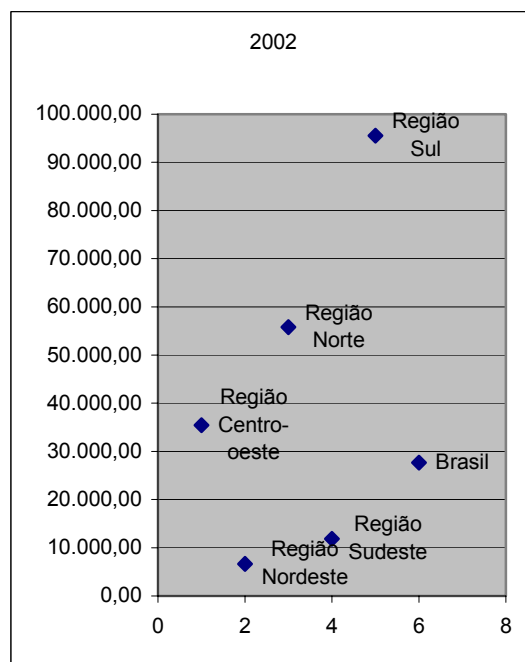
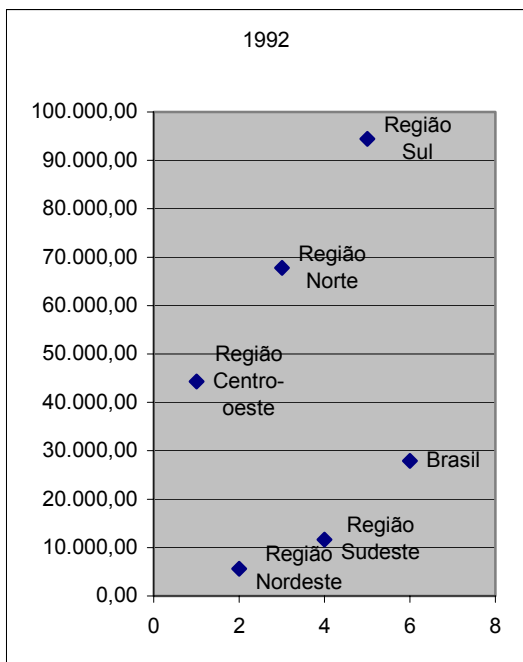
Fonte: Elaboração Própria
¹ Em R\$ de 2004

Gráfico A.2. – Comércio: Produtividade Total¹ (PIB/População Ocupada) – 1992 e 2002



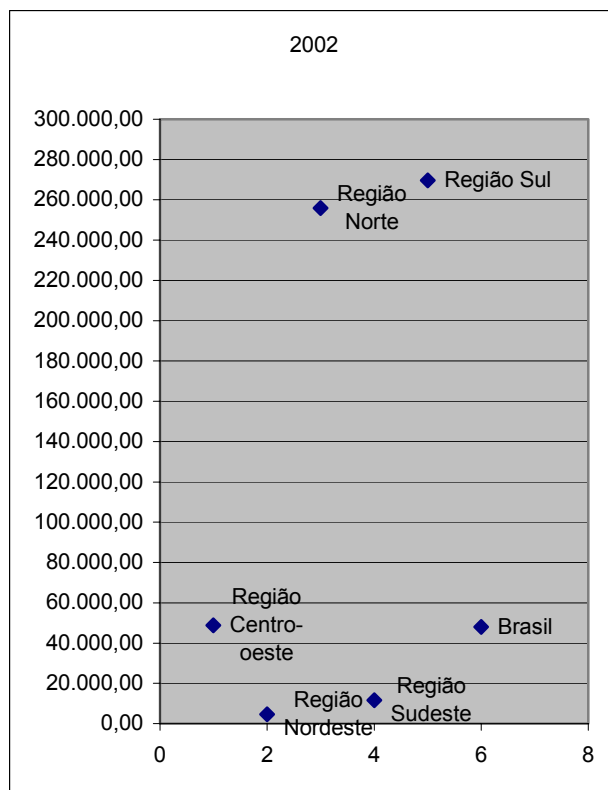
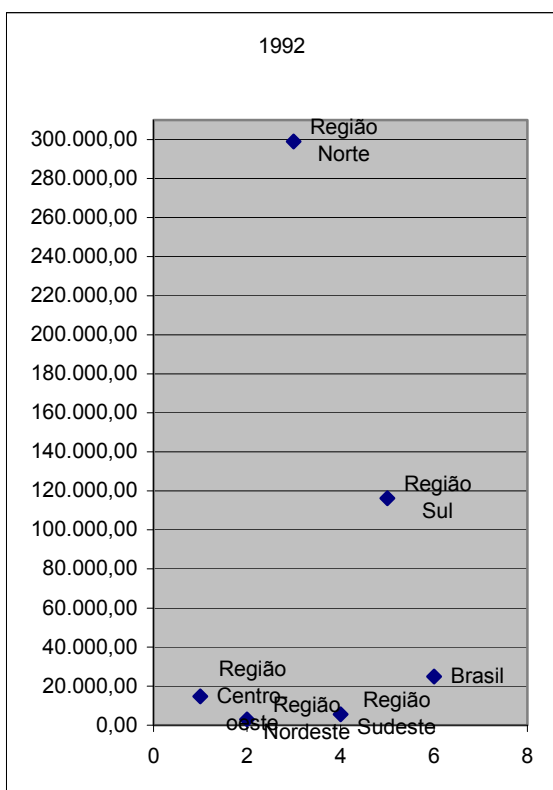
Fonte: Elaboração Própria
¹ Em R\$ de 2004

Gráfico A.3. – Indústria: Produtividade Total¹ (PIB/População Ocupada) – 1992 e 2002

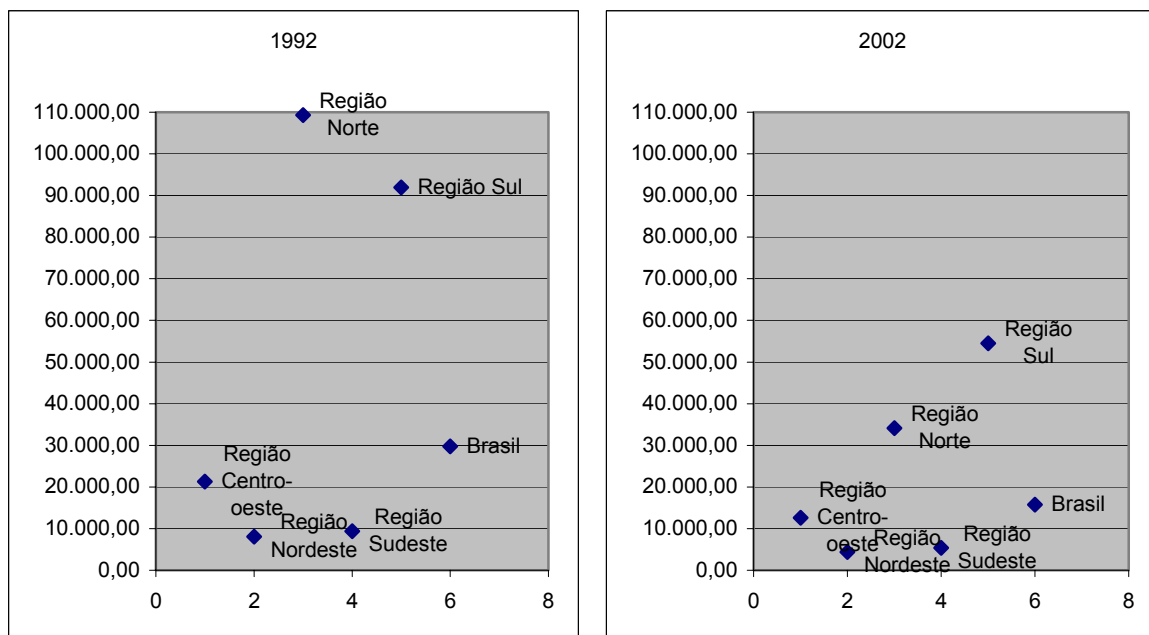


Fonte: Elaboração Própria
¹ Em R\$ de 2004

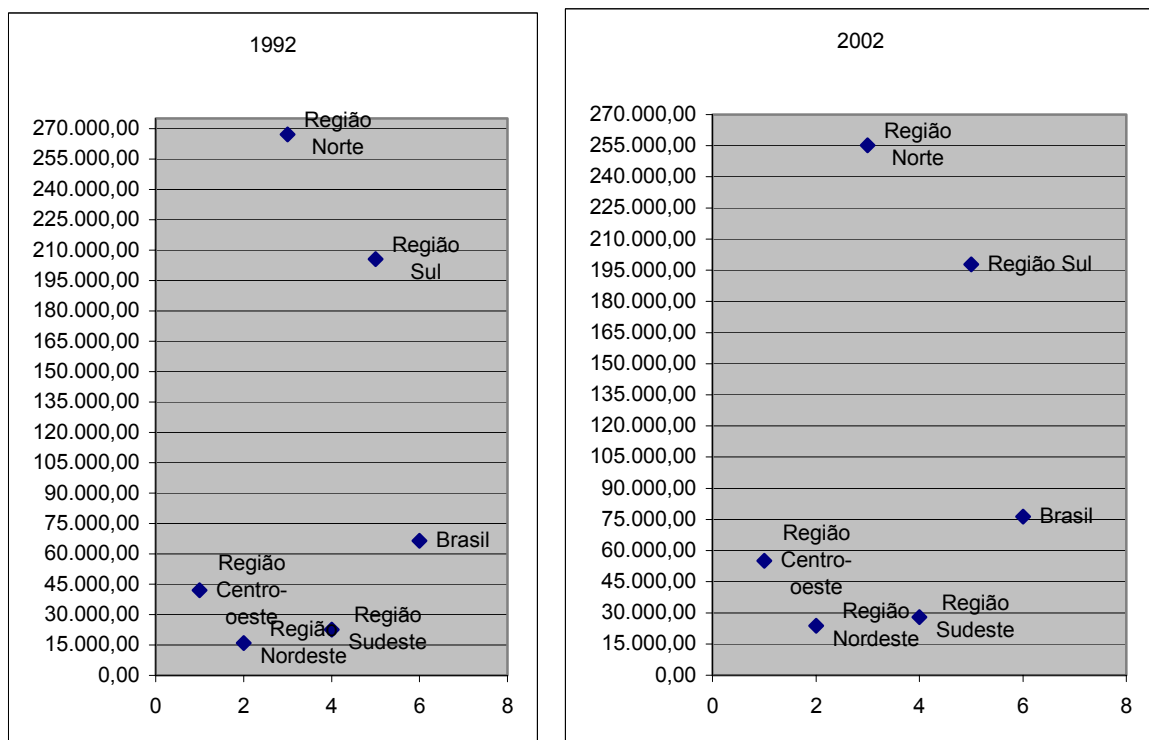
Gráfico A.4. – Serviços: Produtividade Total¹ (PIB/População Ocupada) – 1992 e 2002



Fonte: Elaboração Própria
¹ Em R\$ de 2004

Gráfico A.5. – Agricultura: Produtividade do Emprego¹ (PIB/População Empregada) – 1992 e 2002

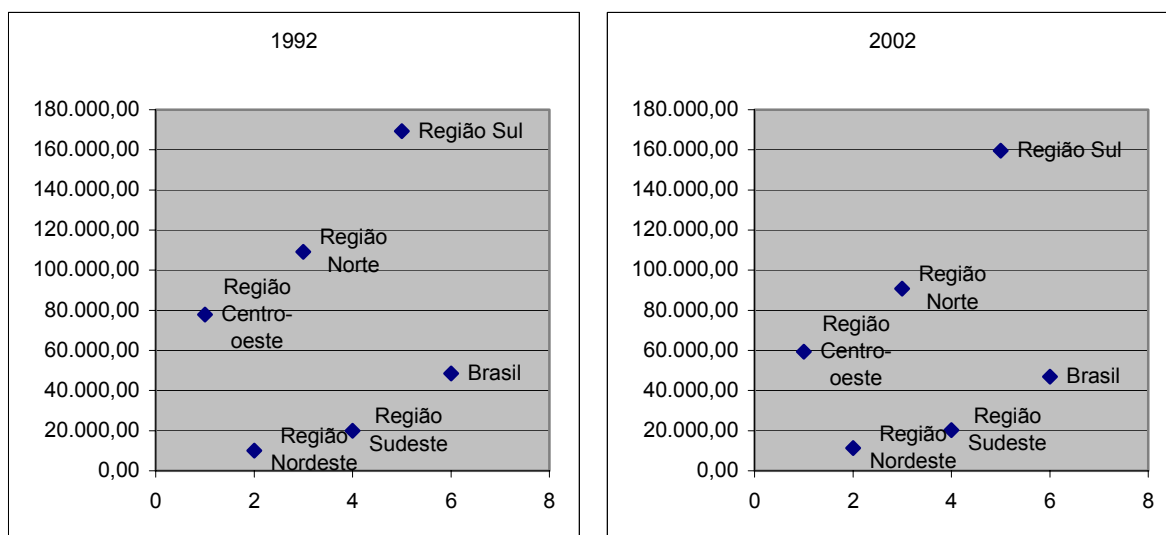
Fonte: Elaboração Própria

¹ Em R\$ de 2004**Gráfico A.6.** – Comércio: Produtividade do Emprego¹ (PIB/População Empregada) – 1992 e 2002

Fonte: Elaboração Própria

¹ Em R\$ de 2004

Gráfico A.7. – Indústria: Produtividade do Emprego¹ (PIB/População Empregada) – 1992 e 2002



Fonte: Elaboração Própria

¹ Em R\$ de 2004

Gráfico A.8. – Serviços: Produtividade do Emprego¹ (PIB/População Empregada) – 1992 e 2002